

CONSEQUÊNCIAS DA EXPANSÃO EUROPEIA

UNIDADE VI

A Colonização Europeia no Mundo

A expansão europeia como se viu, levou a colonização dos povos não Europeus.

Esta colonização embora tenha como característica comum a exploração das desenterradas riquezas e a escravização ou a submissão de povos não europeus, revestiu formas e processou-se de maneiras diferentes consoante as condições locais e os interesses de momento do capitalismo europeu.

Da feitoria comercial, sobretudo na África e na Ásia à colónia de povoamento na América, a burguesia europeia inventou vários métodos e processos que lhe permitissem a obtenção de maiores lucros. Mas nem sempre os Europeus puderam impor as suas condições. Tiveram de se adaptar às condições de cada região abordada: tipo de organização das sociedades, grau de desenvolvimento da vida económica e das trocas comerciais, densidade de população.

Todos estes factores condicionaram a capacidade de resposta dessas sociedades à influência europeia (da resistência aberta a formas de colaboração) e portanto as formas de penetração estrangeira.

Em África foi sobretudo com a guerra de pilhagem, o banditismo e o rapto que conseguiram a instauração do tráfico negreiro que iria marcar a história do continente durante quatro séculos.

A intriga, a exploração de rivalidades étnicas e dos antagonismos de classe foram outros tantos meios utilizados. A ocupação neste período salvo raras excepções (colónia do Cabo, tentativas portuguesas de colonização em Angola e Moçambique) não teve carácter de colonização. As tentativas de expansão para o interior do continente limitavam-se à procura de escravos ou de metais preciosos e era feito através de intermediários africanos ou seus descendentes. A ocupação europeia limitava-se ao litoral onde feitorias ou bases de abastecimento e de apoio militar foram criadas para defender a actividade comercial predominante.

Na Ásia, os Europeus visaram a conquista de mercados já existentes de longa data. Para isso tiveram de fazer face à concorrência muçulmana (árabe ou local) e à resistência do mundo asiático à intromissão estrangeira. Também aí foram a força das armas e a intriga política, os métodos usados.

A actuação dos Europeus na América caracterizou-se pelo genocídio dos Ameríndios, a transplantação massiva de Africanos tornados merca-

224/DS2

cadência e força de trabalho escrava e pela implantação de colonos, iniciando assim a colonização moderna.

FORMAÇÃO DO MERCADO MUNDIAL

A expansão europeia teve como resultado a abertura de novas rotas comerciais e a deslocação para o Oceano Atlântico e Índico das antigas vias de comércio localizadas no Mediterrâneo. Este facto fez com que vastas regiões do Mundo se interrelacionassem criando-se assim o mercado mundial.

O comércio intercontinental a partir de então sofreu um impulso extraordinário e a burguesia europeia pôde obter lucros fabulosos com o tráfico de escravos, o comércio de especiarias asiáticas e dos produtos das plantações americanas, a exploração das jazidas de metais preciosos (ouro e prata).

Com as riquezas obtidas, o capitalismo mercantil europeu não só auto-financiou as suas empresas comerciais como desenvolveu a produção manufatureira.

A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DO CAPITAL NA EUROPA

A chegada à Europa de metais preciosos (ouro e prata) primeiro da costa da Guiné depois da América; os lucros extraordinários resultantes do comércio triangular, a instauração do sistema colonial (obtenção de matérias-primas a baixo custo e venda de produtos manufacturados a preços lucrativos); o saque sistemático das colónias e a exploração da força de trabalho dos seus povos, permitiram à burguesia europeia uma acumulação extraordinária de capitais e de riqueza, factor decisivo para o arranque industrial do séc. XVIII.

Com efeito, embora chegassem a Portugal e a Espanha grandes quantidades de metais raros e de especiarias, estes eram encaminhados para os grandes mercados flamengos e italianos onde se procedia à sua comercialização e distribuição. Assim os grandes lucros desta actividade iam parar às mãos da burguesia mercantil e manufatureira da Holanda, Inglaterra e França. Eram estes os países que forneciam a Portugal e a Espanha a maior parte dos produtos manufacturados de que estes careciam em troca de ouro e prata.

Os comerciantes da Europa do Noroeste acumularam portanto muito capital que investiram na grande indústria manufatureira ou fizeram multiplicar nos bancos em constante desenvolvimento; contrariamente às classes dominantes espanhola e portuguesa, essencialmente aristocratas e feudais.

Os burgueses europeus compreenderam então que produzindo mercadorias em grande quantidade e a altos preços obteriam maior riqueza. Para isso deram um grande impulso à actividade manufatureira, comercial e bancária.

A medida que crescia a sua riqueza aumentavam também as suas necessidades e poder de compra. Os burgueses adquiriam tudo porque tinham muito

224/232

dinheiro. Começaram assim a faltar no mercado produtos alimentares e manufacturados. A escassez de produtos fazia aumentar os preços. Este aumento de preços na Europa do séc. XVI designou-se por "revolução de preços" e teve consequências diferentes para os diversos grupos sociais que compunham a sociedade.

Assim os senhores feudais que não participavam na actividade de mercantil e que viviam de rendas fixas pagas pelos camponeses rendeiros foram seriamente afectados com a subida dos preços dos produtos e muitos deles arruinaram-se. Só conseguiram salvar-se aqueles que abandonaram as antigas formas de exploração feudal e introduziram nas suas propriedades formas de exploração já capitalistas produzindo para o mercado, como aconteceu na Inglaterra. Começou assim a constituir-se uma burguesia agrária que comprava a baixo preço as terras dos senhores feudais arruinados.

Mas os grupos que mais sofreram com a revolução dos preços foram as massas de assalariados agrícolas e das manufacturas cujos salários eram muito baixos e não podiam portanto adquirir os produtos que necessitavam para viver.

Vemos assim que a expansão e a colonização europeias e a consequente acumulação de capitais e de riquezas não beneficiaram todas as classes e grupos sociais.

Foi sobretudo a burguesia cujo desenvolvimento se vinha processando desde fins do período feudal, a principal beneficiária. A empresa colonizadora contribuiu assim para acelerar a derrubada final do caduco regime feudal e para a instalação de relações sociais de produção capitalistas.

CONTRADIÇÕES ENTRE POTÊNCIAS COLONIAIS

Como se viu a expansão europeia foi acompanhada desde o seu início por rivalidades e contradições entre as potências que a realizaram.

O monopólio português e depois espanhol não foi mais do que uma tentativa por parte destes países de evitarem uma concorrência que eles sabiam não poder sustentar. No entanto em fins do séc. XVI o monopólio hispano-português não conseguiu subsistir face à investida da Holanda, da Inglaterra e até da França cujas economias se encontravam numa fase de maior desenvolvimento que permitiu o equipamento de marinhas mercante e de guerra muito poderosas.

A pirataria e a guerra de corso foram sempre as armas utilizadas para quebrar os monopólios ou predominância de um ou outro país em determinada zona.

O séc. XVII foi sobretudo época de rivalidade anglo-holandesa pela conquista dos mares. Nesta altura a Holanda era a maior potência ma-

224/122

rítima e a Inglaterra defendia da frota holandesa para o transporte de produtos coloniais. Com o "Acto de Navegação" promulgado por Cromwell (1651), todos os produtos coloniais importados pela Inglaterra deviam ser transportados por navios ingleses. Começou assim a luta aberta entre as duas maiores potências coloniais que revestiu várias formas desde as batalhas navais, às guerras de conquista por novos territórios na América e no Oriente.

A França também entrou na corrida no séc. XVIII sendo constantemente combatida pela Holanda e Inglaterra que não viam com bons olhos a entrada de um novo parceiro.

Os sécs. XVII e XVIII na Europa, viram surgir vários conflitos dinásticos entre os reis dos diferentes países e que mais não eram do que o reflexo de choques de interesses pela obtenção de mais território na própria Europa ou pela conquista de possessões coloniais. As rivalidades económicas do continente em geral reflectiam-se nas colónias.

O séc. XVIII foi um século de lutas entre a França e a Inglaterra. Esta possuía já um vasto império: as 13 colónias da América do norte e estabelecimentos vários na Índia. A França ocupava Canadá ou Nova França, a Luisiana e algumas feitorias na Índia. Os comerciantes das duas nações procuraram alargar os respectivos domínios coloniais. Daí resultaram ataques ingleses às colónias francesas principalmente contra o Canadá e várias guerras de curso, dando origem a um conflito armado na Europa que durou 7 anos e que se designou por "Guerra dos 7 anos". Esta guerra arruinou o império francês em benefício da Inglaterra que obteve o Canadá uma parte das Antilhas francesas e a maioria dos territórios da Índia. A Inglaterra tornou-se assim a maior potência marítima, controlando o comércio mundial.

ALARGAMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TÉCNICO

Como se viu atrás a expansão europeia só foi possível devido ao aperfeiçoamento a que tinha chegado naquele continente a técnica e a ciência principalmente no domínio da navegação e do armamento. Por sua vez, os contactos com outros povos, outras culturas, outras paisagens contribuíram para um alargamento do campo científico e técnico que estão na origem da ciência e do saber modernos.

A expansão e a exploração coloniais surgiram numa época em que em determinados países europeus se estavam processando transformações económicas e sociais profundas.

O desenvolvimento mercantil e manufactureiro introduziu transformações nas formas de produção agrícolas e industriais e modificara as relações sociais de produção existentes dentro do próprio regime feudal caduco. A luta entre a burguesia e as antigas classes dominantes feudais (aristocracia,

224/232

clero) era uma luta económica mas também política e ideológica.

Como expressão deste antagonismo surgiu um movimento cultural sobretudo nas cidades italianas e flamengas - onde se verificara maior desenvolvimento do comércio e da manufatura que punha em questão a ordem tradicional existente e se caracterizava por uma renovação das ideias e do saber em todos os domínios. Foi o chamado Renascimento que se estendeu a todos os países da Europa Ocidental.

Os homens do Renascimento opunham-se à ideologia feudal que pretendia fazer crer que o mundo era imutável e a ordem feudal era determinada pela vontade de Deus: por isso os homens não deviam tentar modificá-la. Era o meio que tinha a nobreza e a igreja feudais para manter submissa e na ignorância a massa dos camponeses que exploravam.

Estas ideias já não correspondiam à realidade de uma época em plena transformação em que as necessidades de uma nova classe em ascensão exigiam progresso e movimento.

Para a burguesia mercantil não era deus o organizador da sociedade e a origem de todas as coisas, mas o próprio homem. Era ele o principal realizador das grandes empresas da época (comercial, marítima, artística, etc.). Esta corrente que se designou por humanismo teve uma grande difusão e contribuiu para um maior conhecimento do homem tanto no aspecto físico como mental. O interesse pelo corpo humano levou ao desenvolvimento da anatomia e da medicina em geral.

As novas necessidades da produção, do comércio e da navegação punham problemas e levantavam dúvidas que estimulavam o estudo e a observação. Tratava-se sobretudo de um saber prático que desmentia por vezes o saber teórico e livreiro herdado da Igreja feudal.

A dúvida metódica, o espírito crítico punham em questão certos textos e conhecimentos julgados definitivos até então. Assim, um polaco, Copérnico realizou na Astronomia uma autêntica revolução demonstrando que a terra não era o centro do mundo e que o sol era uma estrela à volta da qual giravam os planetas e a própria terra. Esta afirmação negava totalmente o anterior sistema imaginado por Ptolomeu que dizia que a terra era o centro do universo e o sol girava à sua volta.

No séc. XVII outros cientistas, Galileu, Kepler e Newton, através da utilização do telescópio e de novas teorias da Física, puderam confirmar a hipótese de Copérnico. Este investigador foi perseguido pela igreja católica pois as suas teorias interpretativas do mundo físico, baseadas na observação, desmentiam os dogmas defendidos por ela.

Foi neste contexto e paralelamente que se realizaram as grandes viagens aos vários continentes. O maior conhecimento da natureza e o desen-

224/452

volvimento disciplinar como a Geografia, a Cartografia, a Botânica e a Matemática estiveram intimamente ligadas a esta expansão e foram também o resultado dela.

O conhecimento de outros povos e de outras culturas, chegado à Europa através de roteiros e dos itinerários ou livros de viagens, estimulava a curiosidade dos Europeus e influenciou a sua arte e literatura.

Todo este movimento cultural e científico era combatido energeticamente pela Igreja católica que exercia ainda em certos países o controle ideológico da sociedade apoiada pela antiga nobreza feudal. Através do Tribunal da Inquisição (Instituição religiosa que tinha como função reprimir todos os que pelas ideias e pelos actos se opunham à Igreja) os cientistas ou os críticos da sociedade eram presos, torturados e condenados à morte como criminosos. A Igreja feudal era pois um entrave ao progresso preconizado e defendido pela burguesia.

APROFUNDAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL ENTRE A EUROPA E O RESTO DO MUNDO

Enquanto que a expansão europeia representava para a Europa uma acumulação extraordinária de capitais, o desenvolvimento do capitalismo, da ciência e da técnica modernos, tal não aconteceu com o resto do mundo.

Os povos da África, da Ásia e da América com quem a Europa entrou em contacto foram progressivamente ficando subordinados ao capitalismo europeu e ao mercado mundial.

Em vez de desenvolvimento, foi o saque, a desorganização das economias e das sociedades, o genocídio.

Os Europeus aonde chegaram, apresentaram-se como conquistadores e dominadores. Este facto impossibilitou um tipo de relações que permitisse um progresso simultâneo dos povos em contacto e comprometeu definitivamente a possibilidade de um desenvolvimento interno específico dos povos dominados.

Os Europeus serviram-se dos seus barcos e canhões para conseguirem o controle de todas as estradas marítimas mundiais: Mediterrâneo, Atlântico, Índico e até o Pacífico. Com este controle a Europa conseguiu transformar vastas regiões da África, da Ásia e da América em seus satélites económicos.

O facto de ter sido o continente europeu a primeira região do mundo a atingir um grau de desenvolvimento das forças produtivas que determinou a conquista de novos mercados e espaços, esteve ligado à sua supremacia mundial. Esta manifestou-se no domínio da produção de utensílios aperfeiçoados, na organização eficiente do trabalho e na compreensão científica do mundo. Mas concomitantemente foi através do trabalho escravo dos Africanos, do genocídio dos Ameríndios e da imposição aos Asiáticos de um comércio desvantajoso, que a Euro

824/152

pa Ocidental acelerou ^{o seu} posterior desenvolvimento científico e tecnológico. Esta supremacia ainda não evidente no séc. XVI tornou-se um facto ao longo dos sécs. XVII e XVIII, o que contribuiu para o surgimento de uma ideologia racista, que legitimava a dominação da Europa sob o resto do mundo por uma pretensa superioridade do homem branco em relação aos demais povos. Era a justificação que as classes dominantes europeias davam não só as classes dominadas dos seus próprios países mas também aos povos que controlavam e dominavam.-

BH/152

UNIDADE V

CONQUISTA E COLONIZAÇÃO DA ÁSIA E DA AMÉRICA

INTRODUÇÃO

A expansão europeia abriu caminho para a dominação e colonização dos povos da África, da Ásia e da América.

Com efeito, a entrada de metais preciosos e outros produtos caros vindos destes continentes impulsionou a acumulação de capitais numa Europa que se encontrava na fase de desenvolvimento do capitalismo mercantil, contribuindo para o aumento do seu poder económico, marítimo e militar. Por outro lado a ampliação do comércio à escala mundial relacionou regiões e povos em estádios de desenvolvimento muito diferentes, o que teria sido muito positivo para o desenvolvimento das forças produtivas em todos eles, se os "descobridores" europeus armados de uma ideologia expansionista, que o poder das armas lhes conferia, não tivessem encarado esses contactos na perspectiva de conquistadores.

Este facto levou a que desde o início, numa forma geral, a relação entre os Europeus e outros povos se tivesse feito na base da violência provocada pela vontade daqueles dominarem estes.

Mas nem todos os Europeus beneficiaram de igual forma da expansão. Foram os governos dos países europeus mais avançados da época e as classes que representavam, nomeadamente a burguesia mercantil, os grandes beneficiários dos lucros que a empresa expansionista europeia proporcionou, em detrimento dos povos conquistados e colonizados.

Assim, da África a burguesia europeia extraiu a força de trabalho escravizada para realizar os trabalhos mais duros nas plantações americanas. A América foi destinada a produzir matérias-primas e alimentos para desenvolver a indústria manufactureira europeia nascente que podia contar desse modo com um mercado seguro para os seus produtos.

A Ásia o capitalismo europeu impôs tratados de comércio que favoreceram os seus interesses mercantis. Contudo seria errado pensar que os povos da África, da Ásia e da América sofreram passivamente essa intromissão europeia e que a sua conquista e colonização foi obra fácil. De acordo com o seu modo de vida e seu tipo de organização social e de desenvolvimento económico, estas sociedades opuseram desde o início resistência aos invasores, combateram a penetração europeia ou adaptaram-se a ela quando servia os interesses de alguns dos seus grupos dominantes.

223/452

A ÁSIA E A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Os primeiros europeus a chegarem à Ásia pela nova rota marítima, foram os Portugueses, que encontraram estados e sociedades muito antigas com um grande desenvolvimento cultural muito avançado.

A ÍNDIA

No momento da chegada dos Portugueses (1498 - Vasco da Gama) a Índia estava dividida, por questões religiosas, entre Hindus e Muçulmanos. A maior parte da Índia setentrional tinha sido conquistada por invasores muçulmanos que governavam as poderosas principados de Guzarate, Delhi e Bengala, contando no entanto uma numerosa população hindú que resistia as tentativas de imposição do domínio islâmico. O mesmo se passava no planalto do Decão (centro da Índia) onde sultnatos muçulmanos se degladiavam entre si e lutavam com o seu vizinho do sul, o poderoso império de Vijayanagar que era o estado hindu mais extenso e mais poderoso na altura. Mas este império não tinha acesso ao mar na costa ocidental enquanto que um dos reinos do Decão, o sultanato de Bijapur possuía um porto comercial florescente em Goa. As regiões costeiras de Cafara e Malabar a sul de Goa encontravam-se divididas entre alguns rajás (príncipes) hindús independentes sendo o Samorém (chefe) de Calicute o mais importante.

Pode-se pois dizer, em linhas gerais, que a Índia setentrional e Central era sobretudo muçulmana, enquanto a Índia meridional era hindú. Mas também aqui havia muitas comunidades árabes e espalhadas pelos outros estados hindús existiam comerciantes muçulmanos muito respeitados e detendo uma influência notável.

Ceilão era povoada essencialmente por Singaleses budistas. Os muçulmanos nunca tinham invadido Ceilão, mas havia certo ^{um} nº de mercadores islamizados de origem indiana ou árabe fixados em Colombo e noutras zonas costeiras.

Foi este o quadro político que os portugueses encontraram quando Vasco da Gama chegou a Índia.

No século XVI quase toda a Índia foi conquistada e unificada pelos mongóis que sobrecarregavam a população de impostos. O domínio mongol não durou muito tempo.

No começo do séc. XVIII, as guerras internas e as revoluções camponesas minaram o Império que se fragmentou numa série de domínios feudais isolados. Dividida e debilitada a Índia tornou-se presa fácil para a dominação colonial inglesa nos séculos seguintes.

223/552

A CHINA

A dinastia Ming que reinava na China desde 1368, depois de ter expulso os invasores mongóis tinha desistido da expansão marítima e as frotas chinesas já não navegavam no Índico como tinham feito anteriormente. Por outro lado, os soberanos chineses mostravam uma grande desconfiança em relação aos estrangeiros que consideravam bárbaros, partindo do princípio de que a China era o Centro do mundo e a única região civilizada. Oficialmente a China só mantinha relações com "bárbaros" que se reconheciam seus vassallos.

A partir do séc. XV os imperadores deixaram de se interessar pelo oceano Índico e voltaram a sua atenção para o Extremo Oriente ao mesmo tempo que proibiam os seus súbditos de comerciarem além-mar.

Desta forma, o tráfico marítimo ficou muito limitado tendo os comerciantes estrangeiros e chineses de se submeterem a várias restrições. Os estrangeiros só recebiam autorização de comerciarem em alguns portos e de aí estabeleceram lojas, depois de prestarem homenagem ao imperador. Os mandarins (funcionários imperiais) forneciam apenas a alguns comerciantes chineses licença para comerciarem com o estrangeiro.

Estas medidas levaram ao desenvolvimento de um importante contrabando praticado por comerciantes chineses e japoneses. No século XVI, certas tribos vindas do norte começaram a ameaçar o norte da China fixando-se na Manchúria onde se organizaram num estado. Lentamente as Manchús foram adoptando a cultura chinesa.

Durante o séc. XVII a China foi cenário de várias revoltas de camponeses, sendo a mais importante a revolta de 1644 em que os camponeses se apoderaram de Pequim, a capital do Império. Todos os bens de grande número de senhores feudais foram confiscados. A aristocracia chinesa pediu então auxílio aos Manchús cuja cavalaria penetrou na cidade reprimindo a revolta camponesa. Uma vez em Pequim os chefes manchús já não abandonaram a China. O seu chefe proclamou-se imperador dando à sua dinastia o nome de Tsing ou Ching com a intenção de se apoderar de toda a China.

Face à resistência do imperador Ming e do povo chinês, os Manchús conseguiram apenas ocupar Pequim ficando uma grande parte da China por conquistar. Os Ming mantiveram-se no sul.

Foi esta situação de perturbações políticas, acrescida de lutas sociais importantes que os portugueses encontraram ao abordar as costas chinesas. Como era sua prática corrente aproveitaram as contradições existentes com a intenção de se imporem.

Assim ajudaram os Ming contra os invasores Manchús utilizando o cristianismo e a intriga. No fim do séc. XVIII as Manchús conseguiram restabelecer pela força a ordem na China actuando como dominadores.

Praticaram uma política de segregação em relação à população chinesa, proibindo casamentos mistos e impondo aos vencidos o uso de tranças em sinal de servidão. Apoderaram-se das melhores terras e exploraram a população chinesa com toda a espécie de tributos e impostos.

Quanto ao aparelho político conservaram o anterior, colocando-o sob seu domínio e acabando com os abusos mais escandalosos dos funcionários imperiais. Tomaram também algumas medidas tendentes a acabar com o poder dos grandes senhores feudais chineses; suprimiram os feudos cujas terras voltaram ao direito comum.

A dominação manchú ao estabilizar-se criou algumas condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura e aumento da população. Os soberanos manchús permitiram o desenvolvimento do comércio e da manufactura (tecidos, cerâmica, lacas, etc.) o que deu origem a uma actividade mercantil e bancária intensa.

A dominação manchú durou de 1644 a 1902. A China foi pois governada por uma dinastia estrangeira - os Ching durante cerca de três séculos.

O JAPÃO

No Japão instalara-se um regime de tipo feudal.

O imperador, o micado, era como na China um chefe religioso, mas havia mais de dois séculos que o micado delegara o poder político num prefeito do palácio hereditário, o Xo-gum. Os governadores da província, os daimios, tornaram-se progressivamente independentes do poder central. Possuíam terras, atribuíam-se regalias e mantinham relações directas com o estrangeiro. Tinham sob as suas ordens os samurais que formavam uma espécie de nobreza militar.

Os mosteiros budistas possuíam extensos domínios e os seus chefes dispunham de poderes semelhantes aos daimios.

A maior parte da população era formada por camponeses como na China, que cultivavam sobretudo o arroz em pequenas plantações e mantinham uma indústria caseira (utensílios, roupa). A moeda era rara e assim as retribuições e os impostos eram avaliados em arroz. A aldeia constituía uma unidade senhorial e fiscal, possuindo bens comunais. À frente da aldeia encontrava-se o namuchi encarregado de registar o estado civil e a produção de cada camponês. Agentes especiais arrecadavam os direitos senhoriais que atingiam pelo menos $\frac{2}{5}$ da colheita.

Quando os Europeus chegaram, as guerras entre os daimios e as revoltas camponesas perturbavam o Império. As cidades, mal conservadas, eram sobretudo fortalezas com uma actividade comercial muito fraca. A religião nacional era o xintuísmo mas o budismo propagava-se rapidamente. Os letrados desempenhavam um papel menor do que na China. No entanto, devido a uma actividade marítima grande, os Japoneses mantinham mais contactos com o exterior.

223/452

Durante o séc. XVI o Japão viveu a chamada era Sengoku, o que quer dizer "idade do país em guerra". As famílias dos daimios consolidaram o seu poder sobre os seus vassallos e estenderam pela guerra o seu domínio a outros senhorios. De 260 famílias feudais 248 desapareceram ou perderam todo o poder. Em meados do séc. XVI apenas 6 famílias disputavam o poder e no princípio do séc. XVII uma só dominava todo o país. Foi a família Tokugawa que conseguiu apoderar-se de xogunato e portanto do poder até ao séc. XIX.

Assim o Japão saiu unificado destas lutas e o regime Tokugawa tomou medidas contra os daimios para evitar um renascimento de tipo feudal. Mas as relações de vassalagem e de dependência permaneceram ainda durante muito tempo apesar das transformações económicas que se foram operando. Com efeito, a restauração da ordem e da paz permitiram o desenvolvimento do comércio e a formação de uma burguesia mercantil.

Os comerciantes obtiveram grandes lucros neste período e as cidades tornaram-se centros de grande actividade comercial. O artesanato também se desenvolveu assim como a manufactura (tecidos) com a mão de obra fornecida pelos filhos de camponeses que fugiam à miséria do campo onde eram explorados por uma classe de grandes propriedades fundiárias.

Foram os camponeses que mais sofreram com estas transformações. Explorados pelo Estado e pelo senhor, cheios de dívidas, eram obrigados a hipotecar e vender as suas terras, caindo na miséria ou fugindo para a cidade onde eram de novo explorados pelos mercadores.

Assim surgiram novas classes e novas contradições de classe acrescentadas às já existentes entre os antigos senhores feudais e os camponeses servos.

OS PORTUGUESES NA ASIA - etapas de penetração

1. CONTACTOS

Os Portugueses compreenderam imediatamente que só poderiam destruir todo este sistema comercial pela violência e pela concorrência e começaram a fazê-lo com uma rapidez surpreendente.

Quando Vasco da Gama chegou à Índia apresentou as suas mercadorias aos comerciantes hindús com o objectivo de os trocar por produtos indianos, mas os comerciantes locais não se interessaram por eles devido à sua má qualidade. Além disso este comércio estava dominado por comerciantes árabes. Vasco da Gama regressou a Lisboa com um carregamento de especiarias nomeadamente pimenta que despertou o interesse do rei de Portugal e o levou a enviar em seguida uma esquadra poderosa composta de 14 barcos armados de artilharia a fim de forçar o estabelecimento de relações comerciais. Esta esquadra dirigida por Vasco da Gama cumpriu o seu objectivo; bombardeou a cidade de Calicute a mais importante cidade comercial da costa da Índia. O sultão da região viu-se obrigado a firmar um pacto com os Portugueses mediante o qual lhes abria o comércio com a região.

223/452

Desta maneira os comerciantes portugueses obrigaram pela força os comerciantes hindús a estabelecerem um comércio que não lhes interessava. Na costa ocidental da Índia começaram por lutar contra os comerciantes árabes que controlavam o Índico, conseguindo arrebatá-los temporariamente este comércio devido a uma frota mais poderosa (melhores barcos, fogo de artilharia, etc.).

Desta forma violenta Portugal abria o comércio asiático ao capitalismo mercantil europeu. Começaram a chegar à Europa grandes carregamentos de apreciadas mercadorias asiáticas tais como o ouro, o marfim, a pimenta, o cacau, o açúcar, o café, o chá, a canela, drogas medicinais, sedas, pérolas preciosas, lacas, produtos tintoreiros, etc.

ETAPAS DE PENETRAÇÃO

No princípio, Portugal pôde controlar o tráfico destas mercadorias utilizando as feitorias que começou a estabelecer na costa ocidental da Índia, mas para conseguir o monopólio deste tráfico eram necessários alguns portos fortificados que servissem de bases navais e de entre-postos comerciais. Estes pontos-chave foram conseguidos durante o governo de Afonso de Albuquerque que se empenhou em conquistar GOA, porto de transbordo para o lucrativo comércio de cavalos árabe-per-sa; Ormuz ponto de controle do Golfo Pérsico; e Malaca o ~~maior~~ centro distribuidor de especiarias indonésias e simultaneamente base naval que controlava a passagem entre o Índico, o mar de Java e o mar da China meridional. A estes 3 pontos-chave que asseguravam o controle português das rotas mais importantes do comércio das especiarias, foram acrescentados muitos outros estabelecimentos comerciais fortificados.

A penetração marítima portuguesa na Ásia embora tivesse sido muito rápida obedeceu a uma estratégia e a determinadas etapas.

Primeiro, controle do Índico ocidental através do Golfo Pérsico e uma parte do Mar Vermelho; depois o Índico Oriental por intermédio de ~~seilão~~ e das ilhas de Nicobar. A ilha de Samatra e Malaca tornaram-se os centros de irradiação para o Extremo Oriente.

A fim de atingir os centros produtores de cravo e de noz-moscadas a partir de Malaca foram enviadas frotas em direcção às ilhas da Insulíndia, ocupando-se nessa altura Timor.

Em 1514 também a partir de Malaca os portugueses chegaram à China e em 1541 ao Japão.

NATUREZA DOS 1.ºs. CONTACTOS

Os portugueses quando chegaram à Ásia tentaram utilizar os mesmos métodos que já tinham utilizado em África. Assim, os 1.ºs. contactos com os soberanos e as populações asiáticas caracterizaram-se pela violência e pela incompreensão mútua.

223/252

força os
Na costa
controla-
vido a

ao capita-
os de apre-
sau, o agü-
as, lacas,

cadorias
India, mas
fortifica-
tos-chave
hou em

árabe-per-
ribuidor

assagem
os-chave
io das
is for-

ido muito

érsico e
lão e dús
radiação

mpscadas
ia, ocu-

à China

os mesmos
sobera-
compreensão

Os portugueses queriam trocar pacotilha por produtos de um valor imenso. Com excepção da costa oriental da África os portugueses não tinham encontrado neste continente um comércio marítimo tão desenvolvido como o do Indico. Portanto a pacotilha que traziam consigo não despertou qualquer interesse e não foi aceita pelos comerciantes e reis locais.

Os portugueses tiveram que pagar com ouro ou prata os produtos do Oriente.

Por outro lado, a arrogância e grosseria dos lrs. marinheiros e comerciantes europeus não agradou a imperadores que se consideravam os "senhores do mundo". O insucesso da 1ª. embaixada à China fechou as portas aos comerciantes portugueses que tiveram que se limitar ao contrabando.

O sucesso relativo no Japão deveu-se à exploração feita pelos portugueses das contradições entre os daímios e os monges budistas Zen, grupos dominantes, como vimos, na sociedade japonesa que lutavam pelo poder. Mas este sucesso não foi durável. Mesmo assim, Portugal conseguiu criar um império marítimo extraordinariamente grande dadas as suas dimensões e o nº reduzido de homens de que dispunha, conseguindo mantê-lo cerca de um século.

FACTORES FAVORÁVEIS À ACTUAÇÃO DOS PORTUGUESES NA ÁSIA

Em primeiro lugar, os portugueses conseguiram impôr-se devido à superioridade dos seus navios sobre os navios mercantis muçulmanos que eram não tão bem armados (não possuíam casca de ferro e não dispunham de artilharia). Por outro lado, os governantes asiáticos partilhavam a convicção de que as guerras no mar eram assunto de mercadores e não deviam envolver-se nelas, não utilizando pois, salvo algumas excepções, as suas frotas de guerra.

Além disso, os países asiáticos contra os quais eram dirigidas as acções dos portugueses, estavam muitas vezes devastados por rivalidades internas ou externas que os impedia de se unirem efectivamente contra os portugueses. Estes utilizaram a tática que sempre usaram de explorar em seu proveito as contradições existentes.

Assim, a velha inimizade entre o Samorim de Calecute e o rajá de Cochim permitiu aos portugueses obter uma posição firme na Índia, apoiando o último contra o primeiro; exploraram a rivalidade antiga entre os sultões Ternate e Tidore o que lhes permitiu alcançar uma posição dominante no comércio do cravo da Índia das Molucas; quando chegaram a Ceilão a ilha estava dividida em 3 reinos hostis e esta rivalidade facilitou grandemente o estabelecimento do poder português na ilha; a proibição do governo imperial de Pequim dos seus súbditos comerciarem com os "bárbaros" do Ocidente foi frequentemente boicotada pelos oficiais e mercadores das províncias costeiras que se entendiam com os portugueses para fazerem comércio de contrabando.

Foi portanto uma tática portuguesa de utilizar simultaneamente

223/452

ou alternadamente a força ou a intriga para melhor dominar. Um outro factor que contribuiu para o sucesso português no Oriente foi a utilização na navegação de marinheiros asiáticos que conheciam bem as rotas marítimas e supriam a falta de homens de que sofriam as frotas portuguesas.

CARACTERÍSTICAS DA DOMINAÇÃO PORTUGUESA NA ÁSIA

O comércio

Para controlar o comércio do Oriente, o rei de Portugal (D. Manuel) criou em Lisboa uma repartição especial a Casa da Índia semelhante a outras algardeas como a Casa da Guiné ou a Casa da Mina, destinadas a orientar o comércio africano.

As importações do Oriente eram verificadas pela Casa da Índia e os seus oficiais controlavam o movimento de entradas e saídas de mercadorias, os preços, o câmbio da moeda, etc e regulavam os conflitos entre mercadores.

A partir de 1506, o rei português D. Manuel instituiu o monopólio real sobre as especiarias e outros produtos orientais. A corôa armava os barcos que iam buscar directamente as mercadorias em épocas certas de acordo com as condições climáticas. Os particulares podiam participar neste comércio mediante condições especiais (licenças, direitos alfandegários). Os navios sem licença estavam sujeitos a que os portugueses os capturassem ou afundassem.

Os portugueses faziam duas espécies de comércio: o comércio entre a Ásia e a Europa e o comércio entre as várias regiões asiáticas. O 1º era monopólio real e incidia sobre produtos como as especiarias, produtos tintureiros, ouro e cobre. Era regulamentado pela Casa da Índia que vendia na Europa, a partir de Lisboa, os produtos comprados na Índia e adquiria os produtos manufacturados europeus destinados à marinha e à manutenção dos estabelecimentos portugueses na Ásia.

Os Asiáticos, como vimos pouco apreciavam os produtos europeus e exigiam o pagamento das suas mercadorias em ouro. Para isso os portugueses utilizavam o ouro de Monomotapa e os produtos que adquiriam na Insulíndia fazendo portanto comércio entre as várias regiões asiáticas.

A maioria das especiarias indonésias obtidas pelos portugueses eram vendidas a comerciantes asiáticos e só quantidades relativamente pequenas seguiam para Lisboa para daí serem encaminhadas para a Europa. Antuérpia foi o principal entreposto para a pimenta e outras especiarias vindas de Lisboa, sendo os comerciantes alemães e italianos a redistribuí-las pelos vários países da Europa do NW.

O monopólio português deste comércio durou até ao fim do séc. XVII pois no fim do séc. XVII a chegada dos Holandeses e mais tarde dos Ingleses causaram a deterioração da posição portuguesa.

factor
a navegação
am a fal-

l(D. Manuel)
utras alga-
comércio e

a Índia e
dorias, os
es.

o monopólio
os barcos
com as con-
diante con-
ça estavam

ércio entre
era mone-
reiros,
a partir
facturados
gueses na

uropeus
gueses uti-
la fazendo

rtugueses
pequenas
a foi o
oa, sendo
ises da

do séc.
erioração

O enfraquecimento da posição portuguesa nas ilhas das especiarias foi de certo modo compensado pelo monopólio do comércio entre a China e o Japão. A partir dum base em Macau os portugueses faziam o comércio entre estes dois países. Tanto Macau na China como Nagasáqui no Japão transformaram-se de pequenas aldeias piscatórias em florescentes portos comerciais.

ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA NA ÁSIA

Para administrar o seu império, os portugueses criaram o Vice-reinado da Índia. Construíram fortalezas em locais estratégicos, estabeleceram alianças com os príncipes e chefes locais, conquistaram zonas-chave para o domínio do comércio.

Os Vice-reis tinham amplos poderes e dirigiam toda a administração a partir de Goa na qual eram auxiliados por feitores, capitães das fortalezas, escrivães e alcaides.

O governo português estabeleceu na Ásia formas de administração diferentes consoante as regiões. Goa, Malaca e Diu eram colónias de domínio directo em que a autoridade era exercida por capitães dependentes directamente do Vice-Rei, Cochim, Ormuz e Cananor eram protectorados, isto é administrados pelos seus chefes que eram aliados ou tributários de Portugal; na costa de Coromandel na Índia e nas costas da China estabeleceram-se vilas comerciais mediante acordos especiais, nos portos de Bengala, Celebes, Borneo e Timor estabeleceram o sistema de feitorias.

Além de soldados, comerciantes e funcionários reais, seguiram para a Ásia missionários. Estes foram em geral mal aceites e o cristianismo penetrou difficilmente no Oriente face a religiões que tinham um grande impacto nas populações e cuja moral era muito diferente da moral cristã. Os Jesuítas conseguiram exercer maior influência nomeadamente na China pois, mais instruídos do que ^{os} outros conseguiram a admiração dos letrados chineses. Por outro lado dedicaram-se ao estudo das religiões e filosofias orientais tentando adaptar o cristianismo a elas. Era uma atitude mais inteligente e que teve os seus frutos pois foram relativamente bem aceites. Além de professores foram tradutores de obras ^{de} matemáticos e cientistas europeus e assim através deles a ciência e a técnica europeia da época foram penetrando no Oriente. Mas esta situação foi alterada no séc. XVIII pois a igreja católica considerou a acção dos Jesuítas nefasta porque fugia ao seu controle. Por outro lado, nem todos os Jesuítas eram homens de letras e ciência e em breve praticaram os mesmos abusos de outros missionários interessando-se mais pelo comércio do que pela religião o que levou à sua expulsão definitiva.

A CONCORRÊNCIA HOLANDESA E INGLESA PELA CONQUISTA

DOS MARES - Comércio zonas de influência e companhias

Outros países europeus como a Holanda, a Inglaterra e a França aspiravam também a participar no lucrativo comércio asiático mas foram impedidas ao

283/152

longo do séc. XVI pelo monopólio português.

A Holanda entretanto atingira uma superioridade marítima sobre as outras potências e a partir do séc. XVII pôde retirar aos portugueses o monopólio do tráfico asiático. Em 1602 as companhias holandesas de comércio agruparam-se tomando o lugar dos portugueses em Amboina a leste da Insulíndia. Aí criaram plantações a fim de pagarem com o produto delas os produtos obtidos na Índia. Em 1617 fundaram Batávia na ilha de Java e no fim do séc. XVII dominavam toda a Insulíndia. Expulsaram os portugueses de Colombo (Ceilão), Negapatam e Malaca.

Para atingir a Índia os Holandeses adoptaram a rota do Cabo, estabelecendo feitorias deste ponto de escala até ao Japão. Actuavam em relação às populações que iam encontrando com a mesma crueldade com que tinham actuado os portugueses, exterminavam as populações que se opunham e escravizavam as outras.

Além de monopolizarem o tráfico marítimo, os Holandeses foram colonizando algumas ilhas como Java, Sonda, Molucas e Formosa onde estabeleceram grandes plantações sobretudo de cara-de-açúcar.

Ao mesmo tempo que os holandeses estabeleciam o seu império no Oriente, a Inglaterra apressava-se em desenvolver e consolidar o seu poderio marítimo aparecendo como um perigoso concorrente na região.

Em 1600 fundaram uma feitoria em Ormuz e em 1622 puseram sob o seu controle o restante das feitorias portuguesas, conseguindo do governo português a concessão de Bom baio, e dos príncipes hindús, Madresta e Calcutá.

Sem poderem concorrer com a Companhia holandesa na Insulíndia os Ingleses concentraram pois os seus esforços na criação de zonas de influência na Índia.

Também a França tentou participar no comércio índico. Para isso apoiou-se nas ilhas de França e de Bourbon, ocupadas desde 1655. Tanto Holandeses como Ingleses tentaram sem êxito eliminar os Franceses mas estes não conseguiram durante este período fazer uma concorrência séria aos seus rivais.

Quanto à Espanha ocupou-se fundamentalmente com as suas colónias da América. Contudo os espanhóis estavam instalados desde 1665 nas Filipinas e daí estabeleceram relações comerciais com a China e a Insulíndia. Um galeão espanhol ligava o México às Filipinas trazendo da América prata suficiente para a compra de sedas e porcelanas chinesas que daí seguiam para o continente americano e para a Europa.

Toda esta concorrência pela conquista do comércio no Índico e no Extremo Oriente levou a rivalidades entre os países europeus interessados. Depois de destruído o monopólio português foi sobretudo a Holanda e a Inglaterra que ao longo do séc. XVII mais disputaram a supremacia dos mares. Porém a Holanda (também designada "Países Baixos") devido ao desenvolvimento da sua frota marítima conseguiu dominar o comércio do Oriente ao longo de todo o século, baseando o seu poder marítimo principalmente na Insulíndia.

223/122

tima sobre
eses o mono-
cio agrupa-
tia. Aí cria-
ios na Índia.
toda a Insu-
laca.
do Cabo, es-
relação às
tuado os por-
outras.
es foram co-
beleceram

pério no
poderio na-
ram sob o
mo portu-
á.
ulíndia os
fluência

Para isso
o Holande-
ão conse-
is.
s colónias
inas e daí
ão espanhol
a compra
cano e para
ndico e no
dos. Depois
rra que ao
anda (tam-
marítima
eando o seu

Os Ingleses só em meados do século com o "Acto da Navegação" promulgado por Cromwell, chefe de Estado e grande defensor dos interesses da burguesia inglesa, conseguiram opor-se à supremacia holandesa, ultrapassando-a no século seguinte.

AS COMPANHIAS

Toda esta empresa marítima e colonizadora fez-se, como em África, através de companhias de comércio. Estas eram formadas com o capital de grandes comerciantes europeus que tinham o apoio dos seus respectivos governos e actuavam sob a sua protecção. Tinham em geral o monopólio do comércio da região que conquistavam ou controlavam.

As companhias mais importantes que actuavam na Ásia foram as companhias das Índias Orientais holandesa e Inglesas. Além do comércio regular as companhias promoviam quando necessário guerras de ocupação ou punitivas, a fim de assegurar o controle comercial de certa região.

Paralelamente desenvolveu-se também na Ásia o comércio de contrabando e a pirataria.

Pode-se pois dizer que a exploração colonial da Ásia durante os séculos XVI, XVII e XVIII se realizou fundamentalmente de forma indirecta embora os portugueses mantivessem algumas feitorias e a partir de meados do séc. XVIII Holandeses, Ingleses e Franceses tivessem já algumas possessões e colónias permanentes.

O comércio asiático serviu os interesses da burguesia comercial europeia que acumulou grandes capitais com este comércio, assim como os comerciantes e alguns chefes asiáticos, hindús sobretudo.

OS CONQUISTADORES ESPANHÓIS E O GENOCÍDIO DAS DAS POPULAÇÕES AMERÍNDIAS

A América antes dos Europeus

O continente americano era no séc. XVI habitado por povos de grande heterogeneidade cultural e apresentando estádios de desenvolvimento muito diversos: sociedades sem Estado, com formas de organização comunitária, sociedades estruturadas em Estados fortemente centralizados, sociedades de transição de uma forma para outra.

Na América central e do sul, por exemplo no México e no Perú, existiram estados poderosos de população densa, vivendo da agricultura e em que as cidades eram importantes centros de comércio. A leste dos Andes viviam sobretudo tribos de caçadores e de recolectores nómadas ou semi-nómadas praticando uma agricultura rudimentar; a densidade populacional era aí muito fraca.

223/432

Entre os vários povos americanos houve relações de comércio, de cooperação ou de domínio consoante as épocas e as circunstâncias históricas. Como noutras partes do mundo a sua organização social e política reflectia o seu estado de desenvolvimento económico.

Destes povos estudaremos 3 por serem aqueles que melhor se conhecem por terem deixado vestígios materiais que ainda hoje nos falam da sua grandeza antiga. Além disso foram os que mais maravilharam os conquistadores europeus do século XVI que deixaram relatórios e documentos escritos fornecendo várias informações sobre as suas culturas. Trata-se dos Maia^s, dos Aztecas e das Incas, povos que atingiram um grau de desenvolvimento cultural muito elevado.

OS MAIAS

Estabelecidos no sul do México, nas actuais Honduras e Guatemala, os Maias criaram uma cultura original.

Praticavam uma agricultura intensiva baseada no milho e na batata. O artesanato estava bastante desenvolvido produzindo belos tecidos de algodão e de bonitas peças de cerâmica. Utilizavam instrumentos de pedra e de madeira. O cobre e o ouro eram utilizados como adorno e importados das outras regiões.

Estavam organizados em cidades - estado governadas por um chefe que detinha o poder militar, presidia o conselho local, administrava justiça e levava pelo pagamento do imposto. Era auxiliado pelos sacerdotes que constituíam uma espécie de casta pois a sua função era hereditária: eram também matemáticos, astrónomos, adivinhos e administradores.

A sociedade estava dividida em classes em que a aristocracia (chefes, dignitários, sacerdotes) usufruía do produto do trabalho da maioria da população camponesa e de alguns escravos, cativos de guerra ou criminosos.

Os Maias elaboraram um complexo sistema de numeração vigesimal e um calendário muito rigoroso.

A sua história é muito antiga, remontando talvez a 3.000 anos a.n.e.

Quando os Espanhóis chegaram a região no século XVI as cidades Maias estavam já num período de decadência.

OS AZTECAS

Faziam parte da cultura tolteca-maia de que eram originários também os Maias. No começo do século XVI os Aztecas acabavam de constituir um vasto império cujo chefe religioso e militar se estabelecera na cidade de Tenochtitlan no México. Os povos vencidos por eles deviam pagar tributo.

Os Aztecas praticavam uma agricultura desenvolvida, em terras artificiais e construíram obras de irrigação como canais e aquedutos. A alimentação

22.5/152

cio, de
cas.
ia o seu

se conheço
andeza an
as do séc.
mações
que atin-

atemala,

na bata-
algodão

eira. O

s.

a chefe
ica e ve-
tuam uma
os, as-

cia (che-
a popula-

ésimal

anos

em

as Maias

rios

um vasto
chititlan

eragas
alimen-

tação à base de milho era variada (legumes, cacau com que fabricavam chocolate).
As bebidas fermentadas e o tabaco eram muito apreciadas.

Contrariamente aos Maias utilizavam o cobre nos seus armamentos e utensílios e fabricavam tecidos de algodão.

A célula básica da sociedade era o clã dirigido por um conselho de mais velhos; vários clãs constituíam uma tribo. O Império azteca era pois uma confederação de tribos que reconheciam como chefe supremo o tlacatecutli, chefe militar do exército permanente, personagem sagrada e grande chefe religioso. Tinha como funções preparar e presidir o conselho dos chefes de tribo e nomear os grandes sacerdotes. O seu cargo era hereditário.

Se em princípio, o meio de produção mais importante - a terra - era comunitária, com o desenvolvimento das forças produtivas delineou-se uma evolução no sentido da apropriação da mesma por parte dos chefes de clã e da aristocracia tribal. Também as funções administrativas inicialmente destinadas aos mais velhos de todas as famílias, tornaram-se privilégio apenas da aristocracia, sobretudo daquela que estava mais próxima da família do chefe supremo.

A principal fonte de rendimento do império era além do imposto, a guerra e o comércio a longa distância. Os mercadores eram ao mesmo tempo guerreiros que agrupados em grandes caravanas efectuavam expedições. Por vezes as caravanas transformavam-se em exércitos que conquistavam novas tribos. Estas passavam a pagar tributo e a prestar trabalho na produção de certas matérias-primas como o algodão, o tabaco, o cacau, etc, ou nas construções de obras públicas como monumentos, canais, palácios.

As cidades mais importantes pela actividade artesanal, comercial e pelo nº dos seus habitantes eram México, Tezcaco e Tlacopán.

A actividade artística e intelectual era intensa, sendo esta última domínio dos sacerdotes que como entre os Maias eram igualmente matemáticos e astrónomos.

Os Aztecas possuíam uma escrita complexa com caracteres hieróglifos e ideográficos.

A religião reflectia o desenvolvimento económico e a organização social. Os seus deuses eram forças da natureza (vento, sol) ou protectores das actividades principais (guerra, comércio e agricultura).

OS INCAS

Habitavam a região actualmente correspondente ao Perú e constituíram no séc. XV um império unificado.

A sua obra foi comparada à dos romanos. Construíram estradas de pedra providas de pousadas, armazéns de víveres e escadas para a travessia de montanhas (os Andes). Desenvolveram extraordinariamente o comércio e o transporte de mercadorias.

323/432

mercadorias era assegurado por lamas. O sistema de correios e comunicações funcionava em todo o império através de rápidos mensageiros que se deslocavam por estafetas. Embora desconhecemos a escrita elaboraram um sistema de contabilidade baseada nos quipus, conjunto de fios com nós de várias cores que lhes servia de calendário, de livro de contas, de meio de recenseamento da população e até de meio de expressão de ideias.

Possuíam cidades importantes, entre as quais Cuzco, a capital era a mais monumental. Nelas desenvolveram a cerâmica, a tecelagem e a ourivesaria; construíram palácios e templos esplêndidos com paredes cobertas de ouro.

Toda esta organização e esplendor implicavam necessariamente um poder estatal fortemente centralizado e uma estratificação da sociedade em classes bem diferenciadas.

No topo da hierarquia social encontrava-se o Capa Inca, o chefe supremo considerado filho do sol e que possuía terras e governava o império a partir da sua capital Cuzco, com a ajuda de uma aristocracia que tinha recebido uma cuidada educação física e intelectual para o efeito.

A administração do estado era feita através de funcionários reais dos correios, das minas, dos trabalhos públicos e do exército.

A sociedade repartia-se em comunidades aldeãs que constituíam unidades de trabalho onde a terra era propriedade colectiva e o produto dela familiar. A cada família era atribuído um lote de terra, o tupu, destinado à sua subsistência assim como um par de lamas.

Uma parte importante das terras da aldeia eram destinadas à manutenção do Inca e à sua administração, ao sustento dos sacerdotes, dos nobres e à acumulação de reservas alimentares. Não existiam moeda e os tributos eram obtidos através do trabalho obrigatório nestas terras comunais.

Tratava-se portanto de uma sociedade de exploração em que a maioria da massa trabalhadora, produzia para uma minoria aristocrática que podia assim dispor do seu tempo para actividades de ordem religiosa, intelectual e burocrática.

O culto do sol e a identificação do imperador com a divindade eram os meios de que dispunha esta aristocracia nomeadamente os sacerdotes para manterem a maioria dos camponeses na situação de exploração a que eram sujeitos.

O Império Inca apesar da sua extensão e poder era frágil. Muitos dos povos vencidos estavam dispostos à rebelião sobretudo à medida que se distanciavam do poder central. Várias revoltas estalaram e a chegada dos espanhóis aceleraram o desmembramento do império.

A CHEGADA DOS ESPANHÓIS E A CONQUISTA DA AMÉRICA CENTRO - SUL

Cristóvão Colombo tinha explorado as costas de Hispaniola (Haiti), algumas ilhas e diversos pontos do continente. Cuba, depois do extermínio quase total

223/152

ções fur-
avam por
stabilidae
servia de
de meio

capital
ourivesa-
ouro.
mente um
em clas-

o chefe
rio a par-
tido um

los reais

uniam uni-
familiar.
bsistênci

à manun-
res e à
obtidos

a maio-
ia assim
ocrática.
dade eram
a maioria

Muitos
distan-
is acele-

(Haiti);
quase total.

da população tornou-se a partir de 1514 a base de empreendimentos e expedição espanholas contra o continente.

Foi a partir daí que em 1517 chegou à península de Iucatão (entre o golfo do México e o mar das Caraíbas), centro da antiga cultura Maia, Hernandez de Cortés que não regressou da sua expedição por ter sido morto na luta contra os habitantes da Península. Contudo os Espanhóis não desistiram e no ano seguinte prosseguiram a exploração a exploração dum parte do Golfo do México. Em 1519 saiu de Cuba uma expedição com algumas centenas de homens comandados por Fernando Cortés com o objectivo de conquistar as terras de ouro que supunham existir e fazer parte do império azteca. Fundaram a colónia de Vera Cruz, relativamente próximo do México, capital do reino azteca.

Aí foram pacificamente recebidos pelo rei, Montezuma, mas não corresponderam a esta hospitalidade pois no ano seguinte, armados de canhões e cavalos e auxiliados por alguns povos inimigos dos aztecas puseram cerco à cidade, destruíram-na, pilharam os tesouros e capturaram o rei. Os aztecas, armados de flechas e lanças não puderam resistir à força e à brutalidade dos invasores. Cortés foi nomeado capitão geral da região que passou a designar-se Nova Espanha.

Mais tarde em 1533 dois aventureiros Pizarro e Almagro empreenderam a conquista do império inca aproveitando a instabilidade criada por uma querela de sucessão. Com uma centena de homens e alguns cavalos apoderaram-se de Cuzco e condenaram o chefe inca pela morte do seu irmão. Lançaram assim as bases para uma nova colónia espanhola a que chamaram Nova Castela.

A partir de então as expedições e as agressões às populações ameríndias multiplicaram-se e o resultado foi a ocupação e conquista de vastas regiões que correspondem aos actuais estados de Colômbia, Venezuela, Bolívia, Peru e Chile.

O objectivo dos conquistadores espanhóis era o ouro e outros metais preciosos e não habitaram em exterminar selvaticamente milhares de ameríndios para atingirem o seu fim.

Depois de terem submetido pela violência as populações ameríndias, estabeleceram um governo colonial e começaram a repartir entre si terras e populações que reduziram à escravidão.

ADMINISTRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ESPANHOLA

Ao iniciar a exploração das suas novas colónias a Espanha introduziu o chamado sistema de encomenda que era uma forma camuflada de utilizar gratuitamente a mão de obra indígena. Os Índios eram "encomendados" aos colonizadores para que estes os "civilizassem", isto é, lhes ensinassem a língua espanhola e o cristianismo. Entretanto estes Índios eram submetidos à mais cruel exploração, eram obrigados a pagar um tributo em espécie e a trabalhar na agricultura, nas minas ou na construção.

Com a força de trabalho índio a exploração mineira progrediu rapidamente no séc. XVI e converteu-se na mais importante fonte de riqueza da Espanha.

225/452

Ao mesmo tempo desenvolvia-se a criação de gado e a agricultura que fornecia uma série de produtos para o mercado europeu: couro, açúcar, tabaco, cacau e anil. Com o aumento da procura destes produtos os colonizadores foram aumentando as suas propriedades, constituindo grandes latifúndios cuja produção era destinada à exportação, um dos maiores problemas com que se defrontaram os conquistadores espanhóis foi o da mão de obra. Esta no início era essencialmente índia.

Foi devido a ela que os Espanhóis puderam extrair o ouro e a prata e manter as grandes plantações, além de a utilizarem na construção de casas e de grandes monumentos.

Contudo o extermínio provocado pela conquista e o trabalho forçado a que eram submetidas as populações fazia com que a mão de obra disponível não fosse suficiente para as necessidades do capitalismo europeu. Daí a solução encontrada na importação de mão de obra africana, inaugurando-se assim o tráfico negreiro.

A casa da contratação criada em Sevilha, em 1503 pela coroa espanhola, centralizava o comércio das "Índias Orientais" como era designada a América.

Depois das pilhagens dos tesouros ameríndios as remessas de ouro para a Espanha foram diminuindo.

As minas de prata de Potosi descobertas em 1545 vieram compensar essa diminuição. Depois de 1560 a prata representava a quase totalidade dos metais preciosos exportados do Novo Mundo.

No séc. XVII a produção diminuiu fortemente; este facto, a incapacidade da Espanha explorar sózinha o seu imenso império e a falta de mão de obra provocaram uma crise grave no império espanhol que se viu ameaçado por outros concorrentes europeus. A "encomenda" desapareceu devido ao seu fraco rendimento e à fuga constante dos Ameríndios.

Os grandes proprietários constituíram então extensos domínios as "haciendas" de que eram autênticos senhores: ministravam a justiça sobre os escravos e os homens livres e acumulavam os cargos de capitães das tropas reais e alcaides das cidades. O espanhol foi imposto como língua administrativa.

A colonização espanhola beneficiou sobretudo a coroa espanhola, os grandes latifundiários que se instalaram na América e uma classe de comerciantes que beneficiava com os lucros do comércio do Atlântico.

Porém, a Espanha, como Portugal, eram dos países europeus que tinham um desenvolvimento económico mais débil e começaram a depender da indústria manufactureira dos povos mais avançados (Inglaterra, França, Holanda).

Orá estes países exigiam em troca dos seus produtos ouro e prata. Assim o ouro e a prata espanhola escoavam-se de Espanha indo beneficiar as economias dos países do NW europeu, alimentando as actividades mercantis financeiras e manufactureiras. O monopólio espanhol na América também não agradava a estas potências que tentaram destruí-lo através do contrabando, da pirataria e da guerra de corso. Perante a dificuldade em se implantar no continente, os Europeus viraram-se

223/432

para as Antilhas. Estas tinham um interesse essencialmente estratégico (era daí que partiam os navios para a guerra de pirataria), mas também económico (cultura da cana de açúcar e de tabaco).

A colonização e a exploração da América espanhola caracterizaram-se pois por uma economia colonial baseada no latifúndio e na metalurgia; pela exploração do trabalho indígena numa 1ª fase e da mão de obra africana escravizada mais tarde; por uma produção a grande escala e a muito baixo custo destinada ao mercado europeu; pelo monopólio comercial e pela coacção religiosa.

Os Espanhóis instalaram na América um regime económico-social retrógrado baseado em relações de produção escravagistas.

DESENVOLVIMENTO DA COLÓNIA DO BRASIL

As Capitánias

Ao lado do vasto império espanhol, os portugueses organizaram também a conquista e colonização de uma extensa região da América do Sul e que se designa Brasil. Depois da "descoberta" feita em 1500 por Pedro Álvares Cabral, o rei de Portugal arrendou o comércio do pau-brasil a uma sociedade comercial dirigida por um mercador Fernão de Noronha com o encargo de descobrir cada ano 300 léguas da costa.

Em 1534 o território brasileiro foi dividido em 15 capitánias atribuídas a capitães donatários, originários da pequena nobreza portuguesa. Eram-lhes atribuídos plenos poderes: administravam a justiça, lançavam impostos, tinham a propriedade de todos os meios de produção (terra, moinhos, fornos, engenhos). Arrendavam as terras a pequenos agricultores sendo a posse da capitania hereditária.

O rei de Portugal reservava-se o monopólio de certos produtos como o pau-brasil, os escravos e as especiarias.

A grande extensão do território e as rivalidades surgidas entre os capitães ou donatários levaram a coroa portuguesa a instituir em 1549 um governo geral com sede na Baía de que foi o 1º governador Tomé de Sousa. As capitánias passavam a depender do governo - geral.

A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA E MINEIRA

A 1ª riqueza que o Brasil ofereceu aos portugueses foi o pau-brasil, madeira própria para tingir tecidos muito apreciada na Europa e que passou a ser monopólio do rei de Portugal. Até meados do séc. XVI portugueses e também franceses traficaram activamente esta madeira utilizando a mão de obra índia do litoral que realizava o trabalho de corte e transporte de madeira em troca da quinilhanha habitual levada pelos comerciantes europeus.

223/452

rico (era daí
onómico (cul-

aracteriza-
talurgia; pe-
ricana escr-
custo desti-
ligiosa.
ico-social

ganizaram
Sul e que
Álvares Ca-
idade comer-
scobrir cada

apitanias
tuguesa.
am impostos,
fornos, enge-
da capita-

produtos

gidas entre
1549 um go-
a. As capi-

oi o pau-bra-
que passou
ses e também
rei índia do
roca da quin-

Com a instalação do sistema de capitanias em 1534, começou propriamente a colonização e a exploração económica do Brasil.

Os capitães possuíam como se viu atrás, extensos territórios a administrar e explorar. Para isso cediam parcelas de terra a quem quisesse cultivá-las e utilizando a mão de obra escrava (índia e depois africana). Entre os capitães e os arrendatários estabeleciam-se relações de tipo feudal.

O nº de colonos ("moradores") foi aumentando com a chegada sucessiva de emigrantes: degredados, agricultores, mercadores, artífices e aventureiros. O 1º produto a ser cultivado foi a cana de açúcar que exigia grandes plantações e uma indústria manufactureira complexa. A produção da cana permitia lucros elevados nos mercados europeus e durante mais de século e meio constituiu a actividade económica fundamental. Seguiu-se-lhe o tabaco e o algodão. Paralelamente desenvolveu-se a agricultura de subsistência baseada exclusivamente na mandioca, no milho e na banana e noutros géneros de consumo, praticada sobretudo pelo colono médio que não podia competir com o grande proprietário, senhor-de-engenho.

O engenho era o local onde se reunia as instalações para a triagem da cana e o preparo do açúcar. O nome estendeu-se depois a todo o conjunto formado pela propriedade com as suas terras e culturas. Embora o proprietário explorasse em regra directamente as suas terras, havia casos em que cedia parte delas a lavradores que se ocupavam da cultura da cana obrigando-se contudo moer a sua produção no engenho do proprietário. Eram as chamadas fazendas obrigadas.

O "lavrador de cana" recebia metade do açúcar extraído a partir da cana que produzia e ainda tinha de pagar o aluguer das terras que utilizava. Estes lavradores embora fossem dependentes dos "senhores-de-engenho" eram também donos de escravos.

A penetração no Sertão foi feita sobretudo por criadores de gado e guardadores de gado que procuravam no interior novos pastos através do vale do rio S. Francisco e outras vias naturais. Alguns enriqueceram tornando-se "barões de gado" sobretudo a partir de meados do séc. XVII. A penetração no Sertão conduziu à descoberta de novos recursos na colónia.

A exploração mineira contrariamente ao que se passou nas colónias espanholas, só teve início no séc. XVIII. Foi nessa altura que se descobriram as 1ªs jazidas auríferas na região actualmente designada de Minas Gerais. Esta descoberta foi feita por "bandeirantes" paulistas, sertanejos que andavam devassando o interior do Brasil à procura de índios destinados ao cativeiro.

Os achados depois multiplicaram-se sem interrupção até meados do séc. XVIII. A mineração do ouro no Brasil ocupou durante todo o século XVIII o centro das atenções de Portugal e constituiu a base da actividade económica da colónia. Todas as demais actividades entraram em decadência e o próprio açúcar que representara a razão de ser da 1ª colonização foi desprezado.

223/152

Contrariamente ao que se deu na agricultura e em outras actividades da colónia nomeadamente na pecuária, a mineração foi submetida desde o início a um regime especial que regulamentava minuciosamente a extração e a exploração do ouro. Inicialmente estabeleceu-se a livre exploração, embora submetida a uma fiscalização estreita; a corôa portuguesa reservava-se como tributo a quinta parte de todo o ouro extraído. A cobrança do quinto do ouro tem uma história agitada. Nas minas viveu-se uma luta constante entre o fisco que reclamava o tributo e os mineradores que dissimulavam o montante da produção. Para evitar estes problemas o governo de Lisboa ordenou a criação de "Casas de Fundição" onde todo o ouro extraído tinha necessariamente de ser recolhido aí fundi-se o ouro e depois de deduzido o quinto e reduzido a barras com o selo real (quinter o ouro) era então devolvido ao proprietário.

Nos fins do séc. XVIII a mineração do ouro entrou em decadência devido por um lado ao esgotamento das minas jazidas superficiais e por outro à falta de equipamento técnico que permitisse realizar explorações de profundidade.

Além do ouro exploraram-se na mesma época os diamantes. Brasil foi o 1º grande produtor moderno de diamantes que anteriormente chegavam em pequenas quantidades à Europa provenientes da Índia. Também a exploração de diamantes foi monopólio da corôa, que concedia autorização a particulares.

A mineração destes produtos preciosos tem na vida da colónia do Brasil um papel importante. Provocou a decadência de outras actividades económicas como já se viu e provocou o afluxo de população para as regiões de minas o que alterou a situação demográfica inicial. Em algumas décadas um território imenso do interior do Brasil foi povoado com colonos vindos do litoral ou de Portugal em buscas de requiza.

Este facto permitiu à colonização portuguesa ocupar todo o centro-sul do Brasil.

A mineração teve também como resultado o deslocamento do eixo económico da colónia, dos centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Baía), para o rio de Janeiro. As comunicações das minas para o exterior faziam-se por este porto que se tornou o centro urbano mais importante. Por outro lado ainda, as necessidades de abastecer toda uma nova população concentrada nas minas e na nova capital, serviu para estimular outras actividades económicas (agricultura, pecuária) num largo raio geográfico que atingiu não só as capitâneas de Minas Gerais e Rio de Janeiro mas também S. Paulo.

O comércio de produtos brasileiros era feito com Portugal através das Companhias privilegiadas entre as quais a Companhia do Comércio de Brasil e a Companhia de Grão Pará e Maranhão.

223/252

ras activi-
desde o
do e a ex-
ora subme-
o tributo
tem uma
que recla
to. Para
s de Fundi
aí fundia-
o real.

ecadência
outro à
fundidade.
Brasil
um em pe-
de diaman-

lônia do
económi-
minas o
tório imen
e Portugal

o centro-
eixo eco-
a), para
r este
a, as ne-
na nova
a, pecuária)
is e Rio

l através
Brasil e a

A MÃO DE OBRA AFRICANA

Contrariamente ao que aconteceu noutras colónias da Améri-
ca em que o trabalho indio primeiro e o trabalho servil europeu depois, fo-
ram utilizados antes da solução africana, no Brasil desde o início da colo-
nização foi a mão de obra africana a mais utilizada nas plantações de açúcar
e tabaco e nos trabalhos de mineração. Isto deveu-se ao facto de os portugue-
ses quando chegaram ao Brasil em 1500 já utilizaram o trabalho escravo afri-
cano em grande escala em Portugal e nas ilhas do Atlântico.

Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros escravos
negros ao Brasil, mas parecem ter vindo logo na primeira expedição coloniza-
dora em 1531. Foi devido portanto à força de trabalho dos escravos africanos
que as grandes plantações de cana-de-açúcar, de tabaco, de algodão e de café
foram criadas e desenvolvidas; que as minas de ouro, de diamantes e depois
de prata e cobre foram exploradas. Não só o "motor d'e'bano" durante os sé-
culos XVII, XVIII e uma parte do XIX era a força principal que fazia funcio-
nar a economia colonial brasileira como também era utilizado para outras acti-
vidades como o transporte, tanto de mercadorias como de passageiros, os traba-
lhos domésticos das "casas grandes" dos senhores-de-engenho, as limpezas das
cidades, as construções de estradas, etc.

Os escravos negros estavam reunidos em grupos de 100, 200, 500
e por vezes mais, pertencentes a um só dono. Trabalhavam em equipas nas plan-
tações ou nas minas. Eram designados "Negros domésticos" (macanas, pagens ou
malungas) "negros de oito", ou "pretos de ganho"; "escravo de engenho grande"
ou de "engenhoca"; "escravo de mina" ou "escravo de estância", consoante a sua si-
tuação (escravo de senhor ou escravo de simples colono) e o tipo de trabalho
que realizavam.

Por vezes eram chamados congos, moçambiques, negros da costa
ou cabindas consoante a sua origem étnica ou regional. Com efeito a maior
parte dos escravos negros do Brasil eram originários de Angola, do Kongo e do
Golfo da Guiné embora houvesse também africanos de Moçambique e de outras regi-
ões do Continente.

A média de sobrevivência na América de um escravo era de 5 a
7 anos devido a trabalhos forçados que executavam e às condições de tratamen-
to que sofriam.

Alguns escravos negros e mulatos, à força de trabalho e per-
sistência conseguiam tornar-se pequenos artesãos ou contra-mestres substitu-
indo o patrão no manejo do chicote e conseguindo com o tempo libertar-se.

Quando as lãs. máquinas chegaram ao Brasil em meados do séc.
XIX foram estes ex-escravos ou seus descendentes os primeiros operários do

223/DS2

Brasil industrial.

O papel das mulheres africanas foi muito importante pois em bora pouco numerosas constituíam como que o cordão umbilical que ligava a população brasileira à África através das canções, das danças, da cozinha, dos contos. Além da força de trabalho elas serviam também de mulheres dos senhores-de-engenho ou de outros colonos pois a colonização portuguesa também no Brasil foi essencialmente masculina nos seus começos dando origem a uma mestiçagem biológica e cultural importante.

A resistência dos escravos exprime-se de formas diversas que iam do suicídio, da fuga, da auto-mutilação, da sabotagem dos bens do senhor, seu envenenamento e destruição física, à revolta aberta com armas ou outros instrumentos disponíveis.

Os negros "castanhos" isto é fugitivos, refugiavam-se nas zonas inóspitas, como florestas, montanhas, regiões pantanosas. Aí constituíam aldeias clandestinas, os quilombos, autênticas comunidades de escravos revoltados que punham em perigo a sociedade escravagista brasileira. A república de Palmares no nordeste brasileiro que reuniu cerca de 25.000 escravos respondeu pela guerrilha às tentativas de destruição dos portugueses e só ao fim de um século de resistência foi definitivamente aniquilada. Eram pois manifestações de luta de classes que se multiplicaram e agudizaram sobretudo nos fins do século XVIII e 1ª metade do séc. XIX.

Houve também outras formas de resistência de carácter cultural que se manifestaram através da religião e de práticas rituais africanas. A magia e a iniciação combinadas com o catolicismo europeu deram origem a sincretismos originais como o candomblé, assim como à persistência de muitos elementos das culturas africanas.

Pode-se pois dizer que o desenvolvimento económico do Brasil foi fruto do trabalho do escravo africano que para aí levou a sua força de trabalho mas também a sua língua, a sua música, os seus gostos alimentares, em suma a sua cultura que marcou profundamente a cultura brasileira actual.

FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLÓNIAS INGLESA NA AMÉRICA DO NORTE

Ocupação e Colonização Europeia na América do Norte

Os estados da Europa do NW mais povoados e numa fase de desenvolvimento do capitalismo mercantil mais avançado suplantaram aos poucos Portugal e Espanha na conquista e colonização do continente americano, ocupando a sua parte norte.

223/122

is em
a a po
a, dos
senho-
m no
mes-

as que
senhor,
troç

s zo-
uíam
evol-
ica de
ondeu
e um
ações
do

tural
A m
cre-
emen

sil
e tra
em su

sen-
ortu
a

Os Franceses ocuparam o Canadá e o vale do Mississipi até Luisiana ; os Ingleses e Holandeses fundaram estabelecimentos na costa atlântica da América do Norte; as Antilhas foram domínio dos Franceses, Holandeses e Ingleses.

A América do Norte, de clima temperado oferecia condições favoráveis para o povoamento europeu, embora não tivesse o interesse mercantil do sul. As únicas riquezas espontâneas que aquela região oferecia eram a madeira, as peles e a pesca.

A razão que levou os 1.ºs colonos europeus à América do norte não foi portanto a busca de riqueza fácil (ouro, metais preciosas) que os Espanhóis procuraram no Sul, mas outros motivos de ordem económica, política e religiosa.

A emigração europeia para a América foi resultado da miséria dos camponeses sem terra e dos artesãos arruinados pela indústria nascente e pelas guerras civis e religiosas que assolavam os países europeus.

O afluxo de imigrantes só começou verdadeiramente no séc. XVII e estes eram sobretudo camponeses, artesãos, degredados políticos e religiosos.

O transporte dos colonos, sua instalação e administração era em geral assegurada por Companhias Concessionárias. A ocupação das novas terras era feita em detrimento das populações ameríndias que eram exterminadas ou empurradas para oeste. A imigração de africanos foi imposta pelo tráfico negreiro e destinou-se sobretudo às regiões das grandes plantações (Antilhas, colónias meridionais do litoral norte americano).

Graças a esta dupla imigração uma sociedade americana se foi constituindo progressivamente composta de comerciantes e trabalhadores brancos e escravos negros.

A América dos 1.ºs. tempos da colonização fornecia à Europa madeiras, peles, produtos das plantações (açúcar, tabaco) e recebia em troca trigo, óleo, vinhos e carnes; tecidos e objectos manufacturados destinados ao consumo dos colonos.

Enquanto que a empresa colonizadora espanhola e portuguesa foi obra e monopólio das respectivas monarquias, tornando-se sobretudo uma empresa comercial, a colonização da América do norte decorreu da situação interna de alguns países europeus mais avançados, nomeadamente a Inglaterra cujas lutas sociais, políticas e religiosas, desviaram para a América populações que foram procurar as melhores condições de vida. A participação dos respectivos governos limitou-se à promoção desta imigração, ao reconhecimento da soberania sobre os territórios conquistados e à tributação sobre os produtos explorados.

223/132

A COLONIZAÇÃO INGLESA

A monarquia inglesa que durante todo o século XVI mantivera uma sólida aliança económica com a burguesia, impulsionando as actividades mercantis desta classe, viu-se nos princípios do séc. XVII tão arruinada como a aristocracia de que fazia parte enquanto a burguesia prosperava cada vez mais.

Esta situação ^{levou} a corôa inglesa a pôr em prática uma política económica no sentido de retirar à burguesia, o controle do comércio, da indústria e das finanças através de medidas tais como o monopólio de determinados ramos industriais e a elevação de impostos o que por um lado travava o desenvolvimento do capitalismo em curso, por outro provocava o descontentamento das massas populares que se viam prejudicadas pela alta de preços.

Esta luta económica entre a monarquia e a burguesia reflectia-se também no domínio político. A Inglaterra no início do séc. XVII era governada por reis absolutistas, isto é, que concentravam em si todos os poderes de Estado invocando para isso a origem divina da monarquia. Era um poder autoritário que desagradava à burguesia e que ^{na} de encontro à tradicional prática do parlamentarismo.

Este facto levou a que se formassem partidos políticos rivais : o que defendia o poder absoluto dos reis e que representava as antigas classes feudais (nobreza rural e clero) e o que defendia o parlamento representado pela burguesia mercantil manufatureira e por algumas camadas da população urbana.

A esta situação de luta política pelo poder acrescentavam-se as rivalidades religiosas (entre católicos e protestantes) e o agravamento da situação das massas trabalhadoras. Daí lutas sociais, políticas e religiosas que criaram um clima de grande instabilidade na Inglaterra e levaram ao surgimento da ideia do abandono do seu país por parte daqueles grupos ou classes sociais que não estavam de acordo com a situação política ou procuravam melhores condições de existência.

A América surgiu como a solução para estes descontentes que foram os 1.ºs. colonos ingleses no continente americano.

CLASSES QUE PARTICIPARAM NA COLONIZAÇÃO

A burguesia mercantil foi a principal promotora desta empresa colonizadora. Ao sentir-se limitada na sua expansão económica começou a investir os seus capitais nas Companhias comerciais, obtendo da corôa britânica autorização para colonizar e explorar por sua conta novas terras. Em troca deveria reconhecer a soberania e a jurisdição do rei e da Inglaterra sobre as terras colonizadas e uma parte dos ganhos obtidos.

223/452

Das Companhias formadas, as mais importantes foram a de Londres e Bristol.

Os camponeses constituíram outro grupo importante de emigrantes, fugindo à política agrária de cercados que os despropriava das suas terras transformadas em pastagens para carneiros, cuja lã iria abastecer a nascente indústria inglesa, e as leis sangrentas decretadas pela monarquia contra a vagabundagem e a mendicidade. Emigraram à procura de novas terras, de trabalho e de novas condições de vida.

Muitos artesãos arruinados pela concorrência da indústria manufactureira também constituíram outro fluxo migratório importante.

Assim de 1630 a 1640 mais de 20.000 ingleses emigraram para a América com o objectivo de se estabelecerem nas colónias recém-criadas.

AS TREZE COLÓNIAS

A maior e mais importante empresa colonizadora dos Ingleses no Novo Mundo foi a que realizaram na costa atlântica da América do Norte no território compreendido entre o Canadá ao norte e a Flórida ao sul. Aí fundaram 13 colónias que deram origem mais tarde aos Estados Unidos da América.

Estes territórios eram povoados por Índios iroqueses, agricultores semi-nómadas. À medida que os Europeus foram ocupando o litoral estes povos tiveram que procurar refúgio nas terras do interior em direcção ao oeste.

ORGANIZAÇÃO DAS COLÓNIAS INGLESAS

atrás

Como se viu coube às Companhias de comércio o papel de organizar a administração das novas colónias onde podiam emitir papel moeda, ditar leis e exigir contribuições aos colonos. Durante as 1.^{as} décadas da colonização actuaram com toda a independência.

Desde 1607, altura em que se fundou a 1.^a colónia (Virgínia) até 1660, os colonos ingleses estiveram praticamente fora do controle do governo britânico que estava ocupado com a situação interna do país. Assim as colonizadores organizaram a sua própria defesa, criaram instituições e procuraram mercados para os seus produtos.

A força de trabalho necessária para o desenvolvimento económico foi proporcionada pela grande massa de imigrantes composta de camponeses, artesãos e operários que chegavam à América nos barcos das companhias trazendo consigo as suas sementes, animais, técnicas, costumes e instituições. Muitos deles não tinham com que pagar a viagem devendo portanto pôr-se ao serviço do

223/152

colono ou do comerciante que lhe pagara as passagens, resgatando com o seu trabalho a dívida que contraíra.

Também vinham para a América condenados em Inglaterra por delitos comuns ou por dívidas sendo aqui obrigados a trabalhar como servês...

Os imigrantes que não estavam em nenhum destes casos mas que também não tinham capital para empreenderem um negócio próprio, vendiam a sua força de trabalho por um salário a um patrão capitalista fazendeiro ou dono de manufatura.

As 13 colónias inglesas da América apresentavam ao mesmo tempo características comuns e notáveis diferenças. Os colonos evitaram a dispersão preferindo ocupar sólidamente o espaço compreendido entre o Oceano e a linha de fronteira que se estabeleceu entre eles e os ameríndios. Esta fronteira era constantemente defendida e foi avançando progressivamente para oeste.

As colónias tiveram governos à maneira do da Inglaterra e eram como que o prolongamento da metrópole. O governador era assistido por um conselho escolhido entre as pessoas notáveis locais e por uma assembleia eleita. As condições geográficas e a origem social dos colonos estabeleceram diferenças entre as colónias.

No sul, implantou-se o regime de plantações dirigidas por uma aristocracia inglesa para quem trabalhavam escravos negros vindos de África. No centro reinava uma grande variedade étnica e social, uma economia diversificada em que predominava a indústria e o comércio; a tolerância religiosa era grande.

No norte, a Nova Inglaterra era constituída essencialmente por uma população rural com uma actividade marítima muito importante; a vida intelectual era aí muito activa.

HISTÓRIA 8ª CLASSE

UNIDADE III

ÁFRICA NA ERA DO TRÁFICO

C I P I E -1979

INTRODUÇÃO

ADVERTENCIA

AO CAMARADA PROFESSOR DE HISTÓRIA
DA 8ª CLASSE.

Camarada,

Devido ao atraso verificado na impressão do 1º volume do Manual da 8ª classe e para que nem professor nem alunos fiquem sem material de estudo, está-se a proceder à distribuição dos apontamentos que serviram de base à elaboração do mesmo manual.

Como entretanto o grupo de História do CIPIE está ocupado com a elaboração do 2º volume, não lhe foi possível corrigir os erros de dactilografia e as gralhas existentes nas cópias dos apontamentos.

Adverte-se, portanto o Camarada para tal facto e recomenda-se que não distribuam os apontamentos aos alunos sem uma leitura atenta e uma correcção prévia.

SAUDAÇÕES REVOLUCIONARIAS

GRUPO DE HISTÓRIA DO
CIPIE

177/D52

INTRODUÇÃO

Em África o período que vai do séc. VII ao XV e que corresponde à chamada época feudal europeia é um período de desenvolvimento económico, político e cultural em nada inferior ao da Europa. Isto aplica-se não só às regiões directamente influenciadas pela civilização islâmica (Norte da África região saariana, costa oriental) mas também às marcadas por uma cultura negro - Africana original (sub Sahariana, central e meridional).

Na 7ª classe estudaram-se já os principais estados e as características gerais das sociedades africanas neste período. Porém se se puderam encontrar características comuns, constatou-se também profundas desigualdades de desenvolvimento entre os povos: dos bandos de caçadores e recolectores e das comunidades primitivas aos estados de estrutura sócio - político complexa, encontrando-se diversas formas inter médias de organização económica - social.

Até ao séc. XVI, a África produziu civilizações que se destacaram pelo seu nível de organização económica, política e social e pela sua vida cultural.

Os contactos com o exterior, essencialmente com o mundo árabe tiveram efeitos favoráveis. Este desenvolvimento apresentava sem dúvida aspectos contraditórios: o parecimento dos grandes impérios tinha agravado a sorte das massas camponesas a favor das minorias (aristocracias, mercadores das cidades) num processo nascente de diferenciação em classes antagónicas.

Mas, no séc. XVI e sentido da história africana mudou brutalmente quando a Europa exactamente na mesma época entrou num período de expansão económica e geográfica, passando a interferir na evolução das sociedades africanas de uma forma que se foi acentuando nos séculos seguintes, tem os " grandes descobrimentos " uma evolução divergente com as civilizações que não sendo semelhantes tinham um nível de desenvolvimento equivalente. Não distanciar-se de tal maneira imperialista que os europeus do séc. XIX, em plena fase de expansão acharam normal e natural apoderar-se gradualmente da quase totalidade do continente africano.

Os contactos com a Europa se se tiveram efectuando na base de trocas entre parceiros iguais como acontecera entre Africanos e Árabes os efeitos poderiam ter sido positivos e contribuir, pela troca de influência para transformação das respectivas sociedades, sem ^{destruição} destruição da sua originalidade. Tal não aconteceu e os efeitos foram essencialmente negativos.

Do séc. XVI ao séc. XVIII, África foi o teatro de um dos maiores genocídios que a História da Humanidade conheceu: milhões de Africanos foram arrancados violentamente das suas terras e do seu meio social ou pereceram, para enriquecer uma burguesia mercantil sedenta de ouro e outros produtos preciosos.

É este período que se designa por "Era do tráfico" para a África e "Período de Acumulação Primitiva do Capital", para a Europa.

O tráfico de escravos foi o factor essencial da história africana durante este período.

Enquanto para os Europeus, especialmente para as suas classes dominantes, o tráfico significou ouro, marfim, especiarias, açúcar, tabaco, enfim riqueza e desenvolvimento das forças produtivas, para os Africanos o tráfico significou expulsão e deslocação, perda dos seus melhores filhos, degradação da economia, atraso do desenvolvimento das forças produtivas.

Porém o tráfico não teria sido possível sem a participação de alguns chefes africanos como agentes das mercadores europeus. Neste caso o tráfico acelerou o processo de formação de classes e contribuiu para a organização no plano militar. A não ser para uma minoria de população constituída pelas camadas exploradoras (chefes aristocratas, traficantes) o tráfico não trouxe outra coisa senão miséria e destruição para o continente africano.

PRIMEIROS CONTACTOS

Relações da África com o resto do Mundo antes da chegada dos Europeus.

Desde tempos remotos existiam contactos comerciais entre a África Sudoeste e os países do Mediterrâneo através das rotas de caravanas transafricanas mercadoras do Norte da África, do Próximo Oriente e da Europa (espadas de aço, ferragens, sedas, tecidos, artigos vários, escravos) chegavam até à África Sudoeste para serem trocadas contra ouro, marfim, sal, pimenta e escravos.

A África Oriental manteve contactos, com os países asiáticos (Arábia, Índia, China) através dos Árabes que trocavam o ouro, o marfim e alguns escravos africanos contra sedas, porcelanas, lacas do Oriente.

Entre as várias regiões africanas também havia relações comerciais que permitiam contactos culturais e relações políticas.

Os estados sudaneses (Chana, Mali, Songhai) estavam em ligação com o Egipto; havia contactos entre o Senegal e a Somália, o Fohad e as cidades do Nilo, as cidades do litoral indico com os estados nilóticos, a costa com o interior.

Portanto a ideia de um isolamento africano com relação ao mundo exterior e de uma ausência de contactos entre os vários povos africanos, foi uma invenção colonialista para justificar o preconceito de uma África inóvel " sem civilização ", " descoberta pela primeira vez pelos navegadores europeus que lhe teriam trazido o progresso.

2. PRIMEIRAS RELAÇÕES COM OS EUROPEUS - Séc. XV

Até ao séc. XV, portanto, os contactos entre África e a Europa efectuavam-se através das pistas transarianas e das costas do Oceano Indico por intermédio dos mercadores árabes.

Os produtos africanos eram encaminhados para os mercados mediterrânicos do magreb e do Próximo Oriente tomando o caminho das grandes cidades italianas e ibéricas. Mercadores italianos e ibéricos (Catalões) estabelecidos em Sidjilmassa (Marracos) traficavam com o Mali e o Songhai.

No séc. XV o tráfico mudou de orientação. O Sêra cedeu progressivamente o lugar no Oceano Atlântico onde os contactos se multiplicavam devido às descobertas científicas e técnicas que permitiram uma navegação mais segura e a grande necessidade que a Europa tinha de ouro e especiarias.

3. NATUREZA DAS PRIMEIRAS RELAÇÕES

Os primeiros Europeus que desembarcaram nas costas africanas foram os navegadores portugueses movidos por interesses lucrativos e de aventura. Vinham fazer comércio à medida que iam pesquisando o litoral africano. Com o tempo foram construindo feitorias mas só o puderam fazer com o consentimento dos reis locais.

Os soberanos africanos acolheram geralmente com muita de ferência os navegadores estrangeiros. Tal foi o caso dos imperadores do Mali, dos obas do Benin e dos reis do Kongo.

Os 1.ºs contactos entre os reis da Europa e da África foram contatos de igualdade e de aliança. Embaixadores europeus visitaram os reinos africanos; embaixadores africanos foram às cortes de Lisboa e de Roma; agentes comerciais de Lisboa iam ao Egito negociar com o rei e os mercadores locais.

Estas relações diplomáticas estavam intimamente ligadas às relações comerciais que não eram muito diferentes das do comércio tradicional transaariano e indico. Os comerciantes europeus encontraram parceiros africanos muito hábeis e experientes dentro da actividade comercial.

Os primeiros produtos trocados foram da parte africana: ouro, ferro trabalhado, marfim, carapaças de tartaruga, tecidos e muito subsidiariamente escravos.

Do lado Europeu os produtos não eram valiosos mas eram considerados pelos Africanos raros e nessa medida valorizadas: espelhos, adornos, colares e paoitilha varia.

Este tipo de relações não duram muito tempo e a responsabilidade da deterioração das mesmas foi da iniciativa das classes dominantes europeias cuja avarice do lucro, próprio de um capitalismo nascente, as levou à exploração sistemática das riquezas africanas.

4. PRIMEIRAS RELAÇÕES NO LITORAL INDICO

No início da exploração os Europeus limitaram-se à costa ocidental da África.

Mas a procura do caminho marítimo para a Índia, fonte de ouro e especiarias, levou-os à Costa Oriental da África.

O objectivo principal dos Portugueses na costa oriental passou a ser o de se apoderarem do mercado Árabe. A sua intermediação no Oceano Indico foi desastrosa para os Árabes que perderam o papel de intermediários entre a Índia, o Extremo Oriente e a Europa.

Na costa oriental os contactos africanos portugueses não tiveram o mesmo carácter que tinham assumido na costa atlântica.

Quando ali chegaram os Portugueses descobriram nas cidades mercantis que estavam em contacto há séculos com a Pérsia, a Índia e a China, uma civilização mais requintada do que a sua. Assim a 1.ª atitude foi destruir, pilhar e queimar Quiloa, Bombaga e outras cidades do litoral indico cujo fraco

podar defensivo não pode impedir esta agressão violenta.

AS FEITORIAS

1. Os 1^{os} Estabelecimentos

Só em certos locais da costa ocidental os navegadores europeus conseguiram instalar-se

Em 1482 os Portugueses construíram o 1^o forte na Costa de Ouro a que chamaram Mina pensando a partir daí chegar às minas de ouro e que nenhum europeu conseguiu até ao séc. XIX devido à resistência dos reis e dos chefes da região, mas este forte só foi construído depois do cerco das autoridades locais e que prova o seu controle e domínio sobre a costa.

Para fazerem comércio os Europeus fundaram feitorias, isto é pequenos estabelecimentos comerciais por vezes fortificados.

Os grandes núcleos deste comércio eram a embocadura do Casamansa na Guiné (ouro) a Costa da Maragueta na actual Libéria (guindango); S. Jorge da Mina (ouro) Golfo de Benim (escravos, especiarias); Costa dos Camarões; Foz do Zaire (escravos, marfim).

Os Portugueses foram os 1^{os} a estabelecer feitorias nestes centros de comércio Arquim (Mauritânia); Goreia (Senegal); Rio Franco (Cabo Verde) Transcaval (Gâmbia) Ziguincher - lagamansa (Guiné) Samra (Costa do Marfim) Mina (Costa de Ouro - Gana); S. Tomé; S. Paulo da Ilândia.

O monopólio deste comércio pertencia ao rei de Portugal que concedia a contratadores o direito de traficar.

A exemplo de Portugal, os estados marítimos da Europa do Noroeste - França, Inglaterra, Holanda - cujo poderio económico e comercial não cessava de aumentar, foram atraídos no séc. XVII para a África subsariana pelos produtos que os traficantes Árabes e Portugueses traziam até à Europa.

Assim, Holandeses, Ingleses, Franceses, Dinamarqueses, Suecos e Brandeburgueses (Alemães) lançaram-se no comércio atlântico fundando feitorias fortificadas ao longo da costa africana, sobretudo no Golfo da Guiné onde em breve suplantaram os Portugueses.

Os Holandeses foram os primeiros aproveitando a ocupação de Portugal pela Espanha de quem eram súditos na altura. Apoderaram-se de um grande nº de estabelecimentos portugueses tanto em África como na Índia e na América.

Na costa ocidental africana ocuparam Arguim, Goreia, Mina, S. Tomé e Luanda. Além disso estenderam os seus domínios à região do Cabo em 1482 (África do Sul) e à África Oriental.

Portugal ficou (apenas) com as feitorias da Guiné (Cacheu, Fatick e Bissau). Quando alcançou a sua independência teve de aceitar as conquistas holandesas e foi preciso uma guerra de reconquista para recuperar S. Tomé, Luanda e a colónia do Brasil.

Os Franceses instalaram-se no Senegal onde fundaram S. Luis, conquistaram Goreia aos Holandeses, ocuparam a região do Alto Volta e Madagascar.

A costa do Ouro foi frequentada por Ingleses que se instalaram em Gâmbia e por Dinamarqueses e Alemães que também criaram alguns entrepostos.

O capitalismo mercantil europeu foi pois desde o início marcado por uma concorrência extraordinária levando os países participantes a lutas constantes.

2. PAPEL DAS FEITORIAS

As feitorias tiveram um duplo papel, foram postos de escala para os navios que se dirigiam à Índia ou à América e foram entrepostos a lugares de troca entre traficantes europeus e africanos. Por vezes serviram de ponte de partida para o interior mas a penetração foi fraca ou quase nula pois os africanos da costa impediam o acesso ao interior do Continente aos Europeus utilizando para isso os seus próprios intermediários.

3. NA ÁFRICA ORIENTAL

No litoral indico, os Arabes tinham instalado há muitos séculos vários entrepostos comerciais mantendo o monopólio do comércio desde o Cabo Guardafui na Somália até Sofala em Moçambique.

Quando Vasco da Gama chegou à região, começou pois a luta entre Arabes e Portugueses conseguindo estes arrebataram aqueles o controle do Índico durante a 1ª metade do séc. XVI.

Estabeleceram então várias feitorias no litoral, Sofala, Quelimane, ilha de Moçambique e tentaram penetrar no interior pelo Zambéze onde estabeleceram entrepostos, em Sena (1530) e Tete (1537) a fim de chegarem às célebres minas de ouro de Monomotapa. Mas aqui tiveram que fazer face da

resistência não só do Manomotopa mas também de outros reis africanos da região a quem tiveram de pagar tributo para poderem traficar. Todos os anos uma representação do Manomotopa ia a Tete receber os impostos dos Portugueses.

PRODUTOS

Os produtos trocados nas feitorias eram do lado europeu: tecidos, pacotilha várias, aguardente, armas de fogo e do lado africano: - o ouro de Bambuk (Gâmbia) de Buni (Guiné) ; a malagueta da Guiné e da Mina ; o marfim e os escravos.

Os 1.ºs produtos africanos eram enviados para as ilhas e para Lisboa, seguindo depois para outras grandes centros de comércio europeus.

Porém, as 1.ºs relações diplomáticas e comerciais deterioraram-se rapidamente e no fim do séc. XV o escravo negro tornou-se o elemento essencial das trocas entre África e a Europa.

INICIO DO TRAFICO DE ESCRAVOS

1. Antes da "Descoberta" da América pelos Europeus

Os escravos obtidos em África foram-no através de assaltos aos acampamentos Tamaraga ao longo do litoral do Sara e às aldeias negras da região do Senegal.

Os 1.ºs navegadores portugueses trouxeram para Lisboa alguns escravos que designavam por Mouras.

Em 1441 Antão Gonçalves, navegando ao serviço do Infante D. Henrique de Portugal, ao desembarcar na costa africana capturou os 1.ºs escravos africanos, tendo, para o efeito, causado várias mortes. Outros navegadores portugueses levaram para Lisboa, em 1444, o primeiro grande carregamento de escravos, em número de 263.

A curiosidade inicial regueira-se rapidamente razões de ordem comercial.

Tornou-se também de bom, tem as classes privilegiadas possuíam escravos negros para os seus serviços, como nota de exotismo.

A partir de 1511, $\frac{1}{10}$ da população de Lisboa era composta de escravos negros.

Alguns destes escravos eram empregues como mão de obra na agricultura sobretudo no Sul de Portugal (Algarve), na Madeira e nos Açores.

No princípio do séc. XVI os Portugueses já sólidamente implantados nas ilhas de Cabo Verde e de S. Tomé instalaram as plantações de cana de açúcar e recrutaram escravos para esta cultura nas costas do Senegal, na costa de Ouro e no Benim.

Até à descoberta da América, o tráfico de escravos forneceu à Europa algumas dezenas de milhares de escravos.

2. DEPOIS DA " DESCOBERTA " DA AMERICA

Depois da " descoberta " da América, o tráfico de escravos não só aumentou extraordinariamente como se tornou uma instituição que durante cerca de 4 séculos iria relacionar de forma dramática 3 continentes.

África - América - Europa no que foi também designado por " Grande Circuito "

A América " descoberta " por Cristovão Colombo em 1492 foi conquistada no princípio do séc. XVI por Espanhóis e Portugueses que massacravam os indígenas, Ameríndios ou os reduziam à escravidão.

A exploração destas terras exigia muita mão de obra. Os índios pouco numerosos habituados a uma vida nómada, não aguentaram a escravatura: morriam, fugiam ou eram massacrados.

Foram enviados Europeus degradados ou servos mas estes não tinham experiência na agricultura tropical.

Os traficantes recorreram então aos escravos africanos mais experientes na agricultura dos trópicos. Foi o início do comércio triangular.

A mão de obra africana tornava-se cada vez mais necessária à medida que a América era explorada nos seus recursos agrícolas e minerais. As plantações das Antilhas e do continente sobretudo do Brasil, desenvolviam as culturas do açúcar, do tabaco do algodão e do café. A exploração mineira tinha como objectivo a obtenção de ouro e prata necessários à expansão do capitalismo europeu.

Em 1509, a corôa de Espanha promulgou a 1ª lei da relativa à exportação de escravos para a América, principalmente para as ilhas Hispânicas (Haiti). Alguns destes escravos era brancos. O tráfico de escravos brancos só declinou a partir da 2ª metade do séc. XVI.

Em 1510 foi ordenado pelo rei o 1º transporte de escravos negros para a América e primeiro 50, de pois 200 - destinados a serem vendidos nas Antilhas.

Em 1515 partiu para a Europa o 1º carregamento de açúcar produzido por escravos nas Antilhas. A partir daí o tráfico tornou-se uma instituição fazendo parte integrante da economia colonial espanhola. Os rendimentos da monarquia espanhola passaram a provir sobretudo do tráfico; o direito de resgatar escravos e dispor deles tornou-se uma prerrogativa real. Surgiu assim o "asiento" em 1518 isto é o direito de comprar escravos em África e vendê-los na América mediante condições especiais e precisas, estabelecidas pelo rei de Espanha. O asiento foi concedido pela primeira vez aos Holandeses e passou sucessivamente para Genoveses, Portugueses e Ingleses.

No séc. XVI, pois o tráfico permaneceu monopólio dos Portugueses e Espanhóis que encaminhavam os escravos para Cabo Verde S. Tomé, Brasil e as ilhas de Cuba e S. Domingos de Haiti.

Em 1580 Portugal perde a sua independência assim como as suas possessões na Ásia e as feitorias africanas. Os Holandeses foram os grandes beneficiários de 1600 a 1680 do comércio e da navegação no Atlântico, limitados apenas concorrência francesa e inglesa.

No princípio do séc. XVII estima-se que um milhão de escravos transportados para a América sendo mais da metade originários de Angola, do Congo e do Benim. A outra parte provinha da Costa do Ouro e da Senegâmbia (entre o rio Senegal e a Serra Leoa).

Se no séc. XVI o monopólio do tráfico de escravos foi hispano-português, no séc. XVII foi holandês e no séc. XVIII Inglês. Mas durante todos estes séculos a concorrência foi uma dominante. Do Cabo Branco a Angola na Costa Ocidental e em diversas partes da costa Oriental foram disputadas feitorias e privilégios, quer entre particulares, quer entre companhias de comércio quer finalmente entre estados europeus.

Havia zonas de concorrência comercial mais intensa: era o caso da costa e do Golfo da Guiné onde os comerciantes, europeus se debatiam pela obtenção de melhores produtos e por mais número de escravos.

10

Assim, na Costa do Ouro havia 33 fortes pertencentes a Holandeses, Ingleses, Dinamarqueses e Brandeburgueses; na Costa dos Escravos (Golfo de Benin) estavam os Franceses, Holandeses e Portugueses; na Senegâmbia, Gabão e Congo, os Ingleses e Franceses. A costa ao Sul do rio Congo era monopólio português e as concorrências aí não era muito grande.

Os escravos africanos eram levados para as Antilhas por navios Franceses, Holandeses e Ingleses; para o Brasil por Portugueses; para a América do Norte por Ingleses e Holandeses; para o Canadá por Franceses.

2. A ESCRAVATURA EM AFRICA

Em Africa a escravidão existia desde tempos remotos como vimos na 7ª classe.

Muitos dos grandes trabalhos públicos ou domésticos eram executados por escravos. No entanto o escravo era 1 membro da comunidade e tinha muitas vezes a mesma situação material e direitos semelhantes aos dos outros membros da comunidade.

A origem da situação de escravo na guerra ou na violação da lei.

No entanto os escravos podiam libertar-se pelo trabalho, casar com as filhas dos senhores; herdar os seus bens, etc.

Quando os traficantes europeus chegaram ao Benin aperceberam-se que aí podiam comprar escravos os indivíduos da região; apenas os estrangeiros eram transaccionados.

A escravatura era doméstica com patriarcal e não comercial.

Nas regiões de Africa onde o desenvolvimento sócio - económico era mais avançado (centros urbanos de Djenné e Tombuctu; ilhas afro - árabes da costa oriental como Zanzibar) a escravatura tinha tomado um carácter de exploração mais acentuada.

Grupos de 100 a 200 escravos pertenciam por vezes a um príncipe ou a um grande mercador. Mas estes cruvas viviam com a sua família e eram mais servos do que escravos. Cada um destes eram no entanto uma excepção muito localizada no tempo e no espaço.

Em geral o escravo era rapidamente integrado na família. Tinha direitos civicos e até direitos de propriedades no Congo, por exemplo houve escravos possuidores de outros escravos.

Um escravo podia preencher provisoriamente o lugar de chefe,

O pai de família chamava o escravo pelo vocábulo *Nvama* (filho) e para evitar ambigüidade por vezes designava o seu verdadeiro filho por (filho de ventre."

Nestas regiões da África a situação era tão favorável mas o regime comunitário ou patriarcal onde o desenvolvimento das forças produtivas não era grande impedia que o escravo fosse um bom mercantil no sentido *Nvama* do termo.

Havia mesmo certas comunidades onde a escravatura era desocupaçã-da: era o caso dos *Fang* na África Equatorial, com o tráfico de escravos através do Atlântico a escravatura africana mudou de natureza tornando-se comercial.

No início apenas os estrangeiros eram vendidos. Para isso os chefes africanos organizavam raias e guerras muitas vezes com o auxílio dos traficantes europeus.

Com o desenvolvimento do sistema os cativos não eram suficientes e as próprias membros da comunidade começaram a ser atingidos.

Pode-se pois afirmar que o tráfico de escravos se desenvolveu com a cumplicidade das classes dominantes europeia e africana em detrimento das massas camponesas.

Comércio de Escravos em África antes da intervenção europeia.

Os colonialistas tentaram sempre justificar e legitimar a sua actuação em África apresentando a exportação de escravos como uma corrente tradicional que seria simplesmente anulada de direcção. Esta foi mais uma justificação da historiografia colonial.

No comércio transaariano com os reinos do Gambia e do Mali, escravos negros eram vendidos para o mundo árabe. Porém o seu número não ultrapagava o dos escravos provenientes da Europa, infelizes germanos e eslavos pagãos na mesma época.

A fabricação de escravos com destino aos países árabes era feita na cidade de verdum em França e em Veneza, na Itália onde os eslavos do Adriático eram as 1.ªs vítimas.

O comércio africano de escravos não tinha grande amplitude pois no mundo árabe a escravidão não desempenhava um papel importante na produção. Servia sobretudo para harem e as grandes casas dos ricos em conselheiros ou em pessoal doméstico.

Este comércio não se fazia em sentido único, os imperadores de Mali tinham na sua corte pagãos brancos comprados no Egito.

O número de escravos com destino aos países árabes e ao império otomano (turcos) também não foi tão grande quanto o pretendem aqueles historiadores.

Eis só os tornou substancial quando passou a alimentar na costa oriental de África uma economia de plantações no momento em que os árabes se substituíram de novo aos Portugueses na região. Mas isto deu-se só no séc. XII, altura em que o tráfico do Atlântico estava a declinar.

O COMÉRCIO TRIANGULAR

O tráfico negreiro deu origem a um circuito comercial que se designou por comércio triangular. Este comércio praticado pela maioria dos países europeus e depois pelos Americanos com a complicitade dos chefes africanos durou até ao fim do séc. XIX e marcou fortemente a História africana.

A "descoberta" e a exploração da América estão, como se viu atrás, na origem deste tráfico.

Navios negreiros partiam dos postos europeus carregados de artigos em geral de pouco valor tais como barras de ferro, tecidos, fardos (fatos de teatro ou militares) aguardente (misturada com água ou sabão para fazer espuma), pacotilha vários (espelhos, colares, contas de vidro, etc) nos quetes e fuzis velhos. Chegadas à costa africana os comerciantes europeus trocavam estes produtos por ouro, pelos goma marfim e sobretudo escravos que eram transportados para a América e vendidos aos colonos. Estes forneciam os produtos das plantações (açúcar, algodão, café, tabaco, indigo) e das minas (prata, ouro pedras preciosas) que os navios negreiros transportavam para a Europa. O comércio triangular permitia assim a obtenção de grandes lucros na venda de produtos europeus em África, escravos na América e produtos americanos na Europa.

O transporte no início era organizado por particulares. Os governos europeus inicialmente alheios a este tráfico humano acabaram por aceitar e até encorajar esta prática, devido ao interesse económico que representavam.

O comércio triangular foi no princípio monopólio português e espanhol mas a partir do fim do séc. XVI, companhia holandesas, francesas e inglesas entraram no circuito lutando por controlarem as regiões mais lucrativas.

Surgiu assim uma concorrência encarniçada entre potências europeias que iria manter-se ao longo de todo o período do tráfico.

Na costa africana havia zonas de comércio livre e zonas de comércio controlado pelos governos dos países europeus interessados. Assim, de Senegal ao Cabo Lopes o comércio não era livre: cada país europeu tinha a sua zona; de Cabo Lopes a Angola o comércio era livre. Portugal reservava para si o Kongo, Angola e Benguela.

Sectores do Tráfico:

Havia 7 sectores principais de tráfico e que abrangiam a zona que vai até Angola:

de Arguin (Mauritânia)

- Senegal
- Serra Leoa
- Costa da Guiné
- Costa do Marfim
- Costa de Ouro (actual Ghana)
- Costa dos Escravos (Togo, Dahomey, Nigéria)
- Costa do Loango e de Angola.

Entre o Senegal e a Costa de Ouro, o tráfico existia mas era insignificante em relação à parte oriental do Golfo da Guiné e à costa do Kongo e de Angola.

Na costa de Ouro foi o Ghana que forneceu o efectivo mais elevado. Os escravos eram transportados pelos Holandeses que os vendiam no Brasil e na América Central. No séc. XVIII os Ingleses transportavam-nos para as colónias de América do Norte México, Cuba e Peru.

A costa dos Escravos não começou a ser frequentada senão no séc. XVII e sobretudo no séc. XVIII. Os negreiros franceses desembarcavam os escravos em S. Domingos (Haiti), nas Antilhas francesas e na Luíçiana, na América do Norte.

Os Ingleses enviavam os seus escravos para a Jamaica. O delta do Niger no Golfo da Guiné era frequentado por portugueses e ingleses. Angola permaneceu à frente da Costa do Ouro e do Benim para o fornecimento de escravos.

S. Tomé e Príncipe e o Golfo do Benim eram partes de escala importantes para o comércio triangular: ali se compravam vinhos e bebidas necessárias à viagem para o Brasil.

Organização e Evolução do Tráfico

As Companhias Concessionárias

O comércio triangular apesar dos lucros enormes que proporcionava aos comerciantes europeus, comportava alguns riscos: naufrágios, pirataria, guerras entre potências, resistência dos povos africanos. Assim, armadores e mercadores europeus agruparam-se em associações ou companhias com o apoio do poder estatal dos respectivos países.

Os reis davam a cada companhia de mercadores o monopólio nacional do comércio numa determinada região da costa oriental africana através de uma "carta de garantia" onde eram fixadas as obrigações e os direitos da mesma.

Estas Companhias concessionárias (porque organizadas mediante uma concessão real) em monopolistas (porque obtinham o monopólio comercial) beneficiavam também de privilégios tais como a isenção de certos impostos. Em troca, os reis exigiam parte dos lucros obtidos no comércio.

Se o tráfico negreiro no longo dos sécs. XV e XVI foi obra sobretudo de particulares (navegadores, comerciantes, piratas aventureiros), a partir do séc. XVII passou a ser exercido pelas grandes companhias. Foram estas que se encarregaram do comércio atlântico e da exploração das colónias da América; foram elas também que organizaram a instalação de feitorias e a construção de partes e armazéns de escravos.

Ocupavam-se ainda das despesas, compravam ou fretavam navios equipando-os com todo o material necessário. Os reis europeus delegavam pois nestas grandes empresas o direito de negociarem directamente com os reis e os chefes africanos e de administrarem em seu nome as regiões ocupadas. No entanto, no início, a interferência europeia não assumia o carácter de conquista (exceptuando o caso português): nas sociedades africanas o poder continuava a pertencer a uma classe que via no tráfico um meio de reforçar a sua força, riqueza ou prestígio. Para poderem negociar, os capitães ou comerciantes europeus tinham de ter o acordo do rei ou do chefe local.

O capital das companhias era constituída por acções e os lucros dos associados eram proporcionais ao capital investido. Obtinham maiores lucros aqueles que tinham colocado maior quantidade de dinheiro na empresa.

Todos os países colonizadores tiveram companhias deste tipo sendo as mais importantes as francesas (C^a de Cabo Verde e Senegal, C^a das Índias Ocidentais) as inglesas (C^a dos Aventureiros Reais da África) e holandesas (C^a das Índias Ocidentais e das Índias Orientais para o comércio do Oriente).

Portugal foi uma excepção pois o tráfico de escravos foi obra sobretudo de negreiros particulares que traziam do Brasil tabaco de má qualidade e rum, e levavam escravos. Isto aconteceu sobretudo a partir do séc. XVII altura em que as relações entre as possessões da África e o Brasil começaram a ser directas.

O governo português, tontou no séc. XVII com grande sucesso defender o seu monopólio criando 2 Companhias: a C^a de Cacheu e Cabo Verde e a C^a do Grão-Pará e Maranhão que tiveram uma duração efémera. Portugal tinha sido já ultrapassado no comércio de atlântico pelas grandes potências expansionistas da época: Holanda, França, Inglaterra.

O capitalismo europeu encontrava-se numa fase de desenvolvimento e de acumulação de capital para o que muito contribuiu o comércio atlântico com a exploração desenfreada dos povos africanos e a sangria que o tráfico proporcionou.

O capitalismo europeu nasceu e desenvolveu-se pois "jor-
rando sangue e lado por todos os lados" como diria Karl Marx ao
analisar as origens do capitalismo.

As Companhias monopolistas vítimas de um sistema de Esta-
do muito rigoroso acabaram por ser extintas por deixarem de corres-
ponder às necessidades do capitalismo europeu na fase de livre con-
corrência.

A CONCORRENCIA

Não tardaram a surgir rivalidades entre as Companhias e
depois entre os Estados europeus que eram aumentando à medida que o
tráfego se desenvolvia.

Houve fases de predominância portuguesa, holandesa, fran-
cesa e inglesa mas as disputas e as lutas pela conquista de melho-
res mercados foram constantes. Os negreiros utilizaram vários méto-
dos de actuação para (se) controlarem as melhores zonas: ou tenta-
vam impressionar as populações africanas locais pelo fausto apresen-
tado; ou espalhavam rumores terríveis sobre as regiões visitadas
para afastar os concorrentes; ou organizavam operações militares sob
a forma de guerras de pirataria; ou ainda organizavam represálias so-
bre aldeias africanas que commerciassem com os seus rivais.

Assim, os comerciantes europeus conseguiram conquistar
zonas de influência ao longo da costa africana: a costa do Senegal
era frequentada sobretudo por Franceses; a Grãmbia por Ingleses;
casamansa por Portugueses; a costa de Malabar e Malagueta por Fran-
ceses e Ingleses; a costa do Marfim por Holandeses; a costa do Ouro
por Ingleses e Holandeses; a costa dos Escravos era a mais lucrati-
va e frequentada pelos vários concorrentes; as costas de Loango e de
Angola foram de início domínio dos Portugueses, mas não tardaram em
ser frequentadas por Ingleses e Franceses.

Mas estas zonas não eram fixas nem definitivas. As potências europeias chegaram no ponto de se apoderarem pela força de feitorias ou de partes de outros Estados. Os Holandeses conquistaram aos Portugueses, a Mina, Luanda e Benguela em 1641; os Franceses em 1677 apoderaram-se de Coreia que até aí pertencem aos Holandeses e enviaram um navio de guerra para destruir um porto que os Portugueses estavam a construir em Cabinda.

Esta luta desenfreada pela costa africana tinha a sua origem nos lucros fabulosos que o tráfico humano proporcionava aos negreiros e aos Estados europeus que os apoiavam.

MÉTODOS E MEIOS DE ACÇÃO DOS NEGREIROS

Os negreiros (traficantes de negros) ao chegarem à costa africana com as suas mercadorias, ou faziam cabotagem ao longo da costa ou desembarcavam num porto onde, negociavam com os intermediários africanos.

Nalguns portos como Coreia existiam feitorias onde os traficantes negreiros (intérpretes, intermediários, guardas, etc) actuavam com uma ganância e ferocidade incalculáveis. Organizou-se um sistema com regras próprias: presentes de boas vindas aos reis e chefes locais, pagamento de direitos de tráfico prioridade de compra, comissões para os intermediários, etc.

As razias directas para captura de escravos, dos primeiros tempos sucederam-se acordos com os soberanos locais que passaram a vender aos Europeus os seus condenados ou prisioneiros de guerra. Mas com o desenvolvimento de tráfico, estes escravos não eram suficientes e foi necessário obter ainda mais noutras regiões. Daí uma forma de penetração no interior particularmente heftista para as populações africanas animada geralmente por descendentes de antigos negreiros que se tinham fixado em África e que tinham como função organizar o tráfico no interior. Era o caso dos lançados na Guiné ou dos porbeiros no Congo.

Assim, "batedores de mato" percorriam o interior do continente e depois de vários meses de ausência traziam para a costa caravanas de escravos capturados nas raias. Estes batedores de mato de origens diversas, não vendiam eles próprios os escravos mas entregavam-nos a intermediários do litoral que por sua vez os vendiam aos negreiros europeus reclamando-lhes um preço variável segundo a época, a concorrência e a região.

Nos mercados os escravos eram examinados como gado, vendidos em leilão e depois armazenados em locais próprios, empilhados em quartos húmidos e mal iluminados enquanto esperavam o embarque.

Os navios negreiros eram barcos especiais com uma capacidade de 500 a 660 pessoas, munidos de correntes, cujos porões eram preparados com o fim de levarem o máximo de carga humana no espaço disponível.

As condições de transporte eram de grande insalubridade e em média 1/3 dos escravos morria no trajeto.

Por vezes rebentavam revoltas nos barcos, mas eram reprimidas com a mais bárbara selvejaria.

Os escravos que sobreviviam até chegar à América eram vendidos nos mercados para serem utilizados nas plantações ou nas minas. (af)

"PEÇAS DA ÍNDIA" OU "MADEIRA DE ÉBANO"

Cada sector do tráfico tinha a reputação entre os negreiros de fornecer um determinado "tipo" de escravos cotados nos portos da Europa e da América, tal como qualquer outra mercadoria. Generalizaram-se assim entre os negreiros preconceitos deste género:

Cayor era reputada por vender escravos de guerra sempre prontos a revoltarem-se; os Bambara eram considerados estúpidos, doces e robustos; a costa de Ouro e Guidah fornecia bons cultivadores mas com tendência ao suicídio; os Kongolezes tinham boa reputação: alegres e bons trabalhadores?

Os negreiros classificavam ainda os escravos segundo a sua idade, robustez e estado de saúde. As "peças da Índia" eram Negros dos 2 sexos, jovens sem quaisquer defeitos físicos: deviam ter todos os dentes, todos os dedos bons olhos e excelente saúde. Uma peça da Índia podia constituir mais do que um escravo (a mãe e seu filho, 3 crianças de 3 a 7 anos, etc).

Só depois de um exame anatómico minucioso e completo é que o escravo estava pronto para ser vendido. Era então trocado juntamente com o marfim, a borracha, o pó de ouro contra quinquilharia, velhos fusis, aguardente. Depois de adquirido, o escravo era marcado com ferro em brasa com as iniciais do comprador; quando resistiam eram vergastadas.

Alguns escravos antes de embarcar lançavam-se ao mar; outros suicidavam-se.

Depois de uma travessia penosa e em condições o mais desumanas possíveis os escravos doentes eram lançados ao mar; os outros eram submetidos, à chegada, a novo exame médico: dentes, olhos, sexo, mãos e pés. Por vezes eram chicoteados para se assegurarem da sua resistência.

Nas plantações⁽⁸⁾ das minas, a violência continuava. Não havia qualquer legislação que protegesse o trabalho do escravo. Este não era mais do que um objecto, uma máquina de trabalho.

Tal como a madeira, fora abatido vendido, transportado e entregue: daí a sua designação de "madeira de ébano".

O TRÁFICO DA ÁFRICA ORIENTAL

Antes da chegada dos Portugueses o comércio de escravos na costa Oriental da África e nas ilhas do Índico, embora existisse nunca tomara as proporções do tráfico do Atlântico. Este comércio era feito pelos árabes que o encaminhavam para a Arábia e o Médio Oriente.

As lutas entre o Manomotopa e as tribos vizinhas deram aos Portugueses a oportunidade de começar o comércio de escravos. Em 1544 fundaram uma feitoria em Quelimani para onde eram escoados os escravos feitos nas guerras entre Africanos e que se destinavam a Índia, a Portugal e ao Brasil.

do a sua
negros dos
dos os den
Índia po-
rianças

é que o
amente com
e fusis,
ro em bra-
adas.

outros

desumanas
ram sub-
ões e pés.
ia.

o havia
não era

o e entre

os na cos
mca toma-
o pelos

aos Por
44 fundar
e feitos
gal e ao

Porém o transporte para Portugal e para Brasil era improdutivo pois a viagem era longa e uma grande parte dos escravos morria no caminho. O tráfico passou então a dirigir-se essencialmente para a Índia.

Só a partir de 1640, quando Angola estava ocupada pelos Holandeses e o tráfico da Índia se tornou pouco rentável é que os negreiros portugueses começaram a ir a costa Oriental à procura de escravos para satisfazer o nº anual necessário para o trabalho nas roças do Brasil. Pois só nos fins do séc. XVIII é que este comércio se intensificou. Os maiores centros de venda eram a Ilha de Moçambique e Quelimane. Os prazeiros eram os grandes fornecedores de escravos que obtinham directamente dos chefes africanos ou através de razias, ou ainda fomentando guerras entre os povos africanos.

AS REVOLTAS DOS ESCRAVOS

Os escravos não aceitaram a sua condição com passividade.

Embora a escravidão já existisse em África antes da chegada dos Europeus como se viu atrás, tratava-se de uma escravidão doméstica ou patriarcal onde o escravo tinha um lugar na comunidade. Por outro lado, se existir um comércio de escravos destinado essencialmente ao mundo mediterrânico e ao mundo árabe ele nunca tornou proporções nem trouxe a África efeitos semelhantes aos do tráfico atlântico.

Portanto desde o início que os Africanos tentaram escapar às violências de que estavam sendo vítimas ou pela fuga, ou pelo suicídio ou mesmo pela revolta.

Durante a travessia para a América, muitos escravos preferiam lançar-se ao mar a sofrer as horríveis condições dos navios.

Estas revoltas eram reprimidas e os recalcitrantes castigados exemplarmente.

Nas colónias da América houve várias revoltas de escravos. A 1ª a ser assimilada pela sua importância deu-se em 1522 na Hispaniola (S. Domingos de Haiti). Outras se sucederam: 1527, Porto Rico; 1529, Sta Marta

.../...

1531, Panamá. Estas revoltas levaram os Espanhois a criar em 1532 uma policia especial destinada a reprimir e a caçar os escravos fugitivos.

Outras vezes os escravos fugiam para o mato organizando aldeias fortificadas que no Brasil se designavam "quilombos". O quilombo de Palmares nesta colónia agrupou mais de 30.000 escravos e os Portuguezes só conseguiram destruí-lo, depois de várias expedições.

Nas Antilhas, os fugitivos designados "negros castanhos" formaram verdadeiros estados independentes (Haiti, Gamaica).

Apesar destas revoltas mais ou menos organizadas, mais ou menos esporádicas os escravos africanos não puderam acabar com a exploração e a condição sub-humana a que estavam submetidos. As condições ainda não estavam reunidas para levarem a bem a sua luta contra os opressores. Foram precisos três séculos para que a 1ª sublevação de escravos negros na América resultasse: ela deu-se nos fins do séc. XVIII em S. Domingos do Haiti onde um antigo escravo Toussaint-Louverture dirigiu uma das maiores revoltas de escravos que a História colonial conheceu, ponto fim ao domínio colonial francês.

7. ESTIMATIVAS

Quando se trata de avaliar o nº de Africanos que o tráfico negreiro retiram a África entre os séculos XV e os cálculos divergem consoante os historiadores.

Os documentos de base para esta avaliação são os elementos estatísticos dos livros de bordo ou dos portos negreiros mas eles deram origem a estimativas diferentes que vão de 150 milhões no mínimo. Os historiadores que avaliam o volume do tráfico negreiro entre 10 a 12 milhões de escravos, escondem mal as suas intenções de minimisar este tráfico e assim aligeirar a acção europeia.

Mas para avaliar de uma forma global e correcta o tráfico de escravos é necessário ter em conta o tráfico destinado à América, o tráfico oriental em direcção ao Egipto, ao Próximo e ao Médio Oriente (menos intenso mas mais antigo). Os escravos mortos por ocasião das guerras de captura, da caça ao homem dos massacres;

.../...

nos barracões onde eram armazenados à espera de embarque; durante os percursos e a travessia do Atlântico.

Tendo em conta todos estes dados pode-se considerar que cerca de 100 milhões de Africanos foram retirados a África sendo o mínimo 50 milhões o que já representa $\frac{1}{4}$ da população africana actual.

Autêntico genocídio, um dos maiores que a História conheceu, tendo em conta as consequências que dele resultaram para os povos africanos.

24

Efeitos do tráfico nas regiões costeiras e no interior

Duma forma global, o tráfico de escravos paralizou o desenvolvimento das forças produtivas da África a sul do Sara devido à perda da sua força de trabalho e à desorganização das sociedades, o que teve consequências económicas e políticas desastrosas a curto e a longo prazo, para todo o continente.

Punção demográfica

O tráfico atingiu sobretudo os elementos mais vigorosos da população africana - "as peças da índia" - e o que, provocou o enfraquecimento demográfico e o subpovoamento do continente. Com efeito, a transferência de milhões dos melhores produtores e reprodutores (cultivadores, ferreiros, tecelões, todos jovens) e o extermínio de outros tantos milhões (guerras, razias, fadiga, doença) contribuíram para que a população africana diminuísse enquanto o resto da população do globo se encontrava em franca expansão.

Certos historiadores minimizaram o factor negativo do despovoamento africano provocado pelo tráfico alegando que as zonas de maior tráfico no passado são as mais povoadas actualmente. Ignoram no entanto, que as populações mais atingidas foram as do interior em detrimento de quem as costeiras faziam o tráfico.

Se o litoral africano (sobretudo no Golfo da Guiné) é actualmente muito povoado, isto deve-se a vários factores. Por um lado as populações desta zona sofreram menos os efeitos do tráfico (as razias como se viu eram feitas no interior) e utilizaram mais cedo as novas plantas importadas da América o que contribuiu para um enriquecimento da sua alimentação; por outro lado a costa exercia atracção sobre as populações recentemente chegadas por migrações devido à grande actividade comercial aí praticada.

Nas estas zonas de grande povoamento são raras e no seu conjunto a África é actualmente um continente subpovoado para o que muito contribuiu a sangria exercida sobre a população durante quatro séculos de tráfico.

Desorganização das sociedades africanas

Se o tráfico no início se limitou aos escravos já existentes nas sociedades africanas do litoral, a partir do fim do séc. XVI a procura aumentou de tal maneira que levou os chefes africanos a fornecer não apenas os "verdadeiros escravos" mas a procurar outros através da guerra e de razias no interior. Em vez da actividade produtiva a ocupação mais lucrativa tornou-se a guerra.

ou o de-
devido
iedades,
a curto

gorosos
ou o
. Com
e re-
) e o
a, doen-
quanto
ção.
vo do
as
almente.
as do
o.
(s)
. Por
lo trá-
zaram
tribuiu
costa
por

no seu
a o que
e

exis-
do séc.
afri-
procu-
da
guerra.

Assim, do litoral do Senegal d Angola, reis, chefes e mercadores africanos envolveram-se irremediavelmente no comércio de escravos e as suas terras passaram a ser quase exclusivamente locais de exportação de mercadoria humana. A sociedade tendia a dividir-se em dois grandes grupos: a massa de produtores e uma minoria de nobres e traficantes enriquecidos por um comércio de novo tipo. Para estes criou-se um ciclo vicioso: para poderem capturar escravos, necessitavam de armas de fogo; para obter armas de fogo (que se tornaram um elemento imprescindível para a própria sobrevivência dos estados e das classes no poder) era necessário vender cada vez mais escravos.

Como o mercado estava em expansão constante os povos do litoral e do interior mais próximo estavam em estado de beligerância contínua. Mesmo os estados mais poderosos do interior que se recusaram, enquanto puderam, a vender escravos, viram-se em determinada altura obrigados a travar autênticas batalhas para alcançarem a costa e assim disporem de armas para se defenderem.

As relações entre os diversos estados e povos deterioraram-se. Despojada dos seus melhores elementos - massacrados ou deportados - as sociedades desorganizaram-se.

Migrações forçadas de populações apavoradas, fugindo das razias, ~~criaram~~ criaram uma situação de instabilidade tal que iria minar as bases da sociedade rural negro-africana.

O tráfico teve também efeitos psicológicos sobre os povos e os indivíduos: o medo, a coacção moral e o complexo de inferioridade marcaram a actuação dos africanos, sobretudo nas áreas mais afectadas.

A desorganização das sociedades inteiras (povos, comunidades, reinos), atingiu proporções tais que quando no séc. XIX as potências coloniais europeias decidiram partilhar entre si o continente africano, ~~respondendo~~ respondendo às exigências do capitalismo da época, encontraram povos material e moralmente arruinados, como resultado de quatro séculos de rapina. Apesar de tudo os povos africanos ainda foram capazes de oferecer resistência à ocupação e não foi fácil aos colonialistas conseguirem dominar África.

O papel das armas de fogo

Os negreiros trouxeram as espingardas e a pólvora. A obtenção destas armas dependia da entrega de escravos. Os estados africanos passaram um atrás de outro a usar armas de fogo, generalizando-se assim a sua necessidade para a defesa. A guerra ~~era~~

deixou de ser provocada meramente por motivo de controle da terra, negócio ou tributo mas passou a ser um meio de sobrevivência. Um chefe que possuísse mosquetes e pólvora podia obter uma boa reserva de escravos, atacando outros povos. Se faltassem essas armas todo o povo corria o perigo de ser atacado por sua vez e escravizado por outros.

A guerra e a caça ao vizinho tornaram-se pois questões de vida ou de morte. Os estados mais foram eliminados a favor dos mais fortes; as camadas produtoras da população foram vendidas pelos grupos privilegiados cuja principal preocupação passou a ser o lucro desenfreado e o enriquecimento fácil.

A anarquia e a violência instalaram-se.

Efeitos económicos

O tráfico do atlântico instaurou ~~uma~~ relações comerciais de um novo tipo em que o escravo serviu de equivalente monetário do mesmo modo que a cabeça de gado, a barra de sal ou o cauri. O resultado ~~em~~ sob o ponto de vista económico foi a redução da capacidade produtiva (deportação, insegurança), o estabelecimento da fome ~~e~~ e de epidemias (mais frequentes em populações esmoeadas ou enfraquecidas).

Como a principal mercadoria procurada era a humana, não havia estímulo para a produção destinada ao mercado, mesmo para o consumo se deixou de produzir pois certas mercadorias vinham da Europa (instrumentos, tecidos, bujângas várias) o que fez declinar o artesanato tradicional.

Os intermediários africanos da costa não se aperceberam de que vendendo cultivadores e artesãos ou simplesmente procriadores estavam a contribuir para a sua própria destruição como povos organizados. Por outro lado fecharam o acesso ao interior de maneira a reservarem-se o monopólio do comércio, o que aumentou o isolamento daquelas populações.

Duma forma geral houve regressão das forças produtivas. Povos agricultores voltaram à recollecção e populações sedentárias de longa data viram-se forçadas a deslocar-se para o interior procurando refúgio ou construindo paliçadas sobre os lagos do interior.

África viu-se privada da força de trabalho necessária para o seu desenvolvimento o que a lançou no atraso e no sub-desenvolvimento.

O processo de diferenciação social em classes antagónicas que normalmente se faz na base do desenvolvimento das forças produtivas aqui foi feito numa base de regressão, não sendo portanto um factor de progresso. As próprias classes dominantes

a terra,
a. Um
reser-
mas
cravi-

stões
or dos
das
a a ser

ciais
ário
i. O
a
ento
esfo-

, não
ara
am
ez

beram
ria-
o
ior
men-

ivas.
árias
or
o

ria
de-

góni-
rças
or-

reforçadas ou criadas durante o período de tráfico, eram extremamente frágeis, tornando-se presa fácil dos interesses dos negreiros europeus.

A introdução de novas plantas - milho, mandioca, amendoim - vindas da América não constituiu uma revolução nas forças produtivas como pretendem alguns historiadores. Se elas foram um factor positivo que contribuiu para a diversificação da dieta das populações africanas, não atingiram todas as zonas e além disso a insegurança geral em que se vivia não permitia nem a cultura das plantas locais nem das importadas.

É certo que os novos circuitos comerciais introduzidos pelo tráfico do atlântico contribuíram para o relacionamento de povos de vários continentes, ~~mas de forma violenta~~ mas de forma violenta lenta pelo que o preço foi demasiado alto para as massas camponesas africanas.

Efeitos políticos

A partir do séc. XVI os grandes reinos ou impérios antigos declinaram e fragmentaram-se acabando por desaparecer. Foi o caso do Songhai, do Benim ou do Kongo.

O tráfico permitiu a criação de novos poderes políticos em detrimento dos antigos. O recuo generalizado do islamismo permitiu o aparecimento de novos estados, essencialmente guerreiros e dominados por uma aristocracia militar.

A desagregação do império do Songhai depois da conquista marroquina () deu origem à multiplicação de estados minúsculos em guerra permanente uns com os outros.

No Golfo da Guiné formaram-se pequenos estados dirigidos por chefes aventureiros enriquecidos pelo comércio de escravos e apoiados por grupos guerreiros, armados de espeingardas, cuja função principal era fazer a guerra. Mais fusis ~~significavam mais~~ e bens de prestígio significavam mais escravos: tal era a engrenagem que os chefes do litoral instauraram sob pressão dos negreiros.

A fragmentação política e étnica na costa favoreceu o estado constante de guerra provocado pela procura de escravos fora dos limites de cada estado ou de cada comunidade. O reino do Benim embora se tenha adaptado ao tráfico, a partir do séc. XVIII, as guerras contínuas e a diminuição da população, levaram à destruição económica e política deste estado cujas realizações artísticas tão célebres anteriormente, estavam em vias de desaparecimento.

Surgiram no entanto durante o período do tráfico e como adaptação perfeita a ele três estados importantes, fortemente estruturados, situados na região do Benim, a cerca de 200 Km da costa, em plena zona de caça aos escravos. Foram o reino Yoruba de Oyo, o reino do Daomé e a confederação Achanti. Para estes estados o problema punha-se nos seguintes termos: ou os seus próprios povos eram vendidos aos europeus pelas populações do litoral ou eles próprios se tornavam também vendedores de escravos capturados nas etnias vizinhas. Esta segunda via foi a escolhida e estes estados prosperaram graças ao tráfico do Atlântico. Mas a partir dos fins do séc. XVIII estavam esgotados, vítimas do seu próprio sistema.

O tráfico teve pois incidências diferentes nos vários povos e estados africanos que responderam positiva ou negativamente a ele consoante o grau de desenvolvimento das suas forças produtivas e a sua proximidade ou afastamento das áreas de tráfico e ~~dos~~ dos circuitos comerciais.

Como se referiu anteriormente o tráfico atlântico incidiu diferentemente nas várias sociedades africanas. Se por comodidade se adopta para a história africana uma periodização em que os sécs. XVI, XVII e XVIII são globalmente designadas por "era do tráfico" isso não significa que ele tenha afectado do mesmo modo as sociedades.

Por outro lado se no séc. XVI se inicia a interferência europeia na evolução histórica do continente - interferência que irá crescendo até culminar na partilha de África entre várias potências colonizadoras, no final do séc. XIX - essa evolução não deixa de ser conduzida pela capacidade de resposta das sociedades africanas às novas condições.

Vamos pois estudar algumas sociedades deste período e os condicionalismos da diversidade de respostas que o tráfico nelas encontrou.

Para simplificar adoptou-se para a classificação destas sociedades o critério da sua maior ou menor ligação com o tráfico.

Estados directamente ligados ao tráfico atlântico e adaptados a ele

Estados do Golfo da Guiné

"As populações costeiras até à chegada dos europeus não tinham atingido um grande desenvolvimento que lhes permitisse organizarem-se em estados complexos, como foi o caso de outros povos do interior. O meio geográfico foi um dos obstáculos ao desenvolvimento e à expansão destes povos. Situados entre o oceano e a savana sudanesa numa zona de floresta, onde reina a humidade, uma vegetação luxuriante, insectos e animais de toda a espécie os homens da costa levavam uma vida de luta quotidiana pelo desbravamento do solo praticando contudo uma agricultura extremamente engenhosa com instrumentos rudimentares. Eram na maioria sociedades organizadas em clãs ou em tribos, outras no entanto já constituídas em estado. A prática da escravatura era limitada e as trocas com o exterior também. Contudo mercadores da savana vinham procurar ouro, cola ou escravos no sul, embora a sua penetração na floresta não fosse nem profunda nem permanente.

Com a vinda dos europeus e com o comércio de escravos as populações do litoral do Golfo converteram-se rapidamente a esta actividade contribuindo assim para o enriquecimento dos seus chefes e para um poderio militar que as armas de fogo proporcionavam. Tornaram-se os intermediários dos negreiros europeus que os incumbiam da tarefa da caça ao escravo no interior.

Na região do Golfo de Benim, três estados reorganizaram-se e prosperaram graças ao comércio do Atlântico que acabaram por controlar e monopolizar: os reinos de Oyo, do Daomé e do Achanti.

Oyo

As cidades yoruba que tinham sido o centro de uma civilização urbana brilhante até ao séc. XV, foram unificadas no séc. XVII pelo alafino (rei) do Oyo que estendeu a sua influência a todas as regiões do Golfo até ao Daomé. Os reinos de Daomé, Nupé (Nigéria) e de Abomé pagavam tributo ao alafino do Oyo. Porto Novo e Badagry no litoral, estavam sob a sua influência e serviam de pontos de venda de numerosos escravos adquiridos através de campanhas militares.

Oyo desenvolveu o tráfico negreiro controlando várias rotas comerciais. Reino militar (o exército do Oyo chegou a reunir 100 000 homens) acabou por se tornar uma confederação de estados mais ou menos autónomos ligados apenas ao alafino por obrigações militares, de tributo e rituais. Neste estado tão vasto e heterogéneo, os conflitos não tardaram a estalar a partir do séc. XVIII na época da sua

os europeus não permitissem organizar outros povos ao desenvolvimento do oceano e a savana, uma vegetação de homens da costa ao longo do solo prático com instruções organizadas em clãs de estado. A prática anterior também. Condição ou escravos no reino com profunda

de escravos especialmente a esta dos seus chefes mercionavam. s que os incumbem reorganizaram-se acabaram por condão Achanti.

de uma civilização no séc. XVII a todas as Nupé (Nigéria) Novo e Badagri de pontos de campanhas militares ando várias rotas a reunir 100 000 zados mais ou ações militares, o Gêneo, os con na época da sua

maior extensão e riqueza. Os chefes locais viram então a ocasião de participar mais directamente dos benefícios do tráfico que o alafino monopolizava, rejeitando as exigências demasiado pesadas do poder central, no domínio militar e fiscal.

Nos princípios do séc. XIX, Oyo começou a exportar cada vez mais escravos obtidos não só em campanhas militares fora da terra Yoruba, mas também através da caça local de escravos. Essa caça implicava o rapto, a incerteza e a desunião dentro do reino. Estes factores juntamente com tensões políticas internas e a ameaça dos muçulmanos do norte conduziu ao desmembramento do império Oyo por volta de 1830.

Daomé

Diferentes clãs Fonf formaram no princípio do séc. XVII pequenos reinos como os de Allada, Hobigona e Ahomé que enriqueceram graças ao tráfico de escravos do Atlântico. Porto Novo em Hobigona continuou a ser um grande porto negreiro do séc. XVII ao séc. XIX. A conquista deste porto e de Ouidah pelo rei de Abomé em fins do séc. XVII, assegurou-lhe o controle do comércio de escravos e alargou o seu poder tornando-se assim o fundador do reino de Daomé.

Este reino desenvolveu-se muito rapidamente com a conquista dos países vizinhos e do litoral, que lhe abriam o caminho do Atlântico. O motivo desta política expansionista foi o carácter lucrativo do tráfico. O rei monopolizou o comércio com as feitorias da costa que ele abastecia com o produto de guerras contínuas contra os vizinhos. O exército era recrutado entre os homens fornecidos por cada província. Havia uma guarda real feminina - as célebres amazonas daomeanas - que constituíam a guarda pessoal do rei e das suas esposas. Tomavam parte em todas as paradas e nas danças rituais. Nas acções militares constituíam um corpo de choque, mostrando-se audaciosas e cruéis.

Todo este aparelho militar mostra como o estado daomeano repousava na força e na actividade guerreira, meios indispensáveis para garantir uma ~~maximizada~~ actividade económica da natureza do comércio de escravos. Havia uma centralização grande do aparelho do estado e o poder político do rei era quase absoluto sendo considerado como um semi-deus. A etiqueta real era muito severa.

Quando o rei morria havia um período de anarquia em que os crimes não eram punidos porque o povo acreditava que sem rei não havia justiça visto ele ser a fonte da ordem e da equidade. Este período durava até a ~~x~~ entronização do novo rei que era, em geral, o seu filho mais velho.

32
No entanto o poder real era limitado pela tradição e pelos costumes locais e a sua actividade era controlada por dois altos dignitários um para os assuntos externos outro para os assuntos internos. A educação dos jovens era uma educação de tipo espartano: separação da família, treino militar, fidelidade ~~explicite~~ ~~absoluta~~ absoluta ao rei.

Toda apolítica económica era baseada no comércio mas o rei tinha também o controle sobre a imigração, a ocupação e colonização das terras e a sua distribuição, chegando mesmo a ter um censo da população.

O Daomé ~~é~~ pois o exemplo de um estado africano que se adaptou perfeitamente às solicitações externas do tráfico atlântico, dando origem por um lado a uma centralização e concentração do poder nas mãos de um rei autoritário e de uma aristocracia guerreira, e por outro a uma diferenciação social cada vez mais marcada. De um lado uma nobreza militar sedenta de lucro e de poder; de outro, a massa ~~de~~ dos camponeses e artesãos cuja força de trabalho servia essencialmente para enriquecer aquela minoria.

A guerra era necessária para a captura de escravos e a obtenção de armas de fogo, indispensáveis à protecção das populações, à própria sobrevivência do estado.

A bravura e a coragem faziam parte dos valores mais apreciados. A arte referia constantemente ~~temas~~ temas militares. Os palácios eram decorados com belos frescos e mosaicos relatando sucessos guerreiros. Era uma arte de corte que girava à roda da realeza e da nobreza.

A história narrada por contadores profissionais reflectia a mesma influência. Os tecelões ocupavam-se da confecção de emblemas, brasões e guarda-sóis para os chefes militares.

O tráfico de escravos acabou por arruinar a economia do Daomé. As campanhas de caça aos escravos eram dispendiosas e nem sempre compensadoras; a produção agrícola, base destas populações rurais não tinha condições de segurança para se desenvolver.

Quando este comércio declinou o Daomé entrou num período de decadência até ao momento em que já no séc. XIX por uma nova adaptação ao chamado tráfico lícito instaurado depois da abolição do comércio negreiro, conseguiu reencontrar a prosperidade anterior.

Confederação Achanti

Seis clãs akan uniram-se no início do séc. XVIII constituindo uma monarquia confederada achanti. O rei Oséi Tu Tu fundador desta confederação e os seus sucessores, estenderam a fronteira

da união Achanti para o sul e para o norte fazendo pagar tributo ou controlando pequenos estados costeiros que estavam em contacto com os negreiros europeus.

A confederação estava dividida em províncias e estas em aldeias. As diferentes províncias gozavam de uma larga autonomia.

O rei ~~estava~~ governava com o auxílio da rainha-mãe, conselheiros, ministros e oficiais superiores. Tinham poder absoluto sobre a vida e os bens dos súbditos mas era responsável pela segurança e bem-estar do povo e devia respeitar ~~estritamente~~ estritamente as leis e costumes tradicionais. Não podia decidir nenhum assunto importante do Estado sem o acordo de um Conselho de Estado formado pela mãe, pelos chefes de província e por um corpo de oficiais do exército.

As províncias e aldeias tinham as mesmas instituições numa escala mais pequena. Os chefes de província nomeados pelo rei tinham grande poder sobre os chefes da região e da aldeia e todos eles deviam pagar tributo ao monarca.

Esta organização, as riquezas ganhas com o tráfico e sobretudo as minas de ouro (daí o nome de Costa do Ouro) actual Ghana) permitiram a expansão e a formação de um império achanti numa região que ia do rio Volta ao Atlântico.

A sociedade achanti era pois uma sociedade altamente hierarquizada constituída por uma classe dominante (formada pela família real, os chefes de terra e de exército) e uma massa de homens livres (camponeses e artesãos) e de escravos.

Estado guerreiro, o serviço militar era obrigatório estando a frente do exército um chefe hereditário. O rei tinha guarda real que o devia acompanhar no túmulo quando morria. O ~~um~~ sacrifício humano era praticado não só nesta ocasião mas também na festa anual de purificação na altura das colheitas e da comemoração dos antepassados.

O litoral indico

As cidades do litoral indico criaram uma cultura original fruto de uma longa história de contactos entre a África e a Ásia através dos Árabes - foi a cultura suahili, essencialmente bantu mas muito influenciada pelo islamismo.

O comércio era a base da economia destas cidades-estado, embora as populações costeiras além da pesca se ocupassem da agricultura (cultura do arroz, da banana, do coqueiro, etc.) e do artesanato. As trocas a longa distância estavam nas mãos de comerciantes Árabes e africanos que constituíam juntamente com

os aristocratas locais às classes dominantes. Esta classe mercantil organizou um sistema comercial transoceânico que se estendia de Moçambique a Cantão na China, proporcionando-lhe lucros fabulosos.

Os principais produtos comercializados eram o ouro e o marfim do Zambeze e do Monomotapa além dos escravos. Em troca, os comerciantes africanos recebiam sedas, porcelanas e outros objectos de luxo vindos do oriente.

No princípio do séc. XVI os portugueses conseguiram apoderar-se do comércio, retirando aos árabes o monopólio do comércio da região. As cidades da costa, especialmente Mombaça e Quíloa, tentaram sempre escapar ao monopólio comercial português encontrando um aliado na pessoa do sultão de Mascate, estado da costa arábica de Oman, que também não viu com bons olhos a presença portuguesa.

A perda da independência em Portugal (1580) levou outros países europeus a penetrarem no Índico. Os Holandeses apoderaram-se das ilhas de Sonda e de Ceilão; Ingleses e franceses passaram a controlar a navegação em direcção à Índia. Os portugueses conservaram apenas Goa Índia e a região da embocadura do Zambeze na costa oriental.

A partir de meados do séc. XVIII havia duas zonas de influência estrangeira no litoral: uma árabe a norte de Cabo Delgado e outra portuguesa a sul abrangendo Moçambique. ~~Não se sabe~~

Não se sabe o número exacto nem a origem dos escravos negros exportados a partir dessa altura. Na zona árabe os escravos seguiram a corrente tradicional em direcção à Arábia, Próximo Oriente e Índia. Na zona portuguesa, os escravos de Moçambique passaram a seguir para o Brasil. Mas Moçambique não ofereceu na altura os recursos que os portugueses esperavam sobretudo depois do insucesso nas tentativas de chegarem ao ouro do Monomotapa deixando portanto a iniciativa a particulares.

Os primeiros portugueses que se instalaram em Moçambique tal como em Angola, eram degredados e soldados que em breve começaram a fazer comércio com os árabes da região fugindo ao controle das capitánias e das feitorias portuguesas do litoral e do Zambeze.

Desde meados do séc. XVII estes novos comerciantes tinham começado a fazer o rendoso negócio de escravos que lhes eram fornecidos pelos chefes ou comerciantes africanos locais. Estes eram depois vendidos aos mercadores árabes que os encaminhavam para a Arábia ou para o Próximo Oriente.

Com o tempo os intermediários portugueses foram conquistando ou pilhando terras aos africanos criando grandes fazendas (as machanbas) onde dominavam, explorando a mão-de-obra local,

rcan
ndia
bulo-

mar-
os
bjec-

m
co-
e
gûes
da
re-

nce-
adura

in-
l-
~~uma~~
os
ra-
xi-
i-
ceu

omo-

bique
ome-
trole
ambeze.

s
.
inha-

quis-
as

fazendo a lei e cobrando impostos.

No início do séc. XVIII a corôa portuguesa procurou acabar com o poder dos antigos soldados e degredados sobre quem não tinha qualquer controle. Assim, ordenou o envio para Moçambique de famílias pobres portuguesas e indianas de Goa a quem eram concedidas parcelas de terreno por um determinado prazo (em geral três gerações) e onde tinham plenos poderes. Os prazos nome com que eram designadas essas parcelas eram cultivadas por escravos obtidos nas guerras contra os povos de Moçambique. Com o tempo os prazeiros começaram também a fazer guerras de captura de escravos que clandestinamente vendiam aos árabes ou a outros comerciantes portugueses.

A maior parte dos prazos ficavam situados ao longo do Zambeze desde Tete até ao litoral. Aqui a situação era caótica pois os prazeiros não obedeciam às ordens dos capitães das feitorias e punham em perigo as relações que Portugal tinha com os reis e chefes locais. Os prazeiros agiam pela força que as armas de fogo lhes proporcionavam: roubavam as colheitas das populações, prendiam pessoas transformando-as em escravos. O sistema de prazos iniciou-se pois a colonização em Moçambique e como em Angola ela foi desde o início caracterizada pela violência e pela brutalidade em relação às populações africanas. A principal actividade foi o comércio de escravos e os métodos de actuação foram os mesmos utilizados em Angola: obter vantagens da superioridade técnica e militar lançando uns povos contra os outros; utilizar a religião como arma ideológica para melhor dominar; recorrer aos próprios africanos como intermediários na captura e venda dos seus próprios irmãos.

Estados Indirectamente Influenciados Pelo Tráfico

O Sudão Ocidental

As invasões estrangeiras (Marroquinos a norte, Europeus na costa) e a decadência económica destruíram os impérios e os reinos sudaneses do séc. XV. A África ocidental balcanizou-se em múltiplas formações económicasociais que iam do estado ao clã.

As invasões marroquinas arruinaram as antigas metrópoles comerciais e criaram um clima de guerra com as armas de fogo que trouxeram. Por outro lado, o tráfico do Atlântico desviou o comércio do ouro tradicionalmente orientado para o norte de África através do Sara.

Estes dois factores contribuíram para a decadência do império Songhai e o declínio das cidades do Níger que mergulharam na anarquia.

Aproveitando desta desordem na região, os nómadas do deserto - os Tuaregues - atravessaram o Níger e desceram para a terra das populações sedentárias fazendo a partir do séc. XVII incursões constantes às cidades. Outros povos nómadas, os pastores Peul progrediram na mesma época para o interior da curva do Níger começando a sedentarizar-se em certas regiões da África Ocidental como o Futa-Toro no Senegal e o Macina, entre Tombuctu e Ségu.

Macina era uma das províncias mais ricas do antigo império Songhai e era cobijada há muito pelos Bambara, povo instalado na região do Ségu desde o séc. XI.

O Reino de Ségu

Nesta desorganização dos séculos XVII e XVIII, distinguiram-se no Sudão Ocidental os Bambara que fizeram um esforço considerável para retomar a obra de unificação realizada nos séculos anteriores pelos impérios do Mali e do Songhai. Os Bambara são um povo de origem mandinga e falam uma língua do grupo mandé constituindo o fundo da população do Mali actual. Cada clã bambara tinha o seu chefe e nenhum laço político unia os diferentes clãs.

Cerca de 1660, um chefe bambara do clã Kulubali, começou a estender o seu poder para sul em detrimento dos reis do Mali e fundou o reino de Ségu. Estado guerreiro, o Ségu cobria uma parte da savana sudanesa, do Níger ao Senegal. Biton Kulubali, seu sucessor, levou no século XVIII o reino de Ségu à sua extensão máxima constituindo um corpo de tropas regulares e conquistando outros reinos nomeadamente o reino de Kaarta. Este corpo de tropas era formado por escravos de estado designados Tondjon, obtidos por compra, por dívidas ou por captura na guerra. Uma vez no exército, estes escravos tornavam-se soldados profissionais, armados de lanças e

sta)
 sudaneses
 mações
 rciais e c
 Por outro
 cionalmente

Songhai

s Tuare-
 des se-
 cidades.
 ca para
 tas re-
 a, entre

hai e era
 gu desde

o Sudão Ocid
 tomar
 rios do
 alam
 ali actual
 s diferen-

der o seu
 e Ségu.
 Níger
 o reino
 ulares
 e corpo
 pbtidos
 cito,
 ças e

flechas e de armas de fogo trazidas pelos marroquinos ou fabricados pelos ferreiros locais. Biton Kulubali dividiu ainda o reino em 60 províncias e organizou uma frota fluvial que controlava o curso médio do Níger. Mais agricultores do que guerreiros os Bambara cultivam o arroz e o milho miúdo na fértil planície do vale do Níger.

A base da estrutura social era a família extensa. Todos os chefes de família obedeciam ao chefe de aldeia, chefe religioso e político.

A nível da aldeia os homens estavam divididos em classes de idade e em sociedades secretas que organizavam o culto muito ligado à terra, aos antepassados e aos espíritos protectores. Os Bambara, eram pois animistas acreditando em forças sobrenaturais o que se explica pela sua incapacidade em explicar os fenómenos da natureza ~~XXXXXXXXXXXX~~ o que é comum a todas as interpretações religiosas do mundo.

A esta estrutura aldeã sobrepunha-se o estado de Ségu, nas mãos de dinastias reinantes que apesar de várias querelas de sucessão conseguiram manter a grandeza do reino até ao séc. XIX.

Além do reino de Ségu, o único que conseguiu uma extensão que o pôde aproximar dos antigos impérios, outros pequenos estados se constituíram neste período.

E o caso dos estados Djerma formados pela união de pequenos ~~XXXXXX~~ reinos surgidos da desintegração dos Songhai de Dendi; dos estados Wolof que constituíram reinos guerreiros no Diolof, no Oualo e no Cayor e viviam da guerra e do comércio com as feitorias europeias da costa.

Os muçulmanos Peul fundaram na 1ª metade do séc. XVII um estado federal nas mãos da aristocracia no Futa Djalon. Além deste, outros estados Peul se formaram: o de Futa Toro e o Toucouleur; mas foram em breve minados por divisões e crises de sucessão.

O Sudão Tchadiano

Duma forma geral durante o período em estudo (séculos XVI a XVIII), verificou-se a formação de vários estados no Sudão Tchadiano, embora nesta região não fossem tão extensos nem tão complexos como os do Sudão Ocidental.

Durante o período que vai do séc. XII VII ao séc. XV, existia apenas um estado organizado no Sudão Tchadiano; foi o Kanem que na época de maior extensão se tinha estendido até aos estados Haussa a oeste e o Nilo a leste, dando origem ao Bornu.

No período que nos concerne formaram-se 3 reinos a leste do lago Tchad fortemente influencias ao mesmo tempo pela velha civilização negro-africana do Bornu e pelos Arabes.

O Baguirmi situado entre o lago Tchad e o rio Chari, foi um reino militar que dispôs duma cavalaria, vivendo essencialmente da exportação de escravos não muçulmanos para o Fezzan e o Mediterraneo turco.

O Darfur, situado no terminal de uma famosa pista comercial que lhe permitia frequentes relações com o Egipto. A estrutura tradicional deste estado estava muito afastada da mentalidade islâmica e muito próxima das antigas concepções ~~de civilização~~ negro-africanas da realeza sacrada. Os estados Hansa, situados na região a norte da Nigéria actual tiveram uma vida muito agitada durante os séculos XVII e XVIII. A decadência do império do Songhai beneficiou os estados Hansa que conheceram um desenvolvimento notável devido sobretudo ao artesanato. As cidades comerciais de Kano, Katsena e Zaria eram cobijadas e atacadas pelos seus vizinhos devido à sua riqueza e prosperidade.

Africa Central

Domínio dos povos bantu, as savanas a sul da floresta equatorial viram surgir e desenvolver-se uma série de culturas originais que se interpenetraram ao longo dos séculos dando origem a algumas características comuns.

Agricultores e pastores emigraram durante séculos à procura de terras e pastagens novas em direcção sul e leste.

A organização social e política era muito variada: a família extensa, o clã e a tribo eram a base da sociedade.

Surgiram no entanto reinos e estados poderosos que aceleraram as trocas culturais entre as populações e conduziram à formação de sociedades mais complexas. Novas rotas comerciais foram criadas que passaram a ser as artérias principais do tráfico com os Europeus. Quanto ao comércio de escravos como vimos atrás, os seus efeitos variaram consoante a distância entre determinado povo e o litoral. Perto da costa os poderes políticos em geral enfraqueceram a par dum aumento de diferenciação social. Foi o caso de estados como o Kongo ou as cidades do litoral indico. Nos estados interiores (como, por exemplo, a Katanga, o Cassanga e os estados Ovimbundo) o poder real ou do chefe reforçou-se e o alargamento territorial tornou-se mais fácil devido à utilização de armas de fogo.

Mais para o interior, do continente o tráfico significou uma ~~intensificação~~ intensificação das trocas comerciais e a introdução esporádica de novos produtos. Foi o caso dos estados Luba, Luba e Lunda que constituíram reinos poderosos.

Os Baluba

Estavam organizados em sobados e reconheciam a supremacia de um dos chefes, o Nyini, o rei, a quem pagavam tributo. Apesar do carácter federal do reino Luba, o rei tinha grande poder nomeadamente sobre a vida

e a morte dos seus súbditos.

A estatuária kuba, muito rica, exprime a grandeza dos reis e a necessidade de preservar a sua memória nas gerações futuras. O rei vivia rodeado duma corte numerosa e os chefes do reino tinham a obrigação de permanecer longos períodos junto dele servindo de conselheiros e de juizes. Funcionários reais ocupavam-se da administração e recebiam o título de dignitários. Esta minoria privilegiada constituía a classe dominante tendo conseguido tornar-se seus cargos hereditários. Tinham ao seu serviço artesãos e artistas especializados nomeadamente escultores.

O resto da população era formada essencialmente por camponeses cujo aperfeiçoamento das técnicas agrícolas contribuía para a prosperidade do reino. O milho e a mandioca adoptadas na região antes do século XVIII eram cultivadas juntamente com as culturas tradicionais.

O reino permaneceu estável até ao séc. XIX tendo atingido o seu apogeu por volta de 1750. Nesta altura o comércio com as regiões produtoras de cobre e de sal no sul e do sudeste de Angola era muito intenso e fazia-se através de caravanas organizadas para o efeito. Antes deste período, a principal via comercial era o curso inferior do rio Cassai.

Os Baluba

Os Baluba organizaram do séc. XVI ao séc. XIX vários reinos que chegaram a dominar uma área que ia do rio Cassai ao lago Tanganika cujo núcleo inicial era a região do alto Luabala.

Segundo a tradição oral o fundador do 1º reino luba foi Kongolo que pertencia provavelmente à etnia songe e estabeleceu a sua capital em Mwibele perto do lago Boya. Depois duma querela de sucessão foi morto por um sobrinho, filho da irmã chamada Kalala Ilunga que conquistou vários clãs e sobados vizinhos. Assim teria começado a história do povo luba. A unidade luba foi mais cultural do que política.

A base da estrutura política era o sobado que reunia várias aldeias; vários sobados constituíam uma província e o conjunto das províncias o reino. Os chefes das diferentes níveis dependiam do rei mas alguns deles eram hereditários, sendo a sucessão patrilinear.

O principal laço entre o sobado ou a província e o poder central era o tributo. Se o poder enfraquecia os sobados ou as províncias afastados deixavam de pagar imposto e tornavam-se independentes do reino.

O rei e os chefes importantes deviam descender de Kongolo ou de Kalala pois para governar era necessário ser detentor do bulopwe, isto é da força suficiente para comandar, o que só a hereditariedade podia transmitir. Era assim que as classes dominantes luba legitimavam e justificavam o seu poder e privilégios perante o povo.

O rei reinava a partir da sua capital, a Kitenta, concentrando aí o seu governo constituído por funcionários nobres. Os dois principais eram ~~Tit~~

o Twite, chefe militar, e o Inabanza, guardião dos emblemas sagrados. A maior parte dos cargos era reservada aos parentes do rei. As nomeações eram válidas só durante um reinado e à morte do rei deviam ser confirmadas pelo seu sucessor que podia também substituí-los. O conceito de realza sagrada estava presente também na concepção do poder dos baluba mas o poder real era contrabalançado pela existência de conselheiros e pela tradição. Se um rei fosse um tirano a corte e o povo apoiavam um novo pretendente.

A produção

A base económica do estado luba explicava a sua força política. Com efeito a economia estava bastante desenvolvida, baseada em técnicas metalúrgicas aperfeiçoadas e no comércio. Desde o séc.X que o cobre era explorado e exportado assim como o ferro. As salinas do Alto Katanga alimentavam o importante comércio do sal.

A produção agrícola também estava bastante desenvolvida sendo trabalho sobretudo das mulheres. Os homens dedicavam-se à caça e às actividades mineiras.

O artesanato e a arte luba contribuíram também para a grandeza e o prestígio do reino. Os Baluba eram escultores reputados. A estatuetária luba mostra o desenvolvimento artístico deste povo. Trata-se duma arte de corte, pois as mais belas peças tais como bancos de chefe, bastões, apoios de cabeça eram destinadas sobretudo às classes privilegiadas.

Como em todas as sociedades com estado, baseadas no poder duma minoria privilegiada também no reino luba foi a massa dos camponeses e dos ~~activos~~ artesãos que sustentou com a sua força de trabalho o poder dos reis e das aristocracias.

A religião repousava no culto do herói-fundador em relação íntima com os chefes, a terra e os antepassados a quem era prestado culto. Os Baluba acreditavam num poder sobrenatural que designavam Kalunga e pensavam que todo o mal era devido à acção maléfica dos feiticeiros. Os ritos de iniciação feminina (cisunga) estavam muito desenvolvidos e difundiram-se para outras regiões fora da área luba. Organizavam também associações secretas religiosas que tinham também funções políticas. A religião luba reflectia pois a crença dominante na época e na região de que forças sobrenaturais controlavam a vida dos homens.

Os Balunda

Provável que os Balunda sejam originários do mesmo grupo étnico que deu origem aos Baluba. Pouco tempo depois da fundação do reino luba, alguns elementos da aristocracia afastaram-se deste novo estado e foram-se estabelecer num sobado situado a oeste do seu ponto de partida e que acabaram

por dominar, dando origem ao reino lunda. O estado lunda teve assim a sua origem na expansão luba iniciada no séc. XVI.

Os Balunda beneficiaram pois da influência cultural luba mas acabaram por estabelecer a sua própria hegemonia sobre os povos da savana do rio Cuanza nos planaltos da Zâmbia. Ocuparam o sul do Catanga, o norte da Zâmbia e o nordeste de Angola.

Os Balunda no entanto não constituíram um império unitário. O rei, Muata Yanvo deixava subsistir toda a diversidade cultural e mesmo política desde que o tributo, símbolo de submissão e fonte de rendimentos, fosse pago. O tráfico aqui serviu apenas para activar um comércio a longa distância, já existente, que se estendia para leste até ao litoral indico e para oeste até à colónia de Angola.

As armas de fogo obtidas neste comércio serviram para reforçar o poder central e contribuíram para o alargamento do império.

Os primeiros contactos indirectos com os Portugueses tiveram lugar no séc. XVII: contra armas de fogo os Balunda forneciam marfim e escravos.

No séc. XVIII as extensas terras do Cassai e do Catanga foram organizadas em dois estados lundas: o ocidental do Muata Yanvo e o oriental do Muata Cazembe. A leste do Cazembe havia o estado de Malawi ou Malawe. De todos estes estados partiam rotas comerciais para leste nomeadamente para Quíloa.

Foram estes os principais estados que se desenvolveram nas savanas da África Central. Noutras regiões como por exemplo o interior da Tanzânia ou do Quênia os povos não se organizaram em estados complexos como os estudados atrás. A estrutura social dominante parece ter sido o sobado.

As razões que explicam este facto devem-se em parte às sucessivas vagas migratórias que assolaram a região desde o séc. XVI. Povos em geral criadores de gado avançaram para o sul à procura de novas pastagens. Esta razão aliada à inexistência de um comércio a longa distância e a uma diferenciação social muito pequena, poderão de certo modo explicar a ausência de estados organizados.

No entanto estes povos tinham uma estrutura social complexa, essencialmente baseada no parentesco, e eram hábeis nas técnicas agrícolas e nos processos de obtenção e controle das reservas de água. Habitantes de regiões elevadas, construíram terraços nas encostas das colinas para as culturas e faziam pequenos canais de irrigação. Edificaram habitações duráveis de que ainda restam ruínas como as de Engaruka (Tanzânia).

que deu
alguns
e esta-
cabaram

A exploração mineira e o comércio intercontinental estão na base do desenvolvimento da grande civilização de Zimbabwe que atingiu a sua expansão máxima no tempo do império chona de Monomotapa (sec. XIV-XV).

A partir do sec. XV este império declinou devido às lutas constantes entre dinastias, acentuadas pela intervenção portuguesa que jogava com estas contradições a fim de se apoderarem das minas de ouro e de comércio até ao controlado pelos Africanos e pelos Arabes.

Da guerra entre o Monomotapa e um dos seus chefes, Changa, este saiu vencedor e os seus sucessores adoptaram o título dinástico de Changamire. Assim passaram a existir dois reinos rivais mais importantes, o de Changamire e o de Monomotapa. Os Portugueses aproveitaram estas contradições para penetrarem no interior através do Zambeze ajudando um ou outro consoante os seus interesses. Se numa primeira fase tiveram que se submeter às condições impostas pelo Monomotapa (obrigação de pagar tributo ou imposto pelo comércio que fizessem) em breve acabaram por se impor pois o auxílio que prestavam ao Monomotapa nas guerras contra o Changamire e outros povos vizinhos proporcionara-lhes grande ascendente sobre o rei e a administração do reino.

Durante todo o sec. XVII, o poder de Changamire aumentou em detrimento do Monomotapa e depois de várias campanhas militares conseguiu reduzir o território daquele antigo império a uma região de 200 Km ao longo do rio Zambeze (entre Tete e Zumbo).

Em 1629 o Monomotapa Mavura foi baptizado pelos Portugueses com o nome de Filipe e declarou-se vassalo da coroa portuguesa.

Assim, guerras contínuas entre tribos chona tinham destruído completamente o império do Monomotapa. As fontes escritas deste período falam da existência de diversos reinos independentes tais como Quiteve, Manica, Barué e Monomotapa. Os reis deste último herdaram o título dos seus antepassados mas não tinham o mesmo poder. A substituição dos Arabes pelos Portugueses na costa e o carácter destruidor da acção comercial e militar destes, tinham provocado um longo período de desorganização política e económica. As lutas entre os vários chefes e entre estes e o Monomotapa tinham consolidado os poderes locais em detrimento do poder central.

O tráfico, proporcionando mais armas de fogo, aliado à acção destruidora dos portugueses (que dividiam para melhor reinar) contribuiu para intensificar a guerra e as crises económicas e políticas sucessivas. No campo económico contribuiu para retardar a evolução técnica especialmente no domínio da extracção e trabalho dos metais e afectou também o comércio a longa distância.

ase do desen-
a expansão

stantes entre
com estas
ércio até af

o saiu ven-
angamire.

o de Chan-
ntradições
outro con-
e submeter
uto ou im-
or pois o
amire o ou-
o rei e a

trimento do
duzir o ter-
do rio Zam-

a o nome de

completamente
a da existên-
, Barué e
tepassados
Portugueses
testes, ti-
conómica.
anham con-

struidora
ara intensi-
o campo ex-
ente no do-
mércio a

Todos estes facores contribuíram para a destruição de um império - o de Monomotapa - e para a hegemonia de um outro - o de Changamire. Este conseguiu fugir à influência dos Portugueses mantendo as tradicionais relações comerciais com os Arabes do litoral.

Em 1725 os Changamire estabeleceram a sua capital no Zimbabwé e aí construíram as famosas muralhas de pedregal designadas por "Acrópole", mas não retomaram a exploração mineira com receio da agressão estrangeira. Em 1830 o estado de Changamire foi destruído devido provavelmente a uma invasão dos Ngoni, dos Ndebele, povos vindos do sul que atravessaram o rio Limpopo empurrados pelos Boers da África do Sul.

Estados não ligados ao Tráfico

A Região dos Grandes Lagos

Sem mosca tsé-tsé, situada a uma altitude que varia de 1000 a 1500 m., coberta de savana arborizada, a zona dos Grandes Lagos é uma região propícia à agricultura e à criação de gado.

Habitada inicialmente por povos agricultores foi assolada por vagas sucessivas de imigrantes, pastores de origem etíope ou nilótica. Estes povos ao estabelecerem-se na região misturaram-se com a população local banta, adoptaram alguns dos seus costumes e instituições, introduziram outros, dando origem à formação de estados complexos e a uma cultura original.

O tipo de relações sociais que se estabeleceram nestes estados foi entre pastores e agricultores aqueles acabando por dominar política e economicamente estes, criando uma sociedade estratificada em dois grupos sociais principais: o dos senhores, criadores de gado ou pastores que se tornou a classe aristocrática dominante; e dos servos, cultivadores, considerados por isso inferiores, constituindo a classe dominada.

Um dos traços característicos destes estados interlacustres foi o de terem conseguido formar-se e manter um ritmo de desenvolvimento político económico e social com muito pouco estímulo vindo do exterior. Com efeito as relações comerciais com o mundo exterior e com outras regiões africanas parecem só terem tido lugar no séc. XVIII.

Bunyoro-Kitara

Por volta do séc. XIII chegaram ao actual território do Uganda os Bachwesi, clã de pastores etíopes.

A tradição diz que eram um clã de gigantes, grandes caçadores, aventureiros arrojados e comerciantes perspicazes. Dominaram o norte da região interlacustre do séc. XIII ao XV e introduziram as novas técnicas: cultura do café, criação de gado, manufactura de tecidos de casca de árvore, cestaria, fortificações.

Constituíram um estado poderoso e rico mas que não durou muito.

Outra vaga de migrações - os Luo - chegou à região adoptando as ideias dominantes dos Bachwesi, alargaram o seu território e formaram o Bunyoro-Kitara dominado pelo clã Bito. Grandes criadores de gado, o poder e a riqueza da aristocracia Bito não eram avaliados em termos de terra mas de cabeças de gado que cada um possuía.

Ruanda

Situada entre o Lago Riva e o Lago Vitória Nyman, a Ruanda tem uma his-

tória muito antiga baseada na tradição oral, uma das mais ricas de África. Com efeito a história oral deste reino permite estabelecer uma cronologia dinástica de cerca de quatro séculos, o que é um caso excepcional.

Outra particularidade deste estado foi o seu isolamento em relação às influências do exterior nomeadamente europeias. O primeiro Europeu a atravessar a região fê-lo só em 1894. Este distanciamento em relação às influências não africanas agiu no sentido duma protecção e de uma defesa da sua cultura que se manteve alheia a contactos com o exterior.

População

Os primeiros habitantes parecem ter sido os Batwa, povos de origem pigmeia (de pequena estatura, dedicavam-se sobretudo à caça). Seguiram-se-lhes os Bahutu, povo de agricultores que constituíram a maior parte da população. Os pastores Batutsi foram os últimos a instalarem-se vindos possivelmente da região da Etiópia.

Só a partir do séc. XV é que há dados suficientes para reconstituir a história do Ruanda. Este foi um dos poucos reinos interlacustres que escapou à invasão dos Luo (nilóticos) no séc. XV.

Classes Sociais e Estado

A partir desta época até à conquista europeia, podem distinguir-se 3 etapas na evolução do estado. Nos séculos XV e XVI os reis tentaram formar um núcleo central homogêneo e instituir uma monarquia hereditária; nos séculos XVII e XVIII o estado expandiu-se e a unidade consolidou-se; no século XIX começou a época da invasão estrangeira e o fim da independência.

Os Batutsi, pastores guerreiros, ao chegar impuseram a sua dominação sobre os agricultores Hutu muito mais numerosos. Este domínio foi inicialmente político mas tornou-se rapidamente económico e social, constituindo os Batutsi não só a classe reinante mas também a detentora do poder económico e do prestígio social. Assim, o rei (mwami), os seus conselheiros, os chefes das províncias e das colónias, os senhores da terra e dos rebanhos, pertenciam exclusivamente à etnia Tutsi que se tornou uma espécie de casta no interior da qual se realizavam os casamentos, e toda uma vida social e cultural a que os camponeses Bahutu não tinham acesso. Este acaçambarcamento dos privilégios e das funções manteve-se mesmo depois da colonização europeia que o utilizou para os seus fins.

Os Bahutu que constituíam a massa da população eram camponeses que tinham de se submeter à arbitrariedade da aristocracia Tutsi. Para obter a protecção de um nobre contra os abusos de outros o camponês devia submeter-se a ele e prestar-lhe em troca não só serviços mas também dar-lhe uma parte

do produto do seu trabalho nos campos. Criou-se assim um sistema de clientela em que os Batutsi eram os senhores e os Bahutu os servos ligados uns e outros por laços de dependência de tipo feudal. O senhor Tutsi podia conceder ao servo Hutu uma ou duas cabeças de gado a título de usufruto, mas de uma forma geral os Bahutu não eram criadores de gado. À medida que o estado ruandês se consolidava, reforçando o poder da aristocracia Tutsi em detrimento dos camponeses Bahutu, a monarquia estendia o seu território conquistando e avassalando os reinos vizinhos pelas armas ou pela intriga.

Administração do estado

A administração do estado no Ruanda variava de região para região. O mwami (rei, soberano) distinguia duas regiões: uma era administrada directamente por funcionários nomeados por ele; outra era confiada a certas famílias privilegiadas. Todos estes dignitários estavam ligados pessoalmente ao mwami por laços de fidelidade e de dependência.

O rei era a autoridade política suprema do Ruanda. Muito ligada ao rei, a rainha-mãe tinha um papel de grande importância política. Junto deles encontravam-se os mais altos personagens do reino, os ab-iru, guardiões das tradições referentes aos acontecimentos importantes da vida colectiva do Ruanda. Vinha a seguir, dentro da hierarquia do poder, o conselho dos grandes chefes.

Sendo o mwami proprietário do reino, os governadores de província não eram mais do que os gerentes do seu grande domínio. Em geral coexistiam em cada província dois chefes independentes: o chefe da terra responsável pelas prestações agrícolas e juiz de contencioso da terra, e o chefe do gado, responsável pelas taxas sobre os rebanhos. Estes dois chefes dependiam de um terceiro que era chefe do exército local.

O exército ruandês tinha como funções não só a guerra mas também a educação cívica e moral da juventude. Contribuia desse modo para fortalecer a coesão social do reino, impedindo assim as revoltas que uma situação de exploração e injustiça como a existente no Ruanda, provocavam. Era assim uma arma nas mãos do rei e da classe dominante Tutsi.

O comércio

Os soberanos ruandeses não autorizavam os estrangeiros, fossem eles Árabes ou europeus, a traficar nos mercados do reino. Tinham de passar pelos intermediários africanos de reinos vizinhos. No entanto os produtos europeus chegavam ao reino: tecidos, roupas, pérolas de porcelana, fios de latão e de cobre e fusis. Em troca, os Árabes (de Zanzibar) compravam aos intermediários africanos os dentes de marfim, as peles de felinos, de lontras ou de bois e também escravos. Estes eram sempre estrangeiros. Nunca houve no reino a caça ao escravo, razão porque se diz que o Ruanda e a região inter-

lacustr
se fez

No Ruanda
da pela
e uma r
socieda
ferente
A etnia
dominad
tão a o
Mas, o
levou a
rinal.
da real
agrícola
Os Tutsi
repugnã
vam gra
poesia,
a cartór
A guerra
~~existia~~
p. orio,
como v

e clien-
dos uns
odia
fruto,

a aris-
tendia
as ar-

O envan-
stamento
lias
e ao

rei,
eles
lhes
ectiva
o dos

ão eram
em cada
elas
ado,
iam

educa-
cer a
o de
assim

Arabes
os in-
europeus
latão e de
interme-
bras ou
ouve no
do inter-

lacustre em geral foi uma das poucas zonas de África onde o tráfico não se fez quase sentir nem teve os efeitos nefastos do resto do continente.

Cultura

No Ruanda desenvolveu-se uma actividade cultural brilhante, caracterizada pela arte oratória, as danças, uma literatura rica em cantos e epopeias e uma religião altamente elaborada. Era este o suporte ideológico de uma sociedade dividida em classes sociais que aqui coincidiam com etnias diferentes.

A etnia dominante tinha que justificar e legitimar o seu poder sobre a dominada através da religião e de uma ideologia que não pusesse em questão a ordem social existente.

Mas, o facto de coexistirem dois povos de origens culturais diferentes levou a influências mútuas que acabaram por criar uma cultura única original. Assim são de origem hutu a instituição da rainha-mãe, a concepção da realeza sagrada, o ritual funerário real, os rituais das actividades agrícolas e os nomes dos tambores reais.

Os Tutsi, pastores e criadores de gado como se viu atrás, tinham grande repugnância pelo trabalho da terra que consideravam inferior. Consagravam grande parte do seu tempo livre (que era muito) à eloquência, à poesia, aos jogos de espírito (adivinhas, provérbios), razão pela qual a oratória e literatura do Ruanda são essencialmente de origem tutsi.

A guerra era outra das suas funções. Fazia pois parte da sua filosofia ~~exercitavam a coragem, a exaltação da coragem, do domínio de si~~ a exaltação da coragem, do domínio de si mesmo, a dedicação incondicional ao rei e o culto do gado, considerados como valores supremos.

TEXTO = Como se conhece a história do Ruanda

"O passado do Ruanda não é conhecido senão pela tradição oral. Nem inscrições, nem crônicas estrangeiras, nem mesmo monumentos propriamente ditos. Nenhum viajante antigo, egípcio ou grego, português ou árabe, visitou o país antes dos ingleses e alemães na época contemporânea. Todos os nossos dados são de origem oral local; as memórias antigas - cada família tem as suas - remontam por vezes a várias gerações, lembranças relativas não somente aos indivíduos mas ao clã, ao clã, à terra. As dinastias locais também têm naturalmente as suas. Além disso havia os cronistas que se chamam abashurabwenge ("intelectuais") ou abashizi ("compositores") e que recolhem tudo o que encontram: batalhas, embaixadas, fomes, prodígios, maravilhas, faustos reais, etc."

in Maquet, Kaké et Suret-Canale "Histoire de l'Afrique Centrale"

ins-
nte
e, vi-
s - cada
ças
As
os
aixa-

África do Sul

Antes da chegada dos Europeus

Não se sabe exactamente em que época é que os Khoi (Hotentotes) e os Saan (Bochimanos) ocuparam o extremo sul do Continente africano. Mas o que é certo é que foram eles os primeiros habitantes desta região. A história da progressão bantu sobretudo a sul do Limpopo é praticamente desconhecida. A tradição oral não remonta a mais do que algumas gerações e os documentos escritos não se reportam a épocas tão antigas. Além disso os Portugueses escreveram muito sobre o Monomotapa e as regiões a norte do Limpopo mas nunca entraram em contacto com os Bantu do sul que designaram por Cafres (do árabe Kafir, isto é muçulmano). Só as descobertas arqueológicas nos podem desvendar a história mais antiga da região e com efeito elas revelaram já que os povos bantu "mineiros da Rodésia do sul atravessaram o Limpopo muito antes do que se imaginava, provavelmente no séc. VI da n.e. o que vai contra a tese dos racistas sul africanos de que a ocupação europeia foi anterior à chegada à chegada dos Bantu a esta região, pretendendo assim legitimar o domínio actual da minoria branca sobre a maioria bantu.

Aqueles antigos mineiros deixaram em todo o Transvaal traços da sua actividade mineira no tratamento do ferro, do cobre e do estanho.

Pode-se no entanto dizer que até ao séc. XVI toda a África austral ao sul do Limpopo foi domínio principalmente dos Khoi e dos Saan.

A partir do séc. XVI, sob pressão dos povos bantu, Sotho e Ngoni, vindos do norte, melhor armados e com uma tecnologia superior, Khoi e Saan tiveram que se deslocar para ~~xxxregiãoxxx~~ outras regiões. Os Saan refugiaram-se nas estepes desérticas do Calahari enquanto os Khoi se dirigiram para a região do Cabo (sudeste) ou se fundiram com os Bantu.

Estes espalharam-se pela costa oriental, mais fértil do que o interior. Entretanto outras migrações de povos Bantu continuavam a chegar em direcção ao sul: os Suazi, os Zulu, os Pondo e os Xosa ocupando o Transvaal, o Orange, o Natal e o leste da actual provincia do Cabo, antes da chegada dos Europeus.

Quanto ao extremo sul da provincia do Cabo, os Holandeses ao chegarem no séc. XVII encontraram os Khoi e os Saan.

Portanto a tese de que a África do Sul era terra de ninguém quando os Holandeses se instalaram não tem qualquer fundamento histórico.

O extremo sul da África foi, pois, a partir do séc. XVI teatro de grandes deslocções de populações: de norte para sul, migrações bantu; do

ins-
nte
e, vi-
s - cada
ças
As
os
aixa-

África do Sul

Antes da chegada dos Europeus

Não se sabe exactamente em que época é que os Khoi (Hotentotes) e os Saan (Bochimanos) ocuparam o extremo sul do Continente africano. Mas o que é certo é que foram eles os primeiros habitantes desta região. A história da progressão bantu sobretudo a sul do Limpopo é praticamente desconhecida. A tradição oral não remonta a mais do que algumas gerações e os documentos escritos não se reportam a épocas tão antigas. Além disso os Portugueses escreveram muito sobre o Monomotapa e as regiões a norte do Limpopo mas nunca entraram em contacto com os Bantu do sul que designaram por Cafres (do árabe Kafir, isto é muçulmano). Só as descobertas arqueológicas nos podem desvendar a história mais antiga da região e com efeito elas revelaram já que os povos bantu "mineiros da Rodésia do sul atravessaram o Limpopo muito antes do que se imaginava, provavelmente no séc. VI da n.e. o que vai contra a tese dos racistas sul africanos de que a ocupação europeia foi anterior à chegada à chegada dos Bantu a esta região, pretendendo assim legitimar o domínio actual da minoria branca sobre a maioria bantu. Aqueles antigos mineiros deixaram em todo o Transvaal traços da sua actividade mineira no tratamento do ferro, do cobre e do estanho. Pode-se no entanto dizer que até ao séc. XVI toda a África austral ao sul do Limpopo foi domínio principalmente dos Khoi e dos Saan. A partir do séc. XVI, sob pressão dos povos bantu, Sotho e Ngoni, vindos do norte, melhor armados e com uma tecnologia superior, Khoi e Saan tiveram que se deslocar para ~~xxxregiãoxxx~~ outras regiões. Os Saan refugiaram-se nas estepes desérticas do Calahari enquanto os Khoi se dirigiram para a região do Cabo (sudeste) ou se fundiram com os Bantu. Estes espalharam-se pela costa oriental, mais fértil do que o interior. Entretanto outras migrações de povos Bantu continuavam a chegar em direcção ao sul: os Suazi, os Zulu, os Pondo e os Xosa ocupando o Transvaal, o Orange, o Natal e o leste da actual provincia do Cabo, antes da chegada dos Europeus. Quanto ao extremo sul da provincia do Cabo, os Holandeses ao chegarem no séc. XVII encontraram os Khoi e os Saan. Portanto a tese de que a África do Sul era terra de ninguém quando os Holandeses se instalaram não tem qualquer fundamento histórico. O extremo sul da África foi, pois, a partir do séc. XVI teatro de grandes deslocamentos de populações: de norte para sul, migrações bantu; do

sul para o norte ocupação boer. Estas deslocações fizeram-se em detrimento dos povos Khoi-Saan em relação a quem tanto Bantu como ~~Khoi~~ Europeus tiveram a mesma atitude de espoliação de terras, captura ~~das~~ ou assassinato dos homens e utilização das mulheres.

Depois da chegada dos Europeus

Origem dos Boers

Em 1652, a Companhia holandesa das Índias Orientais instalou no Cabo uma estação para aprovisionamento de alimentos frescos e água para as equipagens dos navios que transitavam para a Índia. Inicialmente vieram 50 Holandeses que entraram em contacto com os Khoi, criadores de gado, com quem começaram a trocar pedaços de ferro e de cobre contra bois e carneiros com o fim de fornecerem carne aos navios. Iniciaram também uma pequena produção agrícola com o mesmo objectivo. Eram empregados ~~da~~ da Companhia que com o tempo os autorizou a estabelecerem-se por conta própria. Como a agricultura era pouco rentável estes burghers (homens livres) tornaram-se grandes fazendeiros e criadores de gado.

A colónia holandesa progrediu rapidamente. Em 1680 havia já 600 Holandeses residentes na cidade do Cabo. Em 1698 vieram mais 300 protestantes e franceses expulsos da França católica pelo édito de Nantes como dissidentes religiosos. Foram rapidamente assimilados pelos holandeses acabando por abandonar o uso da língua francesa.

Em breve estes colonos acharam as terras concedidas pela Companhia demasiado pequenas e querendo fugir aos impostos que esta cobrava iniciaram uma migração (trek) para leste ocupando as terras dos Khoi que foram obrigados a fugir ou a tornarem-se servos dos boers (camponês em língua flamenga). Assim a comunidade branca acabou por se cindir em dois grupos; dum lado os funcionários da Companhia holandesa das Índias e os ricos proprietários, pouco numerosos, que habitavam a cidade do Cabo e arredores; do outro, criadores de gado nómadas do interior (os Trekboers, camponeses nómadas) que acabaram por decalçar o ^{seu} modo de vida dos Khoi que progressivamente iam empurrando, submetendo ou assimilando por mestiçagem.

A expansão dos Trekboers e dos Khoi tornados seus servos prosseguiu para leste ao longo do litoral fértil evitando as terras áridas do interior, até atingirem o rio Great Fish onde depararam com povos bantu a quem tiveram de fazer face pela guerra. A primeira confrontação violenta teve lugar em 1779 começando assim um longo período de guerras (as

guerras cafres entre Boers e Bantu -1779- 1850).

Ao longo do séc. XVIII a população branca da colónia aumentou progressivamente até atingir 20.000 habitantes em 1795. Este rápido aumento demográfico não se deve tanto à imigração mas a uma natalidade elevada. No fim do séc. o número de Europeus no interior da colónia ultrapassava já o dos Khoi estimado a 15.000. A população branca vinha juntar-se uma população crescente de mestiços (bastardos, griques ou homens de cor como eram designados pelos Boers), fruto da mestiçagem entre Boers, Khoi, alguns escravos malaio (da Indonésia) ou bantu da costa oriental trazidos pela Companhia.

Nos finais do séc. XVIII pois, uma nova comunidade se tinha formado com características muito próprias, originadas na integração de grupos europeus (Holandeses e Franceses) de moral muito rígida, o calvinismo, a ética protestante, de origens sociais diferentes. Enquanto que os refugiados protestantes franceses pertenciam em geral à pequena burguesia: negociantes, artesãos, membros das profissões liberais; os colonos holandeses eram de origem camponesa, alguns eram degradados. Mas todos se consideravam eleitos de Deus e superiores à massa da população africana que acabaram por submeter, e mestiça que utilizaram como intermediária.

O contacto entre Boers e Bantu foi como se viu atrás desde o início violento. Os Boers ao chegarem ao Great Fish depararam com povos organizados, agricultores e criadores de gado que se encontravam em plena expansão para o sul.

Ambos tinham uma economia baseada no gado mas com concepções diferentes. Os Xosa e os Zulu, por exemplo, tinham um verdadeiro culto pelo gado que além de valor económico era sobretudo símbolo de prestígio social. Para eles os animais errantes eram considerados propriedade colectiva. Daí o serem acusados de salteadores pelos Boers por se apoderarem do gado que não estivesse encurralado. Assim começaram os assaltos, as represélias e autênticas guerrilhas entre Bantu e Boers, que só terminaram em meados do séc. XIX.

Além da luta pelo gado e pelas terras as guerras cafres tiveram um carácter racista. Os Boers consideravam os "Cafres" como seus inimigos pela raça e pela religião; munidos de armas de fogo tentaram desde o início legitimar as espoliações que faziam por uma suposta superioridade étnica e cultural.

Como noutras regiões da África também aqui a concorrência entre potências europeias se fez sentir. A região do Cabo pela sua posição estratégica era cobijada por franceses e Ingleses. Mas foi a Grã-Bretanha que depois

duma primeira ocupação em 1795, estabeleceu definitivamente a sua soberania sobre a colônia em 1806. Os trekboers do interior que já suportavam mal a administração holandesa não aceitaram o domínio dos Ingleses considerados estrangeiros.

Assim, no princípio do séc. XIX estavam colocados face a face os protagonistas do grande drama da África do Sul: Bantu, Boers e Britânicos que a partir daí estariam em estado quase permanente de conflito: Boers contra Bantu (guerras cfres), Boers contra Ingleses (grande Trk de 1834-1849); guerras anglo-boers (1880-1902) e finalmente Boers e Ingleses contra os Bantu dando origem ao apartheid.

M A D A G A S C A R

Antes da chegada dos Europeus.

Situado no Oceano Índico a 400 Km a leste do continente africano, a Ilha de Madagascar, também designado "Grande Ilha" ou "Ilha Velha" parece ter sido uma das últimas regiões do planeta a ser habitada.

As origens da sua população actual são ainda um dos problemas da historiografia moderna.

Enquanto que a língua malgache é de origem indonésia há um grau de diversidade de traços físicos e culturais entre as populações que apartam a uma origem africana.

Durante muito tempo deserta, Madagascar foi ocupada por grupos sucessivos de indigentes: Indonésios e Africanos (do séc. III^o ao XIII^o); Árabes e islamizados (de séc. XI ao XIV). Os seus descendentes formaram ao longo dos séculos o povo Malgache actual cuja cultura constituída de influências múltiplas é profundamente original.

A base da economia dos primeiros habitantes foi a caça, a recolha e a pesca. Seguiu-se a agricultura (arroz milho mado e inhame) e a criação de gado (sobretudo Zebus).

O artesanato fornecia os instrumentos de trabalho e outros objectos de ferro e de madeira, tecidos de casca de árvore ou de algodão.

O comércio entre os vários clãs praticamente não existia pois cada comunidade bastava-se a si mesma. Os Árabes porém quando se instalaram na Ilha começaram a exportar escravos contra produtos Asiáticos - Índias e Chineses - (Cerâmicas, moedas, objectos de luxo) inaugurando assim o comércio a longa distância.

A sociedade malgache estava organizada em clãs mas entre estes havia diferenças. Certos clãs eram considerados superiores a outros pela sua origem e pelo seu poder. O chefe de clã tinha uma autoridade limitada pela assembleia de homens livres, chefes das diferentes famílias.

A partir do séc. XVI alguns clãs impuseram-se a outros constituindo vastos domínios dirigidos por dinastias das famílias mais importantes. Foi esta origem dos principais reinos malgaches cuja concepção concepção religiosa do poder os aproximava dos reinos africanos.

Foi também nesta altura que os Europeus começaram as primeiras tentativas de penetração na Ilha.

A chegada de armas de fogo, primeiro trazidas pelos Árabes depois pelos Europeus favoreceu a constituição de grandes unidades políticas.

DEPOIS DA CHEGADA DOS EUROPEUS

Em 1500 um capitão português Diogo Dias chegou à Ilha de Madagascar a que designou S. Lourenço.

A partir daí outros Europeus (Franceses, Ingleses, Holandeses) tentaram durante 3 séculos penetrar em Madagascar mas sem grande sucesso.

Aventureiros e companhias comerciais faziam incursões pilhagem ou tentando submeter certos chefes locais.

No séc. XVII a França fez várias tentativas de colonizar Madagascar mas todas falharam. O litoral malgache até meados dos séc. XVIII foi frequentado sobretudo por piratas de várias nacionalidades.

A irregularidade geográfica da costa oriental era muito acentuada e os mercadores de escravos contribuíram para favorecer a fragmentação política utilizando a tradicional tática de dividir as populações para reinar. Aqui trocavam escravos por quinquilharia, armas de fogo e álcool, que transportavam para as ilhas Mascarenhas (Ilha Bourbon, a Reunião, e Ilha França ou Maurícia) conquistadas desde o séc. XVIII pela França.

A costa ocidental era mais aberta e rica em portos naturais e aí as populações tinham conseguido desde o séc. XVII a união dos vários clãs num grande reino, a confederação Sakalava do nome da dinastia dominante.

Esta costa era frequentada por Franceses, Holandeses, Portugueses e Árabes da costa oriental da África que vinham aqui comerciar, armas de fogo e outros objectos do tráfico contra bois, arroz, mel, madeira e escravos.

O tráfico de escravos também atingiu Madagascar mas a sua influência não foi tão profunda como a que se fez sentir nas costas africanas.

Em meados do séc. XVIII o reino Sakalava estendeu o seu poderio a $\frac{1}{3}$ da ilha, mas no séc. XIX foi destruído por um outro reino, o reino de Merina. Este reino conseguiu dominar $\frac{2}{3}$ de Madagascar.

Conclusão

Vimos como a resposta à interferência europeia variou da resistência à adaptação, como ela foi função das condições concretas que permitiram a um determinado Estado interessar-se pelo tráfico vendo nele um ~~único~~ meio de reforçar o seu poder e conduziram outros à desagregação. Vimos também como o tráfico alterou as relações existentes entre as diferentes sociedades, introduzindo conflitos novos, dando força a certos Estados do interior que agiam como intermediários.

Todas estas respostas são reveladoras das estruturas das sociedades africanas, do seu dinamismo e contradições internas.

Assim, se como foi anteriormente sublinhado, o tráfico de escravos teve um efeito desastroso no continente africano - e bastaria referir a sua incidência a nível da actual população do continente, que, segundo algumas estimativas, equivalerá a do séc. XVII - ele não implicou a anulação imediata da capacidade política e económica das sociedades que directa ou indirectamente sofreram a sua influência.

XII - DO SOCIALISMO UTOPICO AO SOCIALISMO CIENTIFICO

O SOCIALISMO UTOPICO - Condições que favoreceram o seu aparecimento

Durante o século XVIII, aparecem em França as ideias do socialismo e comunismo, traduzindo os interesses de uma classe ainda não amadurecida, o proletariado.

Os ideólogos dessas teorias, racionalistas franceses, ^{esboçavam} realizaram essas ideias, não pela luta de classes mas pela força da persuasão, pela divulgação da instrução e de ideias correctas sobre a natureza humana e tarefas sociais.

A classe operária começava a formar-se com o desenvolvimento das primeiras empresas capitalistas mas, as suas ideias eram confusas, e o igualitarismo ^{estava} que expressavam era primário. Contudo, as massas populares tomavam já consciência do valor da luta política dos trabalhadores como processo da sua libertação.

Entre os socialistas desta época distinguiram-se os pensadores franceses Meslier, Morelli e Mably, que influenciados pela filosofia iluminista do século, fizeram não só uma crítica à sociedade caduca feudal-absolutista mas também a todo o regime social que se baseasse na propriedade privada que consideravam a parte de todos os males. Propunham organizar a vida da sociedade sobre princípios comunistas, mas os seus projectos eram utópicos pois não se apercebendo das verdadeiras causas dos fenómenos sociais pensavam que a sociedade se poderia transformar apenas com a boa vontade dos homens e não com a luta de classes.

Foram esses, entre outros, os precursores dos socialistas utópicos do século XIX.

Na primeira metade do século XIX, em Inglaterra e em França, países onde a luta de classes mais se agudizou, surgiram vários teóricos que ao mesmo tempo que denunciavam a miséria dos trabalhadores, propunham medidas tendentes a eliminar os abusos da classe privilegiada e a estabelecer a justiça de classes social e a felicidade para todos os homens.

A luta de classes desenvolvida durante a Revolução Francesa deixou bem nítidos os antagonismos entre a burguesia triunfante e as classes que, embora participando no processo revolucionário dele pouco ou nada beneficiaram: os camponeses e os operários.

Os falsos argumentos da burguesia a favor do lema "Liberdade, Igualdade, e Fraternidade" foram desmascarados na prática com o afastamento progressivo das

classes trabalhadoras do exercício do poder político.

Essa situação foi denunciada em França em primeiro lugar pelos Jacobinos como se viu ^{em} nas Unidades anteriores, e com maiores repercussões por Saint-Simon, Fourier, Proudhon e Bakunin.

Em Inglaterra, foi sobretudo denunciada por Robert Owen, cujas ideias vieram influenciar por sua vez o movimento operário inglês.

A esses teóricos foi dada a designação de socialistas utópicos pois os seus projectos de transformação da sociedade não eram realizáveis porque não visando a sua transformação radical se limitavam a soluções de carácter reformista e não revolucionário.

De jure algumas das ideias defendidas pelos utópicos,
OS SOCIALISTAS UTOPICOS

OS SOCIALISTAS UTÓPICOS

4) SAINT-SIMON (1760-1825) foi um aristocrata francês, defensor da liberdade, que participou na luta pela independência dos E.U.A. Contudo, criticou o liberalismo económico pelos desequilíbrios que introduzira na produção. Ele defendia a necessidade de planificação da economia.

Censurava o capitalismo como sistema de exploração da grande massa por um pequeno grupo de proprietários. Considerava que essa etapa passageira da história da humanidade devia ser substituída por uma nova era onde a igualdade entre os homens fosse implantada, estabelecendo⁶⁶ relações justas e eliminando-se a exploração. Devia constituir-se um governo de industriais, sábios e artistas. Nessa sociedade cada um devia trabalhar segundo a sua capacidade e receber segundo o seu trabalho. Desse modo se desenvolveria a ciência, a técnica, a fim de dominar-se a natureza e pô-la ao serviço dos homens.

1) seu estudo permitiu-nos compreender as origens do pensamento de Marx e Engels, criadores do socialismo científico.

Saint-Simon

FOURIER - Era originário de uma família de comerciantes (1772-1837), perdeu os seus bens durante a Revolução Francesa.

Ao longo da sua vida constatou que na sociedade capitalista, a classe rica avançava enquanto as classes pobres eram cada vez mais pobres. "Na civilização, a pobreza brota da própria abundância".

O trabalho em vez de dignificar o homem, na sociedade capitalista, trazia-lhe sofrimentos e infelicidade. Os ricos e os pobres estavam separados por um abismo e estavam em pé de guerra. O interesse pessoal opunha-se ao interesse colectivo. Desta forma se apercebeu Fourier da luta de classes existente no seu tempo.

FOURIER

Ele criticou igualmente a posição que ocupava a mulher na sociedade burguesa, defendendo a necessidade da sua emancipação.

Como base da organização da sociedade futura ele propunha que se organizassem "falanstérios", comunidades onde a vida colectiva permitiria tornar os homens felizes.

Fourier esperava que os homens ricos acudiriam e ajudariam a formar os falanstérios, e que pela persuasão convenceria os capitalistas a apoiar o seu projecto e abdicar da exploração.

ROBERT OWEN (1771-1858) foi aprendiz e depois sócio de uma fábrica de fição de algodão em New-Lanark, onde a partir de 1800 pôs em prática as suas ideias de organização social.

Quando Owen tomou a direcção da fição, encontrou uma classe trabalhadora desmoralizada, com os operários entregues ao alcoolismo, grande imoralidade nas relações entre homens e mulheres e decidiu transformar as suas condições de vida. Preocupou-se com a construção de alojamentos adequados, em dar aos seus operários uma vida digna e atribuiu grande importância à educação das crianças. Concebeu um plano completo de educação, com ideias muito revolucionárias para a época, pois nela era dada igual importância à ginástica, à arte e à instrução. Owen criou igualmente creches para os filhos dos operários.

O resultado foi que em alguns anos conseguiu reduzir o tempo de trabalho para 10 horas e meia por dia, o que foi um escândalo para os outros patrões. *Auman*

Assim a produtividade, cresceram os lucros da empresa, desapareceram a preguiça e o alcoolismo. Assim demonstrou que os operários não pertenciam a uma raça inferior (como defendiam os burgueses) mas eram homens normais, desde que colocados em condições de vida e de trabalho condignas.

Das suas reflexões concluiu que o trabalho é criador de riqueza, sendo no entanto essa riqueza extorquida ao operário pelo seu patrão. Para ele havia três males fundamentais que impediam o desenvolvimento normal da sociedade: a propriedade privada, a religião e a indissolubilidade do casamento.

Em 1824, deslocou-se aos Estados Unidos da América onde procurou pôr em prática os seus projectos colectivistas, criando uma cooperativa de produção em New Harmony. Mas a tentativa falhou perante a concorrência desencadeada pelas empresas capitalistas rivais.

Owen atacou a propriedade privada, na qual via o fundamento de toda a injustiça social. As forças produtivas deviam ser utilizadas como propriedade colectiva para o bem estar de todos. Então sim, todos seriam felizes, quando se estabelecesse uma comunidade de bens.

O nome de Owen está estreitamente ligado ao movimento operário inglês. Em 1819 conseguiu a aprovação de uma lei que limitando o trabalho feminino e infantil nas fábricas. Presidiu ao 1º Congresso em que os sindicatos ingleses se fundiram numa grande união sindical. Em Londres criou cooperativas de consumo e de produção, como medida transitória até que a sociedade pudesse organizar-se de modo comunista "onde todos os bens serão produzidos em abundância e onde todos poderão usufruir dessa abundância, onde o trabalho penoso não será jamais necessário e onde a produção da riqueza será uma perpétua fonte de prazer e alegria".

... (Owen) PIERRE JOSEPH PROUDHON (1809-1865) era de origem camponesa, foi tipógrafo, escritor e jornalista. Foi grande defensor da pequena propriedade, enquanto condenava a grande propriedade fonte de rendimentos sem trabalho (aluguer, renda, juro, lucro).

A sua obra exprimia aspirações igualitárias e os interesses dos artífices, hostis contra as formas de autoritarismo por parte das grandes empresas, da Igreja ou do Estado.

Reivindicava por isso a livre-associação, a formação de cooperativas e a criação de uma "democracia industrial onde a oficina substituiria o governo".

Imaginou um anti-sistema - a anarquia - baseado na negação da exploração do homem pelo homem, na negação do governo dos homens por outros homens, na negação da religião.

Defendeu ainda a auto-gestão, através da abertura de oficinas pelos próprios trabalhadores, com base no crédito que o banco nacional deveria conceder,

e onde o produto do trabalho fosse totalmente recebido pelo produtor.

Realçou a importância do trabalho como motor da história, criador da sociedade na base da qual a própria sociedade se estrutura.

Esta concepção de Proudhon reflecte-se na sua pedagogia - preconizava métodos activos, a junção de aprendizagem com a escolaridade, formação politécnica, integração da educação na prática social.

Defendeu a propriedade individual da exploração agrícola, associada em cooperativas dotadas de poderes próprios e de serviços colectivos. Na indústria preconizou a propriedade colectiva nas empresas, associadas em federações industriais. No plano político preconizava a formação de um governo federativo que atribui a cada região um poder muito descentralizado.

A sua vasta obra teve grande repercussão em toda a Europa - na Inglaterra, no movimento trabalhista, na Espanha, Itália e na Rússia - onde influenciou as correntes populistas e anarquistas. Lavrov, Kropotkin e Bakunin reclamaram-se das ideias de Proudhon.

Marx e Engels foram também influenciados pelas concepções de Proudhon, embora as tivessem ultrapassado. A influência do proudonismo manifestou-se na I Internacional e na Comuna de Paris que estudaremos mais tarde. Mas foi, sobretudo, no sindicalismo francês e no socialismo reformista que as ideias de Proudhon mais se fizeram sentir.

AUGUSTO BLANQUI - (1805-1881)

Foi um dos maiores revolucionários e comunistas franceses do século XIX. A sua teoria sobre a luta de classes e a sua concepção do socialismo científico, a próxima de Marx, que aliás o considerou como "a cabeça e o coração do partido proletário de França".

Participou em muitas lutas e teve uma actividade revolucionária incessante em França, durante as revoluções de 1830 e 1848. Foi condenado duas vezes à pena capital e passou na prisão quase metade da sua vida.

Entendia que a difusão da instrução contribuiria para o progresso histórico. Para atingir a "futura sociedade" comunista, defendia a tática da conspiração. Essa foi a sua principal limitação: não compreender que o êxito da revolução apenas era possível se nela participassem as massas trabalhadoras dirigidas por partidos revolucionários. As teorias de Blanqui vieram a influenciar, assim como as de Proudhon, o populismo na Rússia.

LIMITAÇÕES DO SOCIALISMO UTOPICO (16.)

Que conclusões se podem tirar das ideias do socialismo utópico ?

Os socialistas utópicos estavam convencidos de que o progresso social era constante e tinham confiança no aperfeiçoamento do homem.

Contudo, não viam que o motor da história é a luta de classes. Na realidade, no seu tempo a classe operária não estava ainda suficientemente desenvolvida, para que pudesse ser formulada a teoria da classe operária como motor da revolução.

O modo capitalista de produção e o respectivo antagonismo entre a burguesia e o proletariado, não se tinham ainda desenvolvido suficientemente. O proletariado no início do século XIX era ainda incapaz de desenvolver acção política própria; embora sendo uma classe oprimida e explorada, a sua consciência de classe não atingira ainda o nível que lhe permitia conduzir a luta para a sua emancipação. Por isso, ela aparecia então associada aos movimentos políticos da burguesia.

Esta situação histórica explica as teorias dos socialistas utópicos. Para estes a solução estava na descoberta de um sistema novo que seria implantado por meio da propaganda e através de experiências que servissem de modelo.

"Se os utopistas foram utopistas é porque, numa época em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida, eles não podiam ser outra coisa. Se foram obrigados a tirar das suas próprias cabeças os elementos de uma nova sociedade, é porque, de uma maneira geral, estes elementos não eram ~~mais~~ ainda bem viáveis na velha sociedade; se se limitaram a apelar para a razão para lançarem os fundamentos do seu novo edifício, é porque não podiam, ainda fazer apelo à história contemporânea".

De F. ENGELS, Anti-Dühring

Os socialistas utópicos acreditavam que o progresso social se faria sem choques, por uma espécie de lei de necessidade. Não duvidavam que o futuro representasse a reconciliação das classes. Burgueses e proletários emancipar-se-iam ao mesmo tempo, criando uma sociedade mais justa, através de reformas progressivas.

Os utopistas criticavam a forma de produção capitalista existente nesse tempo e suas consequências, mas não conseguiam explicá-la; por isso, não conseguiram impregná-la ideologicamente.

Na verdade, longe de preconizar um programa de aniquilamento do capitalismo, eles desejavam simplesmente purificá-lo de todos os excessos das crises e da injustiça social.

O SOCIALISMO CIENTÍFICO: Karl Marx e Friedrich Engels

Condições históricas do aparecimento do Marxismo

O socialismo utópico iria ceder lugar ao aparecimento do socialismo científico nos meados do século XIX. Ficando à margem das massas que travavam o combate revolucionário, acabaram os utopistas por tornar-se um freio ao progresso social.

O movimento operário não cessava de se desenvolver, a exploração capitalista provocava cada vez mais a indignação dos trabalhadores e os continuadores dos primeiros socialistas insistiam em que não era necessário recorrer-se à luta de classes para implantar o socialismo no mundo.

Contudo, era através dessa luta de classes que o proletariado europeu ia conseguir organizar-se e constituir os seus partidos políticos autónomos.

O socialismo até aí não fora capaz de apontar linhas justas; não soubera explicar a essência da exploração dos assalariados sob o capitalismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a força social capaz de assumir a direcção da luta criadora de uma nova sociedade. Era o socialismo utópico, moralista, crítico mas não revolucionário.

O socialismo só tomou uma grande força histórica a partir do momento em que os seus princípios se fundiram com o movimento revolucionário da classe operária.

Essa junção foi efectuada através da obra e da acção revolucionária de Marx e de Engels e dos partidos operários que se constituíram na segunda metade do século XIX, que deram ao proletariado um programa de transformação revolucionária da sociedade.

O MARXISMO - Viragem revolucionária na Filosofia e nas Teorias Políticas

Como foi possível a Marx e Engels explicar de modo científico a evolução da sociedade, a natureza da exploração capitalista e a táctica a seguir pelo proletariado a fim de destruir essa exploração e criar em seu lugar uma sociedade socialista?

Houve filósofos e economistas que durante o desenvolvimento do capitalismo europeu estudaram a economia capitalista e procuraram explicar a sua evolução. Na Inglaterra os economistas Adam Smith (1723-1790) e D. Ricardo (1772-1823) chegaram à importante conclusão de que o trabalho era a base que criava todo o valor.

todos os bens materiais da sociedade.

Na Alemanha, o filósofo Hegel (1770-1831) defendeu a tese de que a sociedade e a natureza se encontram em constante transformação e desenvolvimento, segundo um processo dialético - o que quer dizer que são os antagonismos, os conflitos, as contradições existentes que por sua vez dão origem às novas transformações. No entanto, Hegel era um filósofo idealista pois partia do princípio que todas estas mudanças eram o resultado das ideias, independentemente da matéria.

Peurbach, outro filósofo alemão, reconhecia a existência das coisas materiais independentemente do pensamento do homem, mas não tinha uma concepção dialética do mundo como Hegel.

Certinho, a obra dos dois influenciou muitíssimo o pensamento da juventude alemã no início do século XIX, especialmente as reflexões e as obras de Marx e Engels.

Sabemos já, do capítulo anterior, que as obras dos socialistas utópicos circulavam na Europa e que as suas propostas de transformação da sociedade eram muito debatidas. Generalizavam-se as ideias de que havia necessidade de um regime social onde os homens fossem iguais, onde não existissem exploradores nem explorados, onde a propriedade privada fosse eliminada e onde cada um daria segundo as suas capacidades e receberia segundo o seu trabalho.

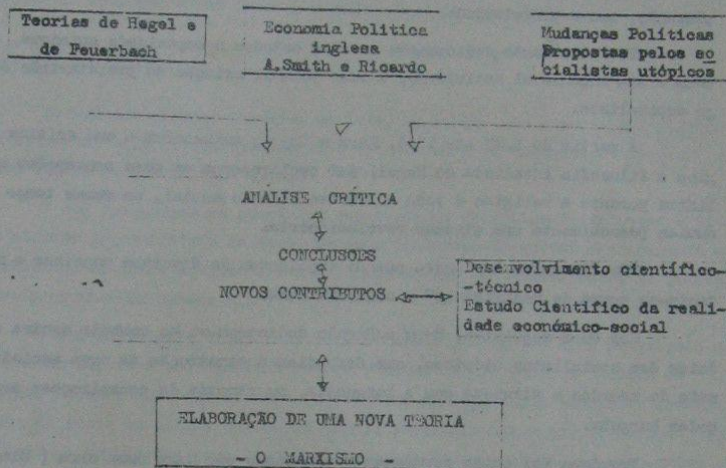
Por outro lado, o capitalismo triunfante provocou um grande desenvolvimento não só nas técnicas de produção mas também na ciência. Assim, três grandes descobertas revolucionárias as Ciências da Natureza e das Sociedades levaram a um processo de pensamento teórico do século XIX:

- a lei da conservação e transformação da energia, que testemunhava a unidade material e a conservação da matéria e do movimento;
- a teoria da estrutura celular dos tecidos vivos que demonstrava ser a célula a base de todo o organismo vivo e, susceptível de transformação;
- a teoria evolutiva de Darwin que provava cientificamente a evolução da matéria viva, em que os organismos complexos superiores se formam de organismos simples inferiores.

Um possível transformar a sociedade e desenvolver uma teoria científica tomando à letra as ideias de todos estes homens em uma profunda análise da sociedade e das ideias até aí propostas para a sua interpretação?

Essa análise profunda foi feita por Marx e Engels que conseguiram fazer um estudo científico dos acontecimentos do seu tempo e retirar das obras dos seus predecessores o que havia nelas de positivo e recusar os aspectos negativos. Assim,

elaboraram uma nova teoria mais adequada às exigências das transformações radicais que então existiam.



A TEORIA:

A Alemanha foi um dos países da Europa que realizou mais tarde a Revolução Industrial, quer devido à divisão política interna, quer ao predomínio dos senhores feudais que ainda conservavam os seus antigos poderes e privilégios.

Um dos objectivos das campanhas napoleónicas era o fortalecimento das burguesias nacionais e a expansão do capitalismo na Europa.

Algumas das cidades alemãs, em consequência da invasão napoleónica, tiveram um desenvolvimento capitalista acelerado em relação a outras regiões. Isso sucedeu nomeadamente nas cidades de Trier e Bremen onde nasceram respectivamente Marx e Engels.

Em 1844 Engels e Marx conheceram-se em Paris, onde constatarem as suas ideias comuns relativamente ao desenvolvimento social.

A amizade que a partir de então os uniu permitiu-lhes realizar um trabalho conjunto e desenvolver uma acção revolucionária durante toda a sua vida.

Aprenderam através da experiência e do estudo, e com base na luta dos trabalhadores, que a classe chamada a libertar a humanidade da miséria e da exploração, era o proletariado.

Por essa razão ~~dedicaram~~ os seus estudos e capacidade criadora, assim como a sua incansável actividade, à luta pela libertação do proletariado do jugo capitalista.

A partir de 1843 até 1846, Marx e Engels submeteram a uma crítica unânime a filosofia idealista de Hegel; daí esboçaram as suas concepções materialistas perante a religião e todo o desenvolvimento social, ao mesmo tempo que assumiam pessoalmente uma atitude revolucionária.

"Os filósofos até agora apenas explicavam de diversas maneiras o mundo; trata-se agora de modificá-lo" - afirmava Marx.

Nos anos seguintes, Marx e Engels dedicaram-se ao combate contra as ideias dos socialistas utópicos, que defendiam a construção da nova sociedade por meio de acordos e alianças com a burguesia, ou através de conspirações contra o poder burguês.

Proudhon foi então severamente criticado por Marx numa obra (Miséria da Filosofia - 1847) onde formula a ideia da tomada revolucionária do poder pela classe operária.

Também a economia capitalista foi analisada na perspectiva materialista; a partir das obras dos economistas ingleses Smith e Ricardo, Marx desenvolveu a sua teoria económica, demonstrando que a evolução social é determinada basicamente pela evolução económica. A sua principal obra neste domínio "O Capital" 1867, representou uma verdadeira revolução no pensamento económico mundial.

A ACCÃO REVOLUCIONÁRIA (Revolução)

A natureza das obras escritas por Marx e Engels, nomeadamente os artigos nos jornais e revistas que não agradavam aos sectores reaccionários da sociedade alemã, assim como as dificuldades em imprimir os seus livros, criaram-lhes sérias dificuldades materiais. Isso levou-os a deslocarem-se a outros países (França, Inglaterra e Bélgica) quer para evitar perseguições quer para poderem sobreviver e continuar trabalhando e escrevendo.

Os recursos que Engels obtinha do seu trabalho numa firma comercial inglesa permitiram que os estudos teóricos e a acção política dos dois amigos continuassem.

Em 1847, ambos se tornaram membros de uma sociedade secreta, A Liga dos Justos, que se constituiu em Londres. Com efeito, a oposição de Marx e Engels

-41-

não era a de simples intelectuais que se dedicavam a desenvolver uma teoria, alheia da luta constante e da realidade. Elas propuseram-se a difundir as suas ideias entre o proletariado para o apetrechar com uma teoria revolucionária que o pusesse orientar na luta que então travava contra a burguesia capitalista.

A LIGA DOS COMUNISTAS

Refugiados alemães fundaram em 1834, em Paris, uma associação. Alguns dos seus elementos mais extremistas em 1836 criaram uma nova organização secreta: a Liga dos Justos de que falámos atrás.

O que pretendiam os operários que fundaram esta Liga? Implantar a igualdade através da comunidade de bens. Os seus instrumentos seriam a propaganda e a conspiração, mantendo a Liga estreitas ligações com sociedades secretas francesas que se propunham os mesmos fins.

A sua actividade conspirativa levou a que muitos dos seus principais membros fossem expulsos pelo governo francês; assim se dirigiram a Londres em 1839. Schapper, Bauer e Moll entre outros activistas da Liga. Esta adquirira numerosos núcleos de apoio em vários países da Europa especialmente a partir de 1840, quando a sede se transferiu para Londres onde o movimento operário se encontrava então mais avançado.

Seria com eles que Engels se estabeleceria contactos em 1843 quando visitou a Inglaterra. A actividade da Liga crescera a ponto de manter correspondência com dezenas de comités espalhadas por toda a Europa.

De Bruxelas, Marx e Engels enviaram muitas cartas aos vários comités de apoio à Liga, difundindo dessa forma as suas ideias revolucionárias entre o proletariado europeu.

A Liga tornava-se progressivamente internacional uma vez que os seus membros eram de diversas nacionalidades e tinham consciência de que qualquer revolução para triunfar teria de desencadear-se em toda a Europa.

Devido a várias conspirações falhadas em que participaram membros da Liga, foi-se renunciando gradualmente a esse tipo de acção.

Os escritos de Marx e de Engels sobre economia permitiram entretanto compreender melhor a natureza da exploração capitalista e do processo histórico. O movimento operário tirou destas teorias enormes vantagens - todas as sublevações, greves e revoltas da classe operária eram interpretadas a partir das ideias de Marx e de Engels, como formas de luta de classe que conduzem à derrota inevitável da burguesia.

Os membros da Liga foram influenciados pela nova teoria e contactaram Marx e Engels, a fim de se tornarem também associados da Liga e contribuírem para a sua reorganização.

Engels compareceu ao 1º Congresso realizado em Londres em Junho de 1847, data em que foram propostos novos Estatutos, alterados mais tarde e finalmente aprovados em Dezembro desse ano, num 2º Congresso em que Marx também participou. Os longos debates que se desenvolveram contribuíram para definir melhor o Programa que a Liga Comunista (para a sua nova designação) adoptava. Marx e Engels foram então encarregados de redigir um Manifesto. Uma vez impresso, foi traduzido em numerosas línguas, difundido em numerosas países e carácter internacional da luta dos trabalhadores.

A nova Liga adoptou, portanto, as principais theses do socialismo scientifico, em grande parte devido à acção incensável de Engels e de Marx. Até então o lema da Liga fora: "Todos os homens são irmãos"; a partir do Congresso adoptou o novo lema: "Proletários de todo o mundo, uni-vos".

A nova palavra de ordem era pois uma chamada à luta do proletariado contra a burguesia.

Em 1848, um ano depois do 2º Congresso, foi publicado o Manifesto que Marx e Engels tinham sido incumbidos de redigir. Nesta obra fundamental, o Manifesto do Partido Comunista, foram expressas as ideias essenciais do marxismo sobre a missão histórica do proletariado. A sua difusão entre o proletariado europeu, usando uma linguagem simples e clara, revelou aos operários os meios que lhes permitiriam alcançar a sua libertação, através da destruição do capitalismo e construção do socialismo.

No Manifesto explica-se como a luta de classes é o motor que impulsiona o desenvolvimento histórico.

"Assim o socialismo não aparecia mais como a descoberta casual deste ou daquele intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre duas classes formadas historicamente: a classe operária e a burguesia. A sua missão já não era elaborar um sistema de sociedade o mais perfeito possível, mas investigar o processo histórico económico do qual teriam de surgir forçosamente, estas classes e seu conflito, descobrindo os meios para a solução deste, dentro da situação económica assim estabelecida ... Isto tornou-se evidente com a descoberta da mais-valia. Descoberta reveladora de que o regime capitalista de produção e a exploração do operário, que dela deriva, tinham por forma fundamental a apropriação de trabalho não remunerado; que o capitalista, mesmo quando compra a força de trabalho do seu operário pelo seu valor total, pelo

pelo valor que representa como mercadoria no mercado, sempre usufruindo dela maior valor que o que lhe custa; e que esta mais valia, em última análise, a fonte que origina a acumulação progressiva de capital nas mãos das classes detentoras ..."

O MANIFESTO foi o primeiro documento programático do socialismo científico; contém uma exposição completa dos fundamentos do marxismo, ordenados em 4 capítulos:

I - BURGUESES E PROLETARIOS

Refere-se às leis do desenvolvimento social assim como a sucessão de modos de produção. Sendo a vida da humanidade uma história da luta de classes, demonstra-se a inevitabilidade da queda do capitalismo e indica-se a nova via para um regime social novo - o comunismo; refere-se à missão histórica do proletariado.

II - PROLETARIOS E COMUNISTAS

Refere-se ao papel histórico dos partidos comunistas, como vanguarda da classe operária. A ditadura do proletariado é explicada, assim como as principais medidas que devem ser tomadas, depois do proletariado alcançar o poder.

III - LITERATURA SOCIALISTA E COMUNISTA

Crítica às correntes burguesas e pequeno-burguesas do socialismo.

IV - ATITUDE DOS COMUNISTAS PERANTE OS DIFERENTES PARTIDOS DE OPOSIÇÃO

Destaca-se a ação unitária dos comunistas, a luta pelas conquistas imediatas da classe operária e o futuro do movimento operário.

AS REVOLUÇÕES DE 1848 NA EUROPA

Durante a primeira metade do século XIX a Europa foi atravessada por uma poderosa agitação social resultante dos antagonismos crescentes entre as classes burguesa e proletária.

Vários movimentos revolucionários estalavam em diversos países, especialmente naqueles em que o desenvolvimento capitalista dera origem a maiores desigualdades económico-sociais.

Na Inglaterra vimos já como a classe operária procurou através da luta política alcançar direitos até então negados - o cartismo foi na realidade o primeiro grande movimento da classe operária inglesa -.

Em França em 1831-1834 as tessões de Lyon revoltaram-se contra a exploração a que eram sujeitos; Contudo, os governos da burguesia continuaram a oprimir os trabalhadores e a consolidar melhor as suas posições face às revoltas sucessivas. O poder estava nas mãos das altas camadas da burguesia: banqueiros, homens de negócios que especulavam com a expansão do caminho de ferro, proprietários de minas de ferro e hulha, alguns latifundiários, etc.

O ano de 1848 na Europa viu o recrudecimento de amplos movimentos populares que em diversos países procuraram estabelecer governos mais justos em relação às classes trabalhadoras.

Em França a revolução de 1848 restaurou a República, estabeleceu o sufrágio universal, reconheceu o direito ao trabalho para todos² e criou oficinas nacionais para dar trabalho a desempregados. Contudo, a violenta revolta popular em Junho foi reprimida duramente e, partilhada de então, a reacção fortaleceu as suas posições a ponto de proclamar em 1851³ um novo regime imperial onde as anteriores conquistas eram anuladas.

Nos países da Europa Central (Alemanha e Áustria) a luta desenrolou-se com violência contra governos absolutistas controlados por uma nobreza, gozando de privilégios ainda feudais. Aqui era ainda a burguesia que lutava contra a classe dominante - a nobreza - à semelhança do que acontecera em França no fim do século XVIII e princípios do XIX.

Na Alemanha mantinha-se ainda uma divisão política de 33 estados, pelo que o mercado interno não tinha podido desenvolver-se até à década de 30. Na maior parte dos estados predominava ainda o sistema feudal no qual se apoiavam a nobreza e monarcas despóticos; na região do Reno, Westfália e Prússia verificara-se contudo um desenvolvimento capitalista como já estudámos noutro capítulo. *Aqui*

Aqui predominavam regimes políticos liberais nas mãos da burguesia.

Todas as classes sociais pretendiam realizar a unificação da Alemanha, embora com fins diferentes. Uma crise económica que sobreveio em 1847, criou uma situação explosiva por parte da burguesia e do operariado contra a nobreza feudal.

Estalou em Berlim uma insurreição em que participaram várias camadas sociais; ergueram-se barricadas, em cuja vanguardia estavam operários, e o rei da Prússia foi forçado a fazer cedências. - aceitou no governo alguns elementos da oposição, banqueiros e comerciantes e industriais. Naturalmente as reivindicações apresentadas durante a insurreição pelo povo não foram satisfeitas: A Assembleia Nacional eleita não incluía nenhum deputado das classes exploradas.

Qua atitude adoptaram Marx e Engels perante o processo revolucionário que se desenvolvia no seu País ?

Quando este se iniciou, elaboraram ambos um documento - Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha - que enumerava as tarefas mais importantes a que se propunham os revolucionários alemães.

Marx e Engels que se encontravam então em Paris, regressaram a Colónia onde orientaram o trabalho político dos militantes da Liga que estavam dispersos por todo o País. Criaram uma revista, a "Nova Gazeta do Reno", em cujas páginas analisavam os acontecimentos de 1848-1849 e davam indicações. Esta revista teve grande divulgação mesmo noutros países.

No ano seguinte (1849), com o reforço do poder da burguesia e a repressão que se abateu sobre os governos revolucionários, incluindo os da Liga, Marx e Engels abandonaram a Alemanha e regressaram a Inglaterra.

Na Hungria, na Itália, na Grécia, na Bélgica e na Prússia, as respectivas burguesias conseguiram obter, graças à aliança de camadas vastas da população trabalhadora, o estabelecimento de regimes liberais que significavam um avanço relativamente ao absolutismo dos monarcas que então vigorava.

Mas estes movimentos revolucionários careciam de forte organização e as conquistas foram-se perdendo aos poucos a favor de novos grupos dominantes - a alta burguesia e aliada a uma nobreza adaptada à nova situação.

IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DESTAS REVOLUÇÕES

As revoluções de 1848 contaram com a participação activa dos operários e apesar da sua derrota, ficou demonstrado que se iniciara ^{uma} longa "luta pela manutenção ou a destruição da ordem burguesa".

Ainda que os vários movimentos revolucionários de 1848 fossem mal sucedidos tiveram grande importância quer do ponto de vista prático, quer teórico:

- desferiram um grande golpe ao feudalismo que sobrevivia ainda nos estados da Europa Central, ^{impedindo} evo desenvolvimento do capitalismo;
- evidenciaram que a burguesia dos países avançados da Europa - com medo do proletariado - tinha deixado de ser uma classe revolucionária, lutando pela conservação dos ~~seus~~ direitos e poderes que alcançara;
- as massas populares foram as forças motrizes, tendo-se revelado o proletariado como a classe mais decidida e em condições de lutar contra a exploração capitalista;
- demonstraram a necessidade da aliança operário-camponesa.